

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

WAGNER MEIRELLES DE OLIVEIRA

O JORNALISMO ECONÔMICO E A COBERTURA DA PANDEMIA: As
fontes e pautas jornalísticas na Editoria de Economia da Gaúcha/ZH

Porto Alegre
de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

WAGNER MEIRELLES DE OLIVEIRA

O JORNALISMO ECONÔMICO E A COBERTURA DA PANDEMIA: As fontes e pautas jornalísticas na Editoria de Economia da Gaúcha/ZH

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Basílio Alberto Sartor.

WAGNER MEIRELLES DE OLIVEIRA

O JORNALISMO ECONÔMICO E A COBERTURA DA PANDEMIA: As fontes e pautas
jornalísticas na Editoria de Economia da Gaúcha/ZH

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito à obtenção do grau de
bacharel em Jornalismo para a seguinte
banca:

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Basílio Alberto Sartor — UFRGS

Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca — UFRGS

Examinadora

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira — UFRGS

Examinador

Quando comecei como repórter, pensava que encontrar a verdade era a minha principal meta. Eu estava errada. Isso é só o meu trabalho. O que mais me importa agora é fazer as pessoas se preocuparem. Não somente assistir as notícias e pensar:
“Isso é tão triste. Bom, felizmente isso não aconteceu comigo”.
(“Repensando a narrativa para ajudar as pessoas a se importarem”, Mariana Atencio)

*Queremos saber, queremos viver
 Confiantes no futuro
 Por isso se faz necessário prever
 Qual o itinerário da ilusão
 A ilusão do poder
 Pois se foi permitido ao homem
 Tantas coisas conhecer
 É melhor que todos saibam
 O que pode acontecer*
(“Queremos saber”, Gilberto Gil)

A história sempre foi a história das guerras e dos caudilhos, e a guerra se tornou, como costumamos dizer, a medida do horror. Por isso, as pessoas confundem os conceitos de guerra e catástrofe. [...] As informações sobre Tchernóbil nos jornais estão cheias de termos bélicos: átomo, explosão, heróis... E isso dificulta o entendimento de que nos encontramos diante de uma história nova: teve início a história das catástrofes
(“Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear”, Svetlana Aleksievitch)

*Se o alívio for um deus da mesma qualidade do tempo
 E eu puder ser seu guardião, ser seu sentinela, eu quero
 Só pra saber onde me encontrar no melhor momento
 Não falaria de alívio se não tivesse doído tanto
 Tanto que eu não pude ser o mesmo ou o mesmo de antes*
(“DDGA”, Rico Dalasam)

AGRADECIMENTOS

Você entrou no trem
E eu na estação vendo o céu fugir
Também não dava mais para tentar
Lhe convencer a não partir
E agora, tudo bem
Você partiu
Para ver outras paisagens
E o meu coração embora
Finja fazer mil viagens
Fica batendo parado naquela estação
(“Naquela Estação”, Adriana Calcanhotto)

A canção que abre os meus agradecimentos foi um acidente de percurso de 2019. Enquanto eu e meus familiares estávamos no show do músico Seu Jorge, o cantor adicionou essa música ao seu repertório da noite. Se eu não procurasse a música depois do show, de tão bem que ficou em sua interpretação, entenderia que a música foi composta por Seu Jorge e não por Adriana Calcanhotto.

Naquela noite, contra a vontade de todos os filhos, netos, genros e familiares em geral, Vó Dalva decidiu ir. Mesmo com todos os problemas de saúde, desafiou a todos. Na época, ela tinha começado a usar uma bengala para caminhar, mas era só de brincado. Na maioria das vezes, independente do cansaço, se negava a usar. Na noite do show, a contragosto, estava com a bengala a postos.

Num primeiro momento, a música “Naquela Estação” representava um término amoroso e alguém que lembrava desse amor com saudades. Enfim, uma *música melosa* e até *piegas*. Hoje, desde que você partiu, Vó Dalva, ganhou uma camada diferente: é sobre amor, término, saudades e gratidão por todo carinho que temos entre nós. Se sei alguma coisa — e sigo aprendendo — sobre cuidar das pessoas e valorizo essa atitude, você foi e é uma das minhas maiores mestras. Sou grato por tudo, minha vózinha.

Agradeço aos meus familiares pelo acolhimento, compreensão e incentivo.

Agradeço aos meus amigos e minhas amigas pela atenção, risadas e companhia.

Agradeço a todas e a todos os professores que tive oportunidade de trocar aprendizados ao longo dessa minha caminhada.

Agradeço pelas oportunidades que moldaram cada parte de quem sou hoje.

Agradeço a todas as pessoas conhecidas e desconhecidas que consciente e inconscientemente me ajudaram a chegar onde estou e seguir adiante.

Agradeço imensamente ao árduo trabalho de jornalistas e cientistas das mais variadas especializações pela dedicação, apreço e contribuição a esta terra que chamamos Brasil. Afinal, acredito que, na trama de conhecimentos plurais, está a chave para um convívio social mais democrático e saudável.

Agradeço a todos os profissionais que, durante esta pandemia, foram considerados essenciais — médicos, enfermeiros, garis, entregadores, caminhoneiros, fiscais, servidores públicos, entre outros —, torço para que algum dia este país passe a valorizar o cuidado, o afeto e o acolhimento como bem público acessível, inclusive com valorização salarial desses profissionais.

Agradeço aos Orixás, à Natureza, a todas as expressões de fé, a todos os ancestrais que nos guiam e protegem diante de tantas imprevisibilidades e adversidades do dia a dia.

Por fim, presto solidariedade e peço licença a todas as vítimas da covid-19 e aos seus familiares para dar seguimento à presente pesquisa.

In Memoriam

Vó Dalva, Tio Cri, Tio Manoel

Tio David, Tia Dione, Dayone

RESUMO:

O presente estudo se dedica a verificar como as fontes jornalísticas consultadas pela Editoria de Economia da Gaúcha/ZH contribuíram para a compreensão da economia durante o contexto da pandemia do novo coronavírus. Para isso, mobilizou-se o aporte teórico sobre fontes jornalísticas (SCHMITZ, 2011) e jornalismo econômico (PULITI, 2013a; KUCINSKI, 2000), com o fim de descrever e contextualizar as dinâmicas da cobertura econômica brasileira, assim como as suas especificidades. Neste estudo, a metodologia empregada foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). As notícias econômicas de GZH — publicadas entre os dias 1º e 31 de março de 2021, no recorte deste trabalho — foram selecionadas para compor o *corpus* da pesquisa, conforme os critérios adotados. Como resultados, foi possível constatar que houve o predomínio de fontes do grupo empresarial em pautas de microeconomia e, nos outros grupos de fontes, identificou-se a consulta a atores sociais que defendiam principalmente interesses empresariais e/ou agiam na defesa das pautas desse setor.

Palavras-chave: Fontes noticiosas; Jornalismo Econômico; Coronavírus; Pandemia; Editoria de economia GZH.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 JORNALISMO, VALORES DA PROFISSÃO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA .	14
2.1 JORNALISMO, INTERESSE PÚBLICO E CREDIBILIDADE.....	14
2.2 JORNALISMO, INTERSUBJETIVIDADE E O PAPEL DA NOTÍCIA	17
2.3 JORNALISMO E AS FONTES NOTICIOSAS.....	20
3 A COBERTURA DE ECONOMIA NO BRASIL	26
3.1 JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....	26
3.2 AS FONTES JORNALÍSTICAS NA COBERTURA ECONÔMICA	29
3.3 JORNALISMO ECONÔMICO E A CIÊNCIA ECONÔMICA.....	32
3.4 ECONOMIA E DIREITOS HUMANOS.....	34
3.5 ECONOMIA E PROPOSTAS PARA O DURANTE E PÓS-PANDEMIA.....	36
4 O NOVO CORONAVÍRUS	38
4.1 IMPACTOS DA PANDEMIA.....	38
4.2 COVID-19: UM BREVE HISTÓRICO MUNDIAL.....	40
4.3 DESEMPENHO NO COMBATE À PANDEMIA: LINHAS GERAIS.....	42
4.4 O NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL.....	44
5 PREDOMÍNIO DE FONTES EMPRESARIAIS DURANTE A PANDEMIA	46
5.1 O PORTAL ONLINE GAÚCHA/ZH.....	46
5.2 SELEÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA.....	47
5.3 ANÁLISE.....	54
5.3.1 FONTES EMPRESARIAIS.....	55
5.3.1.1 ADAPTAÇÃO E A EXPANSÃO DE NEGÓCIOS.....	56
5.3.1.2 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA.....	58
5.3.1.3 MEDIDAS DE COMBATE À CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS.....	59
5.3.2 FONTES INSTITUCIONAIS.....	60
5.3.2.1 A DEFESA DE INTERESSES EMPRESARIAIS.....	60
5.3.2.2 A DEFESA DE INTERESSES SINDICAIS.....	62
5.3.2.3 A PROTEÇÃO SOCIAL, MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS DA CRISE E O CAMPISMO.....	63

5.3.3 FONTES OFICIAIS.....	64
5.3.3.1 A EXTENSÃO DO NOVO AUXÍLIO EMERGENCIAL.....	65
5.3.3.2 A VACINAÇÃO EM MASSA.....	66
5.3.3.3 EFEITOS DA CRISE DO CORONAVÍRUS SOBRE A ECONOMIA.....	66
5.3.3.4 A ABERTURA DE LINHAS DE CRÉDITO, OUTRAS MEDIDAS E INTERESSES DIVERSOS.....	67
5.3.4 FONTES POPULARES.....	68
5.3.4.1 OS CONSUMIDORES.....	68
5.3.4.2 OS DESEMPREGADOS.....	69
5.3.4.3 OS FUNCIONÁRIOS.....	69
5.3.5 FONTES ESPECIALIZADAS.....	70
5.3.5.1 EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA.....	70
5.3.5.2 AS MEDIDAS SANITÁRIAS.....	71
5.3.5.3 O TELETRABALHO.....	72
5.3.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
8 ANEXOS.....	83

1 INTRODUÇÃO:

Em março de 2020, a pandemia do novo coronavírus, causada pelo vírus SARS-COV-2 (sigla de, no inglês, *severe acute respiratory syndrome*, que pode ser traduzido como infecção aguda respiratória), chegou ao Brasil. Desde então, políticos brasileiros lidaram e criaram tensões sociais a partir da chegada da crise sanitária e suas consequências econômicas. Diante deste cenário nacional e global, surgiram algumas questões: qual área se deve priorizar, a saúde ou a economia? Ou, na busca de soluções, seria possível uma articulação entre as duas áreas?

Diante desse dilema, o jornalismo brasileiro pôde cobrir os impactos da crise sanitária, as ações de enfrentamento à pandemia e os atos contraditórios de governantes — como Jair Bolsonaro (sem partido) na presidência da República; Eduardo Leite (PSDB) no governo do Estado do Rio Grande do Sul; e, o então prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Jr. (PSDB)¹. Eu destaco os dois últimos políticos em função de escrever a partir da cidade de Viamão situada no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana da capital gaúcha, Porto Alegre. Logicamente, outros personagens e organizações sociais poderiam ser citados, mas escolhi mencionar os três devido às decisões políticas adotadas pelos mesmos afetarem direta e/ou indiretamente o município de Viamão e a região Sul do país.

Entre ações importantes praticadas pelo jornalismo brasileiro durante o ano de 2020, é possível citar a formação do Consórcio dos Veículos de Imprensa. Desde junho de 2020, os veículos de comunicação da grande imprensa — como os jornais O Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Extra e UOL — formaram uma parceria colaborativa para apurar e divulgar informações sobre a evolução de casos testados positivos e mortes causadas pelo covid-19 no país². A iniciativa aconteceu visto que, por meio do Ministério da Saúde, o governo federal passou a sabotar a divulgação de informações referentes à doença, retirando do ar o portal no qual o ministério comunicava o número de mortos e contaminados e, no retorno do portal, apresentando dados conflitantes sobre a doença no intervalo de poucas horas.

¹ Nas eleições municipais de 2020, o candidato Sebastião Melo (PMDB) foi eleito prefeito de Porto Alegre.

² Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>> Acesso em: 16/10/2021

Considerando-se esse cenário, o presente estudo tem como *problema de pesquisa*: como as fontes selecionadas pelo portal de notícias Gaúcha/ZH contribuíram para a compreensão da economia em contexto de pandemia? Considerando a problemática, foram coletadas as notícias da editoria de economia do portal durante o mês de março — dia 1º a 31 de março de 2021 —, momento em que a pandemia completou o período de um ano em território brasileiro. O *objetivo principal* da pesquisa é verificar quais fontes foram selecionadas pela Editoria de Economia de Gaúcha/ZH nas notícias sobre os aspectos econômicos da pandemia e analisar como essas fontes influenciaram na compreensão sobre os fatos noticiados. Já os *objetivos específicos* são (1) refletir sobre a relação entre jornalismo e fontes de informação; (2) identificar e classificar as fontes consultadas no jornalismo especializado em economia; e (3) analisar a relação entre a escolha das fontes de informação, as pautas e os acontecimentos jornalísticos relativos ao contexto da pandemia na cobertura da editoria de Economia de GZH.

Vale lembrar que, passado um ano do primeiro caso e primeira morte da doença no país — respectivamente, em 26 de fevereiro e em 12 de março de 2020 — e no Rio Grande do Sul — em 11 de março e 27 de março de 2020 -, a capital gaúcha Porto Alegre foi considerada "o coração de um colapso monumental no sistema de saúde do Brasil" pelo jornal estadunidense New York Times³. Além disso, o país chegou à marca de 300 mil mortes por covid-19 no dia 24 de março de 2021. Somente no mês de março de 2021, a média diária de mortes superou pela primeira vez a marca de 2 mil óbitos oficiais da doença⁴ e, até então, havia se tornado o mês em que a doença foi mais letal no Brasil. A marca de alta letalidade foi superada no próximo mês: enquanto março registrou 66.868 óbitos, em abril de 2021 houve 82.401 mortes⁵.

No início, a minha motivação para empreender este estudo foi a minha curiosidade em relação ao jornalismo econômico. A partir do quarto semestre do curso, paralelamente às

³A Collapse Foretold: How Brazil's Covid-19 Outbreak Overwhelmed Hospitals

<<https://www.nytimes.com/2021/03/27/world/americas/virus-brazil-bolsonaro.html#click=https://t.co/7uWNW1dQUX>> Acesso em: 07/04/2021

⁴ Média diária de mortes por covid no Brasil fica acima de 2 mil pela 1ª vez, diz consórcio de veículos de imprensa

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/03/media-diaria-de-mortes-por-covid-no-brasil-fica-acima-de-2-mil-pela-1a-vez-diz-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-ckme2malu003701gcilmtbev4.html>>

Acesso em: 07/04/2021

⁵ Abril foi o mês mais letal da pandemia de Covid no Brasil, com mais de 82 mil mortes

<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/04/abril-foi-o-mes-mais-letal-da-pandemia-de-covid-no-brasil-com-mais-de-82-mil-mortes.shtml>> Acesso em: 14/09/2021

disciplinas, tinha em mãos livros da biblioteca da UFRGS como *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*, do banqueiro e ganhador do Nobel da Paz em 2006 Muhammad Yunus, *Jornalismo Econômico*, da jornalista Suely Caldas, *O juro da notícia: Jornalismo Econômico Pautado Pelo Capital Financeiro*, da jornalista Paula Puliti, e *Elementos de Jornalismo Econômico*, do jornalista Sidnei Basile. Todas as leituras me levaram a buscar compreender de forma autodidata a economia e as finanças pessoais já que os dois temas são essenciais na vida cotidiana, mas interpretados como complicados demais para entender. Essa barreira sempre me pareceu desnecessária e, como jornalista, senti a necessidade de aprender formas de tornar os temas econômicos mais acessíveis, como uma espécie de tradutor do “economês”. Somado a isso, o meu interesse pelo jornalismo econômico se ampliou em razão da pesquisa da Prof^a. Dr^a. Paula Puliti; pois a pesquisadora testemunhou e comprovou uma dinâmica em que as fontes do mercado financeiro tendem a ser proativas em relação à imprensa, preferindo pautá-la ao invés de serem pautadas⁶. Devido a isso, a curiosidade me levou a procurar entender como é realizada a seleção das fontes que compõem o noticiário econômico e, assim, descobrir em quais pilares se baseiam a qualificação do debate público sobre temas de dimensão econômica, especialmente no Brasil.

Com base nesses pressupostos teóricos e objetivos, o presente trabalho analisa a cobertura da pandemia na Editoria de Economia de Gaúcha/ZH. O primeiro capítulo se ocupa em descrever como compreendo o Jornalismo enquanto atividade profissional e o seu compromisso ético vinculado à ideia de democracia. Deste modo, com o foco nas fontes de notícias, busco debater os valores sociais que guiam a prática jornalística, o conceito das fontes jornalísticas assim como os critérios de seleção das mesmas e alguns desafios contemporâneos acerca da profissão.

No segundo capítulo, abordarei algumas das especificidades do jornalismo dedicado à economia, destacando elementos históricos e culturais da cobertura econômica no Brasil.

⁶ No livro *O juro da notícia: Jornalismo Econômico Pautado Pelo Capital Financeiro* (2013), a jornalista Paula Puliti investigou, no período compreendido entre 1989 e 2002, as dinâmicas das fontes consultadas na editoria de economia de dois jornais tradicionais de cobertura nacional: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Com a pesquisa, Puliti pôde observar a crescente participação até o predomínio de um tipo de fonte noticiosa: o economista do mercado financeiro. A pesquisa também demonstrou que não foi um processo apenas de procura dos jornalistas por esse tipo de fonte, mas que economistas do mercado financeiro e as instituições as quais representam investem em estratégias de comunicação através da assessoria de imprensa — como treinamento de mídia (*media training*) para familiarizar clientes com a imprensa através de elementos que envolvem a construção de notícia, gerando fatos/dados com forte apelo a se tornar notícia. Deste modo, a pesquisadora testemunhou e comprovou uma dinâmica em que a fonte do mercado financeiro possui uma tendência a ser ativa em relação à imprensa, preferindo pautá-la a ser pautado.

Além disso, discorro sobre a relação jornalista-fonte nessa editoria especializada, assim como a dinâmica entre a economia e os direitos humanos. O terceiro capítulo apresenta um breve histórico contextualizando alguns efeitos econômico-sociais da pandemia do novo coronavírus no Brasil e no mundo. Também discuto como algumas propostas do Estado de Bem-Estar Social podem ajudar o país com medidas econômico-políticas de médio e longo prazo para enfrentar as mazelas estruturais acentuadas pela pandemia.

Por fim, no quarto capítulo, está a análise do *corpus*, a metodologia detalhada para cumprir com os objetivos da pesquisa e a discussão dos resultados encontrados. O principal resultado foi a Economia de GZH produzir um noticiário com o predomínio de fontes empresariais acompanhado de outros tipos de fontes na defesa de interesses empresariais.

2 JORNALISMO, VALORES DA PROFISSÃO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Antes de propor a discussão sobre as fontes jornalísticas e as especificidades do jornalismo econômico, se faz necessário apontar como se entende o jornalismo enquanto prática ética e profissional no presente estudo. Sendo assim, entende-se que o campo jornalístico em geral influencia as práticas do campo jornalístico especializado e vice-versa. Desta forma, se destacam os compromissos éticos do jornalismo com a democracia no ato de informar e, dentro dessa perspectiva, qual o papel das fontes de informação no processo de noticiar acontecimentos sociais.

2.1 JORNALISMO, INTERESSE PÚBLICO E CREDIBILIDADE

Em uma breve descrição histórica, segundo Traquina (2005a), pode-se observar que o jornalismo, nascido no Ocidente no século XIX, passa pelo processo de profissionalização⁷ — ao longo do século XX até o período vigente — durante a consolidação das democracias liberais, do capitalismo e da ampliação da alfabetização para além das elites oligárquicas e clero, chegando à nova classe social que então se formava: a burguesia. No século XIX, principalmente na França, a atividade era sustentada financeiramente de modo majoritário por partidos políticos, o que se refletiu num jornalismo com tom acusatório mais pautado pela *opinião (ou arma política)* com uma linguagem mais próxima da literatura. Concomitantemente, nos Estados Unidos, ocorria a expansão do jornalismo moderno na forma da *penny press*, na qual o objetivo foi aumentar a circulação dos jornais através do baixo custo para pessoas que normalmente não adquiriam os periódicos devido a sua condição econômica.

O jornalismo moderno introduziu a ideia da separação entre *fatos* e *opinião* (entendida então como *propaganda política*) com a ideologia de que os jornais deveriam ter o compromisso de servir ao público leitor em detrimento dos partidos políticos.

A nova ideologia pregava que os jornais deveriam servir os leitores e não os políticos, pregava que [os jornalistas] traziam informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários, pregava fatos e não opiniões. (TRAQUINA, 2005a, p. 50)

⁷ Traquina (2005a) destaca que, na luta de 150 anos ainda em continuação pelo estatuto social comparado ao das profissões liberais, o jornalismo não foi capaz de delimitar rigorosamente o seu território de atuação. Ainda assim, o campo do jornalismo conquistou sua legitimidade social na teoria democrática, onde a cultura jornalística rica em valores e símbolos esboça uma variedade de ideologias e desenha uma identidade profissional reconhecida dentro e fora do meio, o *dever-ser* do jornalismo.

Ao mesmo tempo em que o lucro obtido na conquista de um público pagante mais amplo — mais generalizado, politicamente menos homogêneo e não uma elite educada — tornava a atividade jornalística mais autônoma em relação aos políticos, a comercialização virou uma questão e surgem

dois pólos dominantes no campo jornalístico moderno: a) o pólo "econômico" ou "comercial" — com a comercialização da imprensa no século XIX, as notícias são a mercadoria de um negócio cada vez mais lucrativo; b) o pólo "ideológico" ou "intelectual" — com a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos. (TRAQUINA, 2005a, p. 125 e 126)

Os dois pólos ideológicos moldam o ambiente propício para considerar duas dimensões do público que influenciam o processo de construção das notícias: a cidadania e o consumo. A partir das duas dimensões, é possível afirmar que a primeira — de caráter cidadão e racional — possui maior compatibilidade com o valor-notícia que orienta eticamente o *dever-ser* do jornalismo: o *interesse público*. Por sua vez, de caráter mercadológico e emocional, a segunda dimensão tem mais afinidade com a curiosidade expressa pelos consumidores das notícias: o *interesse do público*.

À primeira vista, os dois pólos ideológicos parecem conflitantes, inclusive em relação à noção de democracia, porém, na prática,

tais noções (interesse público *versus* interesse do público, relevante *versus* interessante) estão muitas vezes imbricadas numa dinâmica de articulação, deslizamento ou sobreposição. Considerando-se que ambas funcionam como critérios de seleção das ocorrências e de construção da notícia, o jornalismo pode selecionar um fato de interesse público e construí-lo na perspectiva do "interesse do público" ou vice-versa; pode atribuir uma qualidade de interesse público a relatos cuja produção e disseminação atendam aos interesses econômicos da própria organização jornalística (estratégia de legitimação) e, assim, dissimuladamente, atender ao "interesse do público". (SARTOR, 2016, p. 125, grifo do autor)

Por mais que a concepção de *interesse do público* atenda a interesses privados de indivíduos e/ou grupos sociais específicos dentro de uma democracia, o autor entende que desprezar o interesse do público independente do contexto pode soar um posicionamento elitista em razão de excluir de modo arbitrário temas e fatos da esfera pública julgados como *indignos* para o interesse público. Desta forma, os profissionais de imprensa orientam o público nessa relação social de interesses diversos de fontes, jornalistas e do próprio público.

Ademais, o jornalismo contemporâneo se estabelece conforme as relações de confiança entre profissionais de imprensa e o público. A partir de relatos de fatos verdadeiros

— ou próximos do que se entende como índice de realidade —, o jornalismo constrói relações de credibilidade com diversos sujeitos e instituições sociais. Benetti e Lisboa (2017) apontam que a credibilidade jornalística se estabelece segundo o jogo dialético entre a *credibilidade constituída* pelo orador — jornalistas — e a *credibilidade percebida* pelo interlocutor — a audiência. Ou seja, a credibilidade não é uma qualidade auto-atribuída⁸ por quem transmite as notícias e, sim, gerada dentro de uma relação dinâmica e complexa de expectativas mútuas envolvendo jornalistas, veículos jornalísticos e o próprio jornalismo com o amplo público —diversificado entre especialistas e leigos nos assuntos noticiosos.

As autoras relatam que os valores da credibilidade constituída do jornalismo e outras fontes de informação são guiados e avaliados por dois princípios,

a) a *competência*, também chamada de autoridade, que se refere ao conhecimento técnico e verdadeiro sobre o assunto abordado, e b) a *integridade* da fonte, que envolve tópicos relativos ao seu caráter, como a disposição em compartilhar informações, o compromisso com a verdade, a sinceridade em expor motivações e interesses e, sobretudo, a reputação. (BENETTI & LISBOA, 2017, p 55, grifo meu)

No caso do jornalismo, a audiência possui uma noção do que seria o *dever-ser do jornalismo*. Isso gera expectativas em torno do modo como profissionais de imprensa devem agir e falar em variados contextos noticiosos.

Dois princípios deontológicos estão na base da credibilidade constituída do jornalismo: a *verdade*, associada à integridade, e o *interesse público*, associado à competência. A busca de uma verdade como correspondência ou conformidade ao real sobre fatos que sejam relevantes a uma comunidade, e não apenas a um grupo, é norteadora do *ethos jornalístico*. (BENETTI & LISBOA, 2017, p. 57, grifo meu)

As pesquisadoras também destacam que “a avaliação da credibilidade do enunciador não é apenas individual. É também coletiva e condicionada por fatores culturais, sociais e econômicos” (BENETTI & LISBOA, 2017, p. 56 e 57). Ou seja, os fatores avaliados podem não estar condicionados a um julgamento estritamente racional, podendo haver o acompanhamento de sentidos afetivo-culturais de indivíduos e comunidades sociais. É importante enfatizar que os fatores que condicionam os sentidos de credibilidade e as suas dimensões — seja constituída, seja percebida — estão em constante mutação. Os sentidos de credibilidade são construídos histórica, econômica, social, afetiva e culturalmente — entre outras dimensões não citadas — por diversos sujeitos sociais — coletiva e individualmente.

⁸ Destaco a discussão a respeito da credibilidade por entender que tanto jornalistas quanto fontes noticiosas — quando visam a atribuição de autoridade e notoriedade em determinado tema — estão interessados em se tornar e se manter reconhecidamente fontes de informação para que o amplo público acredite no *seu entendimento* do que é ou pode ser verdade.

A presente seção do capítulo destaca o debate sobre o tema da credibilidade devido ao fato de ser alvo da ambição profissional tanto de jornalistas quanto de fontes de informação; pois as fontes

[...] por interesse próprio, tratam de informar a sociedade sobre as suas ações ou impedir que se espalhe uma versão inconveniente. O jornalista, no papel de selecionador, considera se o fato é notícia ou não, ou seja, se interessa ou não ao seu público e veem as fontes como colaboradoras da produção jornalística. Sabendo desse procedimento, as fontes usam estratégias para obter visibilidade na esfera pública, legitimar a identidade organizacional ou pessoal e formar uma imagem positiva associada à *credibilidade e à boa reputação*. (SCHMITZ, 2011, p. 14, grifo meu)

A partir de canais abertos em contato com amplos públicos, os jornalistas — profissionais que têm compromisso ético com a verdade factual e com o interesse público — e as fontes consultadas pelos profissionais de imprensa — com os seus interesses diversos — constroem suas reputações midiáticas ao se tornarem reconhecíveis ao público e/ou múltiplos públicos. Com isso, garantem uma relativa e mutável influência nos rumos sociais ou, até mesmo, encontram nichos de público mais alinhados com as *suas* mensagens emitidas. Quando as notícias são produzidas por veículos jornalísticos, há a expectativa de que as mesmas sejam — além de verdadeiras — importantes, coerentes e íntegras, assim como os atores sociais envolvidos nos relatos noticiosos.

2.2 JORNALISMO, INTERSUBJETIVIDADE E O PAPEL DA NOTÍCIA

O presente estudo está parcialmente em concordância com o artigo de Raíssa dos Santos, Marília Gabriela Rêgo e Heitor Costa da Rocha (2020) no que toca à interpretação do que é o texto noticioso⁹. Para os autores, a notícia é uma experimentação do mundo vinculada a processos de interação

como o diálogo entre jornalista e suas fontes e personagens, mas também as relações culturais, familiares, sociais, históricas, religiosas em que estes estão envolvidos, além da influência da organização e da pressuposição de seus públicos. Esse é o fundamento que nos leva a recusar a objetividade jornalística e seus envoltos (neutralidade, imparcialidade) e a considerar a narrativa jornalística como constitutivamente intersubjetiva. (SANTOS; RÊGO; ROCHA; 2020, p. 1 e 2)

⁹ É preciso ressaltar que o presente estudo concorda com a negação da imparcialidade e da neutralidade proposta pelos autores. No entanto, a objetividade é interpretada como um pilar que diferencia a prática do jornalismo de outras profissões, como a de escritores de literatura ficcional. Além disso, esta pesquisa não compartilha da oposição da subjetividade e da objetividade proposta tanto na Teoria da Intersubjetividade quanto na Teoria do Espelho; pois são elementos que se complementam na construção de notícias.

Ao destacarem a condição intersubjetiva da notícia, os autores inserem os jornalistas e as fontes em uma noção de papéis ativos na construção de interpretações do mundo, da dita realidade¹⁰. Além disso, os pesquisadores buscam romper com o discurso ideológico positivista que reduz a atividade jornalística a dois extremos: tornar o profissional de imprensa o protagonista da história que conta ou restringir a atuação profissional a um “reprodutor técnico da realidade”. Deste modo, assim como os autores, entendo que as relações jornalista-fonte são recortes do processo complexo de construção de notícias, que envolvem inúmeros atores sociais. A noção de intersubjetividade que coloca em evidência a parcialidade do jornalista, no ponto de vista do autor deste trabalho, em nada compromete o rigor jornalístico e, sim, enriquece a prática; pois contextualizar o aspecto de complexidade¹¹ dos acontecimentos é também tornar explícito que, para construir a notícia,

os jornalistas devem dispor de “mapas culturais” do mundo social que lhes permite dar sentido aos acontecimentos. O mundo não deve ser representado como uma sequência de ocorrências caóticas, desordenadas e não relacionadas, e sim com acontecimentos identificados e inseridos em um contexto social. Isso implica que os acontecimentos transformados em notícia sejam relacionados com outros acontecimentos conhecidos pelo público e que também sejam colocados em um quadro de significados familiares a ele. (LÜCKMAN & FONSECA, 2017, p.164)

Desta forma, tanto jornalistas quanto fontes compartilham de entendimentos comuns sobre como o mundo social funciona por fazerem *parte* do mesmo; pelo ponto de vista intersubjetivo do jornalismo, os atores sociais, por se entenderem participantes da sociedade, tendem a compreender a realidade social e jornalística como uma rede de acontecimentos específicos que se influenciam mutuamente, os quais oferecem sentidos ao cotidiano social, à esfera pública e à opinião pública. Simões (2015), inspirada no pensamento do sociólogo e jornalista estadunidense Robert Ezra Park, aponta que:

As notícias suscitam discussões e cumprem o papel de orientar a vida dos sujeitos. Dessa maneira, elas participam não apenas da construção da opinião pública [...], mas da própria construção da realidade social, na medida em que os comentários gerados por elas atuam na constituição das subjetividades e das intersubjetividades. (SIMÕES, 2015, p. 57)

¹⁰ Segundo TAVARES (2012, p. 11), “no cruzamento entre a mediação presente nas relações sociais (realizada principalmente pela linguagem) e a mediação jornalística (também permeada pela linguagem e outros elementos éticos e estéticos), configura-se uma outra mediação, que soma elementos das distintas realidades aí reunidas e cria, de maneira reflexiva, formas de acesso ao cotidiano”. Desta forma, o autor assinala que a realidade concreta não existe sem a mediação de sentidos e, reconhecendo que há o encontro da realidade social — composta de inúmeras formas de mediação — com a realidade jornalística — mediada através da ética profissional —, é possível deduzir que o conceito de realidade está em constante disputa e em permanente mudança.

¹¹ A noção de complexidade é entendida conforme as autoras Lückman e Fonseca (2017) que, baseadas no pensamento do filósofo francês Edgar Morin, definem como “o que está entretecido em conjunto” e não “ideias de confusão, dificuldade, incerteza ou desordem”.

Desta maneira, como forma de conhecimento, a notícia oferece aos sujeitos um modo de se entenderem enquanto sujeitos no mundo social e os sujeitos delimitam aquilo que é possível comunicar nas notícias num processo de interdependência.

A partir da interdependência das notícias com os sujeitos sociais, os relatos noticiosos não funcionam simplesmente como a reprodução/cópia fiel dos fatos, como se existisse um modo único de retratar os acontecimentos, mas uma rede de contextos articulados em diversos fatores, como a rotina de trabalho, a concorrência entre veículos de comunicação, a relativa autonomia do profissional de imprensa no desenvolvimento das pautas, o ambiente das redes sociais, a disponibilidade ou não de fontes, entre outros aspectos. Num mesmo movimento, esses fatores e acontecimentos — jornalísticos ou não — limitam ou ampliam as possibilidades da composição das notícias.

Destaco o viés intersubjetivo da comunicação nas notícias devido ao reconhecimento da influência da chamada Teoria do Espelho, uma ideologia profissional nascida com o jornalismo moderno que valoriza a informação em detrimento da opinião, que é, pelo menos nos países ocidentais,

a teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doa a quem doer*. (TRAQUINA, 2005a, p. 146 e 147, grifos do autor)

Além de estimular um papel passivo ao jornalismo diante da realidade social, a Teoria do Espelho coloca em oposição os valores da objetividade e da subjetividade, interpretando a objetividade como uma técnica imparcial de descrição dos fatos em função do reconhecimento da comunidade jornalística. Sem negar o papel ativo da subjetividade no jornalismo, o viés intersubjetivo sinaliza que o discurso jornalístico “(SANTOS; RÊGO; ROCHA; p. 2020, 2 e 3) não consegue espelhar o real, mas sim uma leitura possível dos acontecimentos, e a notícia, por sua vez, é considerada fruto da interação do jornalista com a política editorial do veículo e com leitor/ouvinte/telespectador”. Aqui, a parcialidade intersubjetiva dos atores sociais na notícia ganha valor ao entender a parcialidade como a condição humana de jamais chegar ao acesso de um saber completo sobre a realidade, as notícias oferecem recortes da realidade. Na mesma linha de raciocínio, as pesquisadoras advertem para o fato de que

não se pode confundir complexidade com completude, tampouco confundir a complexidade com uma receita. Ela deve ser encarada como um desafio e uma motivação para pensar; como uma palavra-problema e não como uma solução. É preciso ter claro que atingir um conhecimento completo é algo utópico (LÜCKMAN & FONSECA, 2017, p. 171)

Desta forma, a parcialidade é tratada como os conhecimentos adquiridos através da experiência profissional e cultural de encontro com os fatores e circunstâncias descritos ao longo do capítulo. Isso ocorre sem ser uma oposição às técnicas e rituais do jornalismo, esse ambiente que constrói a noção de objetividade jornalística, apenas há o destaque para a subjetividade dos principais atores sociais envolvidos no processo de construção das notícias: os jornalistas. Ou seja, o presente estudo entende que a subjetividade e a objetividade não são opostos, mas são faces de um mesmo processo: construir e contar histórias factuais de interesse público a partir da interação com variados atores sociais. Desta forma, os jornalistas não são considerados um observador alheio aos fatos (neutro) e, sim, um participante interessado que define os limites do que são acontecimentos notáveis para a comunidade jornalística e a sociedade em geral; pois, para existir notícias, se faz necessário haver uma cultura tanto profissional quanto social que permita ler e definir acontecimentos enquanto notícia. Logo, nem todo acontecimento é notícia, mas toda notícia é um acontecimento de interesse do jornalista, do público e/ou do veículo de comunicação em que trabalha.

Nesta seção, foi realizado o percurso que orienta o trabalho a considerar alguns dos principais aspectos histórico-culturais sobre o entendimento do papel da notícia no jornalismo, as influências ideológicas, mercadológicas e cidadãs que mobilizam jornalistas e fontes a se aproximarem. Além disso, foram apresentados alguns dos valores sociais que orientam o jornalismo profissional no seu *dever-ser* — o interesse público, o interesse do público, a credibilidade, a verdade, a realidade, a objetividade e o papel da parcialidade intersubjetiva dos atores dentro do processo noticioso. As próximas seções se ocupam da dinâmica jornalista-fonte e das especificidades de produzir notícias econômicas no Brasil.

2.3 JORNALISMO E AS FONTES NOTICIOSAS

Primeiramente, é necessário entender que a cultura jornalística — através de rotinas de trabalho¹², os seus valores-notícia, entre outros elementos — molda e condiciona a prática

¹² Traquina (2005a) relata que a socióloga estadunidense Gaye Tuchman realizou uma pesquisa etnográfica, de 1966 a 1976, acompanhando a rotina de um canal de TV, três jornais impressos de Seaboard e Nova York para compreender as lógicas do fazer jornalístico. Seu livro *Making news*, publicado em 1978, é um marco para os

profissional através de saberes como “o domínio de técnicas de recolha de informação, de elaboração de estruturas narrativas precisas, e de uma linguagem específica —o *jornalês*” (TRAQUINA, 2005a, p. 116, grifo do autor) . E, dentro de suas atribuições, jornalistas reivindicam o poder de guardar segredo em relação à comunicação que tem lugar entre o profissional e o cliente¹³: a fonte de informação.

No caso do jornalista, o cliente é a fonte de informação e o sigilo profissional é tanto uma pedra angular no desempenho das suas atividades profissionais como o é no caso dos médicos e dos advogados. Conceber a comunicação entre jornalistas e fontes como uma comunicação privilegiada faz parte da cultura jornalística e é vista pelos profissionais como uma questão de honra, ao ponto de recusar qualquer traição a esse compromisso mesmo sob pena de prisão. (TRAQUINA, 2005a, p.118)

O autor ainda sublinha que, mesmo na condição de empregados, os profissionais de imprensa possuem como propriedade privada as relações com as fontes visto que quando deixam uma empresa

levam consigo os seus livros de endereço, isto é, levam consigo as suas fontes. As relações com as fontes não são propriedade da empresa; devido ao seu estatuto de profissional, as relações com as fontes são propriedade privada do jornalista. (TRAQUINA, 2005a, p 118-119)

Porém, no início do ciberjornalismo, em que profissionais de imprensa começaram a produzir matérias por meio da internet em conteúdo multimídia, Bastos (2012) relatou existir uma tendência de diluição dos pilares tradicionais da identidade profissional — como as noções de serviço público, a objetividade, a autonomia, a instantaneidade e a ética — e a habilidade para o cultivo de fontes visto que

o cultivo de fontes próprias, um processo que exige disponibilidade, tempo e contactos pessoais regulares, vê-se também relegada para segundo plano, quando não esvaziada por completo, face às múltiplas urgências do imediato. Neste cenário, trabalhos de maior fôlego, que por norma exigem grande dispêndio de tempo, como acontece na reportagem de investigação, tornam-se quase uma miragem para o ciberjornalista (BASTOS, 2012, p. 286)

estudos construtivistas no jornalismo, que consideram o papel das rotinas do trabalho, os valores da ideologia profissional, entre outros aspectos influenciadores no processo de construção das notícias. Esse entendimento se opõe à teoria do espelho, que, como vimos na seção anterior, é uma ideologia profissional que estimula a crença de que as notícias são o reflexo fiel da realidade em função da supervalorização da técnica jornalística e atribui ao jornalista um papel passivo diante dos acontecimentos.

¹³ O uso da palavra “cliente” no lugar de fontes pode sugerir que Traquina defende o espaço para negociações comerciais entre jornalistas e fontes na cobertura noticiosa dos acontecimentos. No contexto, a palavra foi utilizada em uma comparação metafórica entre o jornalismo e outras profissões liberais — como advocacia e medicina -, as quais possuem relação direta com clientes. Aliás, o autor cita alguns autores os quais indicam que o jornalismo conquistou a sua legitimidade social enquanto serviço público e não como negócio.

Bastos (2012) indica que, no início, a internet foi encarada como o “negócio do futuro da profissão” sem que as empresas de comunicação se dedicassem com planejamento e investimento adequados. O autor afirma que a noção de instantaneidade da informação foi modificada pelas novas tecnologias, mesmo a verificação dos fatos permanecer um procedimento que necessita de tempo e da forma que ocorre o contato com as fontes. No entanto, é preciso ressaltar que o cenário descrito pelo autor pode ser encontrado em alguns segmentos e não representa a totalidade da área do ciberjornalismo.

Segundo Pavlik (2020), as técnicas de apuração e apresentação das notícias têm sido modificadas pelo ciberjornalismo, como se verifica com o uso da pesquisa online, que permite o acesso a um amplo espectro de fontes. Além disso, contrariando a fala de Helder Bastos de que “trabalhos de maior fôlego tornam-se quase uma miragem para o ciberjornalista”, vale citar os casos de repórteres investigativos obterem e interrogarem grandes bancos de dados como nas reportagens *Vaza Jato*, do The Intercept Brasil, *Panamá Papers* e, mais recentemente, *Pandora Papers*, do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos. Em sentido contrário a Bastos, Pavlik (2020) reconhece que a velocidade do fluxo de dados na internet possa transmitir informações imprecisas, falsas ou enganosas, mas observa que um ciberjornalismo ético, robusto e independente fortalece a democracia quando mantém os cidadãos bem informados e engajados em assuntos de importância pública. O autor também pontua que os ciberjornalistas possuem ferramentas e tecnologias capazes de alcançar e envolver o público que, com a internet, está mais móvel, em rede e participativo.

Dito isso, também é preciso diferenciar “fonte de informação” e “fonte de notícia” (SCHMITZ, 2011, p. 9) , no sentido de que qualquer informação está disponível a alguém. Já a fonte de notícia necessita de um meio de transmissão, de um mediador, que faça circular o seu conhecimento ou saber”. Sendo assim, para facilitar a compreensão sobre o tema, Schmitz (2011) construiu uma classificação das fontes de notícias a partir dos índices de categoria, de grupo, de ação, de crédito e de qualificação. De modo resumido, o jornalista aponta que as fontes noticiosas são

peçoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9)

De forma detalhada, esta pesquisa se propõe a explicar alguns elementos da classificação das fontes de notícia proposta pelo jornalista brasileiro Aldo Schmitz, porque será retomada no capítulo da análise das notícias da editoria econômica do site GZH e ajudam a compreender algumas das dinâmicas da relação jornalista-fonte.

Schmitz (2011) busca classificar as fontes noticiosas a partir de diferentes critérios, organizando as características nas seguintes divisões: (1) *categoria*; (2) *grupo*; (3) *ação*; (4) *crédito* e (5) *qualificação*. No entanto, é necessário apontar um limite do presente estudo. Visto que não foram empregadas entrevistas com os jornalistas autores das notícias analisadas nem com as fontes noticiosas consultadas, não é possível identificar os índices de *ação* e *qualificação* já que dependem da apuração e percepções dos profissionais de imprensa autores dos relatos noticiosos. Considerando que a análise desta pesquisa se detém às notícias, estas são o resultado final da apuração jornalística, logo fica impossibilitado avaliar o processo de construção das notícias. Além disso, mesmo podendo verificar as características de *categoria*¹⁴ e de *crédito* das fontes, a análise do índice *grupo* é o suficiente para atender aos pressupostos teóricos, objetivos e hipóteses deste trabalho¹⁵.

O autor define (2) *grupo* como o reconhecimento de quem informa, seja por notoriedade, testemunho e/ou especialização em uma área de conhecimento, podendo representar uma organização, grupo social ou personalidade. O grupo pode ser subdividido em: (a) *oficial*, pessoa em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e organizações agregadas. Segundo Schmitz (2011), o grupo oficial é o preferido da imprensa por tratar diretamente questões de cidadania e interesse público, mas tende a falsear a realidade para preservar interesses próprios ou de um grupo político¹⁶. Além disso, Kucinski assinala que, em função das fontes oficiais, a cultura política brasileira possui como traço geral a exigência do consenso em torno de interesses dominantes e, nesse processo, a divergência a esses interesses é vista como ilegítima, negativa e perigosa.

¹⁴ Por *categoria*, Schmitz (2011) entende o grau de envolvimento da fonte com o acontecimento noticiado. As fontes primárias são aquelas que estão diretamente envolvidas no fato; enquanto as secundárias são indiretamente envolvidas, oferecendo dados complementares ao acontecimento.

¹⁵ Abre-se exceção para a análise de duas fontes que aparecem como *Anônimas*.

¹⁶ Traquina (2005a) destaca que a integridade das fontes é avaliada a partir de vários critérios, como autoridade, produtividade e credibilidade. Nessa dinâmica, devido ao jornalismo ser condicionado pelo fator tempo, o autor reconhece — assim como Schmitz — uma certa predileção da comunidade jornalística por fontes oficiais por serem estáveis, regulares e ligadas ao poder institucional.

Enquanto (b) *empresarial*, o autor entende os representantes de corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Schmitz (2011) sublinha que as ações deste grupo costumam ser de interesse comercial ou institucional almejando a preservação da imagem pública e reputação. O pesquisador alerta que esse grupo pode exercer o papel de anunciante ao invés de informante, fazendo confundir notícia com publicidade. Kucinski (2000) observa que os empresários tendem a ter uma inclinação a um otimismo exagerado em função da classe apostar em oportunidades e preferir esquecer depressa as adversidades. Além disso, o autor destaca que esse posicionamento contagia a imprensa econômica, que abre seus melhores espaços a “(KUCINSKI, 2000, p. 188, grifo meu) notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta a aceitar as adversidades econômicas. No jornalismo econômico *os ciclos expansivos sempre ganham uma sobrevida e as crises são em geral subestimadas*. Destacar crises seria admitir as *disfunções do sistema*”.

O grupo (c) *institucional* costuma representar organizações sem fins lucrativos ou algum grupo social. De acordo com o autor, esse tipo de fonte tende a ostentar uma fé cega naquilo que defende, o que coloca sob suspeita as informações que fornece, embora seja considerada espontânea e vinculada a um interesse coletivo. (d) *Popular* é a pessoa que se manifesta representando a si mesma sem vinculação a uma organização ou grupo social, costuma aparecer na imprensa na condição de vítima, cidadão reivindicador ou testemunha de algum acontecimento; (e) *notável*, pessoa destacada por algum talento ou fama; (f) *testemunhal*, desde que não seja manipulada, desempenha o papel de portadora da verdade pela aproximação direta a um determinado acontecimento; (g) *especializada*, pessoa especialista, perita e/ou intelectual ou organização reconhecida por possuir notório saber em área de conhecimento específica; e (h) *referência*, material bibliográfico, documental ou midiático o qual jornalistas fazem consultas.

A, (3) *ação* é identificada pela forma que as fontes interagem com jornalistas, seja por colaboração, seja por intervenção. A fonte pode ser considerada: (a) *proativa*¹⁷, quando conta com estrutura profissional de comunicação e utiliza ações estratégicas com o fim de conferir visibilidade e agendamento de suas ideias, usando o jornalismo para interferir na esfera

¹⁷ Schmitz (2011, p. 36): “A assessoria de imprensa contemporânea evolui para um processo estratégico de gerar e gerir um vínculo durável com a mídia, através de ações contínuas, estruturadas e planejadas, não somente pelo simples fornecimento de informações ou atendimento à demanda dos jornalistas, mas na construção de um mosaico que leva a entabular diálogos e à formação de opinião favorável dos diversos públicos”.

pública; (b) *ativa*, menos ostensiva que a primeira, também conta com estrutura profissional de comunicação para criar canais de rotina e material de apoio para a produção de notícias, facilitando e agilizando o trabalho dos jornalistas; (c) *passiva*, quando se manifesta apenas quando jornalistas a consultam; e (d) *reativa*, pessoas ou organizações que agem discretamente para não chamar a atenção da imprensa ou evitar a invasão de sua privacidade, “(SCHMITZ, 2011, p. 29) mesmo sendo notórias e detentoras de informações relevantes ou de interesse público”.

Por (4) *crédito*, o jornalista entende a identificação da fonte no momento da fala, podendo variar em (a) *Identificada* (on the record) e (b) *Anônima* (off the record). A primeira modalidade diz respeito à forma com que o jornalismo apresenta a fonte ao público mostrando quem possui interesse em colaborar com a produção da notícia¹⁸. A segunda, sobre a necessidade do sigilo de fonte em uma relação de confiança entre jornalista e fonte onde não é revelada a origem da informação.

¹⁸ A apresentação da fonte ocorre através da divulgação de nome completo ou como a pessoa é conhecida, status, profissão, cargo, função ou a quem a mesma representa.

3 A COBERTURA DE ECONOMIA

Como apontado no capítulo 2, o campo jornalístico em geral influencia as práticas do campo jornalístico especializado e vice-versa. Neste capítulo, o estudo se ocupa em destacar as particularidades da cobertura noticiosa especializada em economia, relatando um breve histórico de como a editoria foi se consolidando no país. Assinala os compromissos éticos do jornalismo econômico com a democracia no ato de informar; também quais especificidades o noticiário econômico tende a privilegiar na seleção de fontes (como especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado) em detrimento de outras (pequenos empresários e amplo público). Além disso, aborda a relação entre a economia e a garantia dos direitos humanos.

3.1 JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Puliti (2013b), relata que, desde a virada do século XIX para o XX, o campo político é a principal matéria-prima e o carro-chefe do jornalismo brasileiro. Nessa época, segundo a autora, o noticiário econômico já era especializado, mas bastante restrito. Correspondendo a poucas páginas dos jornais da grande imprensa, a cobertura econômica se resumia a assuntos ligados ao perfil agrário-exportador que definiu por anos a economia brasileira.

A pesquisadora também relata que o jornalismo brasileiro começou a tratar de temas econômicos para além da agricultura só a partir dos anos 1950. O período está fortemente vinculado à reorganização do capitalismo global e à consolidação de grandes detentores do poder econômico em multinacionais estrangeiras e em alguns grandes bancos internacionais. Nessa época, houve a formação de uma elite econômica que se consolidou a partir da recuperação dos Estados Unidos após a crise de 1929. Puliti (2009a) contextualiza que a Grande Depressão surgiu das contradições do sistema capitalista na forma de concentração de renda e propriedade, já observadas no final do século XIX. Na época, a recuperação da crise veio através da intervenção do Estado na economia e, em 1936, o economista John Maynard Keynes publicou seu livro célebre *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, criando um consenso sobre a questão. Como reação teórica e política ao sucesso teórico de Keynes, nascia o neoliberalismo que adaptava os princípios do liberalismo ao capitalismo moderno.

Conforme Puliti (2009a), sendo o mercado financeiro um dos seus principais porta-vozes, o neoliberalismo se caracteriza pela defesa do livre mercado acima de quaisquer outros interesses e, para que o mercado esteja no controle da vida pública, argumenta-se a

favor de um Estado mínimo ou ausente através de privatizações, desregulamentações e o controle rígido das políticas fiscais. Seus defensores descrevem que a forma neoliberal de ver o mundo é “(PULITI, 2009a, p. 31, grifo meu) a única capaz de promover crescimento econômico sustentável e distribuição da renda, colocando fim às desigualdades sociais de *forma científica e apolítica*”. No entanto, a autora observa que, ao contrário do como seus defensores o qualificam, o neoliberalismo financeiro é excludente e usurpador,

beneficiando apenas uma parcela da sociedade, que seria a própria elite financeira e a classe empresarial que tem dinheiro para aplicar no mercado de capitais. Só que para ditar as regras econômicas e não serem vistos como usurpadores, os financistas precisam ser vistos como agentes legítimos da sociedade. Para isso, precisaram ser legitimados pela imprensa, pois é ela que organiza e apresenta a informação à sociedade. (PULITI, 2009a, p. 33)

Como aquilo que o jornalismo veicula tem impacto direto na forma como o mundo é visto e entendido, os jornalistas são alvo de estratégias comunicacionais do mercado financeiro. Como a teoria das fontes sugere a partir das *ações das fontes* (SCHMITZ, 2011), os atores sociais — uns mais, outros menos — possuem seus meios de buscar serem contemplados na agenda pública construída através da imprensa pelo jogo dialético da credibilidade (BENETTI & LISBOA, 2017).

De volta ao cenário brasileiro, o momento em que o noticiário econômico se estabeleceu enquanto área diferenciada do jornalismo brasileiro foi durante a ditadura militar, visto que, no final dos anos 1960,

o jornalismo econômico começa a se consolidar como uma área diferenciada da atividade profissional, nem tanto por seus próprios méritos. O que ocorreu, de fato, é que os militares tiraram os temas políticos do noticiário por meio de uma impiedosa censura e de perseguição violenta ao livre pensamento. Isso aconteceu ao mesmo tempo em que surgia com força um mercado de capitais especulativo, na própria década de 1970, com o fim do sistema de Bretton Woods¹⁹. (PULITI, 2013b, p. 43)

Ou seja, a cobertura econômica ganhou força no país, quando a principal especialização do noticiário brasileiro — a política — passou a ser coagida pelo poder institucional dos militares. A autora atribui maior facilidade ao avanço dos trabalhos da editoria de economia na época porque a imprensa econômica era “pró-governo e raramente sofria repressão, enquanto outras áreas dos jornais eram censuradas. O que se viu foi a

¹⁹ Com início em 1944, as Conferências de Bretton Woods, Estados Unidos, estabeleceram que cada país teria a obrigação de manter a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um valor indexado ao dólar estadunidense em que o valor estaria vinculado ao ouro numa base fixa. Em 1971, os Estados Unidos romperam unilateralmente o sistema, cancelando a conversão direta do dólar em ouro (PULITI, 2009a).

ampliação das equipes de economia em jornais de todo o país, enquanto as editorias de política emagreciam” (PULITI, 2013b, p. 44).

Desta dinâmica, Kucinski (2000) destaca que, de modo generalizado, um traço presente no jornalismo brasileiro surgiu devido aos 24 anos da ditadura militar: a autocensura. Segundo o autor, a autocensura foi o principal meio de controle da informação durante a ditadura militar. A medida antidemocrática exigia não só que as empresas jornalísticas se identificassem publicamente com os interesses do regime, mas que ficassem preocupadas com a censura direta e, na produção dos noticiários, os jornalistas se antecipavam às reações dos militares, descartando informações que fugissem aos interesses dos últimos. Assim, as empresas de comunicação evitavam que o trabalho de seus empregados fosse destruído parcial ou integralmente. Ou seja, das duas uma: ou a direção do veículo modificaria o conteúdo dos noticiários ou os funcionários — os jornalistas — o modificariam.

Kucinski (2000) afirma que a autocensura²⁰, ato em que profissionais de imprensa limitam ou dosam as informações que publicam, ponderando sobre quem ou que grupos podem se beneficiar a partir da publicação, se tornou um hábito cultural tão predominante no Brasil que “(KUCINSKI, 2000, p. 177 e 178) os jornalistas que rompem esse padrão bem comportado são mal vistos ou relegados ao ostracismo”. Desta forma, Kucinski (2000) entende que o jornalismo brasileiro de modo geral não costuma se orientar pelo conceito de interesse público como categoria transcendental. Mesmo admitindo ser correto e prudente procurar saber quais as possíveis consequências de uma publicação, o jornalista indica que não é costume de democracias liberais condicionar verdades factuais às suas consequências.

Retomando a história do jornalismo econômico brasileiro, Puliti (2013b) aponta que na época do “milagre econômico” do regime militar existiam três tipos de fontes regulares — com predomínio das autoridades — compondo a cobertura econômica: as *autoridades*, que tinham como objetivos marcar os limites da cobertura jornalística e anunciar as medidas que viriam, verificando as reações à política econômica por parte dos jornalistas; os *empresários*,

²⁰ A autocensura se tornou um traço típico do jornalismo brasileiro. No entanto, existe uma seletividade ideológica no ato, pois costuma funcionar como proteção aos interesses político-econômicos dominantes no país (KUCINSKI, 2000).

que rasgavam elogios à política econômica do governo; e os *economistas*, tendo um espaço para contestar a política econômica e a má distribuição de renda²¹.

A partir de 1994, quando o país já estava redemocratizado, a autora relata que o noticiário econômico observou o avanço das fontes reprodutoras do Consenso de Washington, que pregavam uma agenda político-econômica rumo à neoliberalização financeira da economia mundial²². No caso do Brasil, Puliti (2013b) relata que a reprodução desses ideais vinha do setor privado, com analistas de bancos, administradores de fundos de investimento, consultores e operadores do mercado financeiro, mas principalmente de membros do poder Executivo —as fontes mais frequentes no noticiário da época.

Por fim, a autora avalia que as mudanças mais recentes no mercado de trabalho do jornalismo econômico brasileiro se devem especialmente às agências internacionais Bloomberg, Reuters e Dow Jones, que cobrem em tempo real o mercado financeiro na internet. Puliti (2013b) observa que o efeito mais visível da atuação das agências foi impor maior velocidade à publicação de notícias aos veículos de imprensa. Apesar disso, a autora destaca que esse tipo de concorrência tende a tornar a informação rápida, porém, superficial²³.

3.2 AS FONTES JORNALÍSTICAS NA COBERTURA ECONÔMICA

De acordo com Kucinski (2000), o jornalismo econômico costuma se dirigir principalmente a dois públicos-alvo: um formado por especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado; o outro, por pequenos empresários e o grande público. O jornalista observa que o segundo público se sente não contemplado pela linguagem técnica usada no noticiário econômico. Ou seja, a linguagem técnica do noticiário econômico tende a servir melhor às expectativas de especialistas e grandes empresários.

²¹ Puliti (2013b) relata que nenhum economista de banco era uma fonte regular do noticiário na época visto que o governo militar não aceitaria críticas vindas de banqueiros. Caso contrário, poderia haver retaliações por parte dos militares.

²² Em sua tese de doutorado, Puliti (2009a) define o Consenso de Washington como um receituário de medidas político-econômicas neoliberais estimuladas na América Latina após a reunião em 1989 entre representantes dos Estados Unidos e dos organismos multilaterais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Entre as principais medidas para “modernizar a economia”, estava na cartilha a abertura econômica para a concorrência externa privada e a diminuição do Estado.

²³ No mesmo sentido que Puliti (2013b), Bastos (2012) aponta que o imediatismo estimulado no ciberjornalismo prejudica a qualidade da apuração dos fatos e, por consequência, a qualidade de construção das notícias. Analisando objetos de estudo distintos, os dois autores chegam a entendimentos semelhantes a respeito da fase inicial dos usos da internet no jornalismo profissional.

Vale pontuar que o modelo político-econômico neoliberal se auto-qualifica como racional, neutro e abrangente, sem influências políticas e partidárias. No entanto, como assinala Puliti (2009a), por mais científico que o aparato conceitual do modelo econômico dominante do sistema financeiro possa parecer, não existem doutrinas e escolas de pensamento econômicos técnicos ou neutros e, sim, a defesa de interesses. Complementando a questão, o jornalista Bernardo Kucinski salienta que, em sociedades de baixa densidade democrática como o Brasil, o jornalismo econômico tende a se subordinar aos interesses empresariais e a negação do social se tornou explícita e programática com o neoliberalismo, em que

Conceitos importantes, como o de competitividade no comércio internacional, são vistos pela ótica das empresas e não pela ótica mais geral da sociedade. O valor do trabalho é visto estritamente como um custo de produção e não como uma renda do trabalhador. Assim surgiu o novo jargão do jornalismo econômico, expressões como “globalização”, “custo Brasil”, “mercados emergentes” ou “reinserção competitiva na economia mundial”, com alta carga ideológica”. (KUCINSKI, 2000, p. 187-188)

Desta forma, os dois autores compreendem que os pressupostos de objetividade técnica se desenvolvem dentro de determinados contextos culturais e aquilo que pode soar neutro e imparcial, na verdade, direcionam o olhar para certos aspectos da realidade em detrimento de outros. Pelo viés neoliberal, segundo Kucinski (2000), competitividade pode significar conquista de mercados sem levar em conta a criação de empregos; custo Brasil, a eliminação de encargos sociais dos salários que beneficiam os trabalhadores sob a alegação de serem excessivos, mas omitindo que são recursos que incidem sobre os salários mais baixos do país; e, por fim, a globalização é entendido como uma noção que justifica qualquer medida.

Em uma investigação sobre como o termo *mercado* foi utilizado nos jornais *Dinheiro da Folha de S. Paulo* e *Economia & Negócios* de *O Estado de S. Paulo* entre os dias de 10 e 20 de março de 2005, Jacobini (2008) constatou que o termo se referia majoritariamente ao mercado financeiro, quase sem abordar aspectos do mercado real, como o mercado de trabalho e o mercado de bens e serviços. A partir disso, a autora adverte que há o interesse tanto dos veículos de comunicação quanto das fontes financeiras na redução do termo mercado ao aspecto financeiro; pois coloca o mercado financeiro como referência a todos os fenômenos sociais de dimensão econômica.

Em relação à linguagem técnica na editoria de economia, Kucinski (2000) oferece duas explicações que justificam a sua manutenção: (1) processos e mecanismos da economia em que os detalhes importantes são difíceis de explicar; e (2), por outro lado, as *próprias fontes do mercado* alimentam uma aura de mistério em torno de suas transações, disseminando expressões exóticas. Assim sendo, o autor vê como meio de fugir do *economês* os profissionais da imprensa dedicados à economia entenderem profundamente os fenômenos econômicos que se propuserem a reportar e analisar²⁴. Segundo o autor, há jornalistas que, por não entenderem bem a pauta que cobrem, se protegem com palavras difíceis do jargão dos economistas e, frequentemente, usam expressões do inglês. Desse movimento, surge o “*economês*”, vício que se tornou característico do jornalismo econômico brasileiro. A partir desse contexto, ambos atores sociais — jornalistas e fontes — estão a criar um muro que os afasta da sociedade em geral quando evitam incluir o grande público na compreensão do conteúdo do noticiário econômico.

De acordo com Traquina (2005a), a comunidade jornalística entende a necessidade de haver uma equidistância entre fontes e jornalistas, pois existe o risco do profissional de imprensa passar a escrever para a fonte consultada ao invés do amplo público. Assim sendo, o jornalismo econômico — em especial, o brasileiro — precisa rever as suas bases éticas ou continuará se permitindo ser guiado por dogmas que atendem aos interesses das classes dominantes, podendo não corresponder à objetividade dos fatos. Um outro elemento que favorece a transmissão de dogmas econômicos é o cenário internacional das poucas estatísticas sociais e econômicas serem imprecisas e fortemente determinadas por conteúdo de classe. Ou seja, Kucinski (2000) destaca que haver poucos indicadores sociais e econômicos sobre questões estruturais — como fome, emprego e desemprego, transporte público, falta de moradia e saneamento básico — é do interesse das elites que estão a aparelhar o Estado. Assim, o autor relata que os grupos empresariais tentam evitar a disseminação de conhecimento com atitude crítica em relação à remuneração e distribuição dos capitais financeiros no Brasil e no mundo.

²⁴ Em relação à linguagem do jornalismo econômico e às tentativas de aproximar o amplo público dos temas da economia, Jacobini (2008) destaca que há preocupação dos jornalistas em simplificar a linguagem, como o uso do termo mercado de forma personificada, atribuindo opiniões, ações e sentimentos a esse conceito. No entanto, a autora adverte que estratégias como essa podem tornar a discussão mais individualizada e superficial e, além disso, essa estratégia didática encobre e/ou substitui as fontes como teóricos, representantes de organizações e outros agentes sociais que atuam na economia.

3.3 JORNALISMO ECONÔMICO E A CIÊNCIA ECONÔMICA

Devido à profissão jornalística ser essencialmente pragmática, “(KUCINSKI, 2000, p. 21) a verdade jornalística a ser trabalhada e transmitida em cada momento é sempre a *verdade contingente*, que decorre da verdade dos fatos, de cada nova observação e não de uma crença”. Desta forma, o autor ressalta que a verdade trabalhada na notícia possui os seus limites traçados no factual, buscando não ser fruto de *dogmas*, crenças pessoais que resistem aos acontecimentos sociais por vontade/interesse pessoais de preservar uma imagem do mundo e/ou determinado ponto de vista.

Antes de prosseguir a discussão sobre as características do jornalismo especializado em economia, se faz necessário pontuar a distinção entre subjetividade e dogma. Como já observado, este estudo entende as notícias a partir da intersubjetividade (SANTOS; RÊGO; ROCHA; 2020) por esta perspectiva considerar a notícia fruto da interação de diversos atores sociais e, além disso, destacar a parcialidade como um contraponto a ideia de que a notícia consegue transmitir uma realidade totalizante, completa. Dentro dessa interpretação, a presente pesquisa compreende que a subjetividade jornalística são as habilidades e compreensão de mundo que se atualizam e se modificam a partir do processo de apuração jornalística. E, no sentido oposto, os dogmas podem ter uma base empírica e subjetiva, mas permanecem inalterados independente do contexto invalidar a compreensão de mundo a que se propõem.

Retomando a discussão sobre o jornalismo econômico, Kucinski (2000) diferencia o noticiário econômico das demais especializações da área a partir de algumas características: enquanto o campo jornalístico em geral prioriza uma sucessão de fatos singulares, descontinuidades e desvios da norma, o campo econômico se interessa por modelos, sistemas e processos. Sendo assim, o jornalismo econômico teria de interpretar eventos singulares a partir das teorias econômicas, as quais estão divididas em grande número de escolas de pensamento e possuem seus instrumentos de persuasão ideológica. Sobre as escolas de pensamento econômico, o jornalista considera prejudicial que a maioria delas esteja cada vez mais distante do objeto central das ciências humanas, a própria humanidade.

A mesma situação de distanciamento da economia em relação à dimensão social da humanidade é observada pelo economista Stefano Florissi (2006). O economista assinala que o processo de globalização traz dois desafios para a ciência econômica: a questão da distribuição dos ganhos do processo de globalização e a relação entre crescimento econômico

e desenvolvimento. Segundo Florissi (2006), dentre os dois pilares da economia aplicada — a equidade e a eficiência —, houve uma certa preferência dos economistas ortodoxos na análise da eficiência da economia.

Para a discussão da relação jornalista-fonte, esse dado é bastante importante devido à contextualização de como são orientados os interesses dos jornalistas especializados em economia e os principais assuntos trabalhados pela ciência econômica na atualidade. Conforme Kucinski (2000), o campo do jornalismo econômico se guia por observar os mecanismos atuais de produção e o processo geral de acumulação de capital. Isso ocorre a partir dos valores-notícia de sucesso, de esperteza e de verdade. E, como aponta Florissi (2006), a tendência dominante atual das ciências econômicas é a maioria dos economistas estarem debruçados no estudo da correção de falhas de mercado com o fim de tornar o sistema econômico vigente mais eficiente. Isso tudo sem necessariamente considerar a dimensão equitativa e distributiva dos recursos do sistema. Ou seja, sob esse viés, a desigualdade social e a distribuição do bem-estar social podem ser encarados como irrelevantes, sendo a eficiência do sistema garantida ou não.

No caso do Brasil, essa situação é especialmente preocupante visto que é um país de economia dependente, de cultura autoritária recente, de pouco conteúdo democrático e elitista, cujo Estado é direcionado por interesses privados. Neste contexto, “(KUCINSKI, 2000, p. 22, grifo meu) os empresários, principais interlocutores do jornalismo econômico, valem-se muito mais do contato direto com o *poder* do que da *aquisição de conhecimento* para a formação de suas *expectativas*”. Sendo assim, é possível inferir que, além do distanciamento do jornalismo voltado à cidadania, os profissionais de imprensa dedicados à cobertura de temas da economia consultam fontes com relações estreitas com o poder do Estado, mais pelo que representam do que pela qualidade da informação econômica que podem oferecer. Desta forma, a qualidade do debate público econômico fica, no mínimo, frágil.

Assim como a teoria da credibilidade (BENETTI & LISBOA, 2017) trabalhada no primeiro capítulo, Traquina (2005a) nos ajuda a compreender a procura do campo jornalístico por fontes oficiais e/ou próximas do poder oficial, não sendo um fenômeno exclusivo da editoria de economia. Segundo o autor, as três principais teorias do jornalismo que entendem a notícia enquanto uma construção social — a Construcionista, a Estruturalista e a

Interacionista²⁵ — identificam na rotina de trabalho dos profissionais da imprensa, sob a pressão do fator tempo, das necessidades de acontecimentos jornalísticos e das exigências profissionais de imparcialidade e objetividade²⁶, elementos que dão vantagens ao acesso frequente e regular de fontes privilegiadas socialmente: as fontes oficiais. Considerando que qualquer pessoa possa se tornar uma fonte de informação, é preciso ressaltar que o acesso ao jornalismo é um bem estruturado socialmente. As fontes não são iguais no acesso ao campo jornalístico. Deste modo, não é por acaso que as fontes regulares possuem relações estreitas com o poder estabelecido, com o *status quo*.

No entanto, vale frisar: as teorias do jornalismo mencionadas rejeitam a visão de que o jornalismo apenas serve como um instrumento do poder estabelecido. Embora as teorias coloquem em xeque o mito de jornalismo enquanto *contra-poder*, admitindo maior frequência à construção de notícias a partir de fontes já estabelecidas, Traquina (2005a, p. 201) considera o jornalismo “um Quarto Poder que defende sobretudo o *status quo*, mas periodicamente realiza seu potencial de contra-poder”. Desta forma, o autor se mostra mais alinhado à teoria Interacionista do que a Estruturalista. Na segunda, o papel dominante das fontes oficiais é atemporal e imutável, cabendo ao jornalismo a reprodução da ideologia dominante. E, na primeira, o papel dominante das fontes oficiais jamais é um processo automático e, sim, fruto de estratégia ativa das fontes. Sendo assim, seria importante observar quais recursos as fontes regulares — no caso do jornalismo econômico brasileiro, grandes empresários, profissionais do mercado e economistas ortodoxos — utilizam para impor seus enquadramentos simbólicos na agenda dos jornalistas na disputa por se tornarem importantes ao interesse público²⁷.

3.4 ECONOMIA E DIREITOS HUMANOS

Como os direitos humanos, a política fiscal e a desigualdade se condicionam mutuamente, os economistas Rossi, David e Chaparro (2020) encaram como necessário

²⁵ As teorias citadas interpretam a notícia como resultado de processos complexos de interação entre os agentes sociais, como jornalistas e fontes noticiosas, jornalistas e a sociedade, jornalistas e a comunidade profissional do campo, dentro e fora de sua organização.(TRAQUINA, 2005a)

²⁶ Os dois últimos aspectos estão ligados à cultura da comunidade jornalística, visto que está vinculado aos valores-notícia. Ou seja, está ligado aos critérios usados pelos jornalistas para delimitar quais acontecimentos são ou não relevantes para a opinião pública.

²⁷ Mesmo observando falta de pesquisas sobre a questão, Traquina (2005a) identifica quatro tipos de recursos empregados pelas fontes: (1) o capital econômico; (2) o capital institucional, o grau de institucionalização da fonte; (3) o capital sócio-cultural, na forma de autoridade, saber e credibilidade; e (4) as estratégias e táticas de comunicação.

pensar esses temas de modo articulado. Na relação entre a política fiscal e os direitos humanos, entendem que há uma associação direta dos temas em função de que diversos instrumentos fiscais podem ter impacto não apenas na garantia dos direitos, mas também podem gerar incentivos ou direcionar recursos que viabilizem essa garantia. Ou seja, todo e qualquer direito exige recursos para a sua manutenção e as escolhas orçamentárias podem estimular ambientes favoráveis ao cumprimento ou à violação de direitos humanos.

Segundo os autores, o impacto da política fiscal sobre os direitos humanos pode ser entendido a partir de três funções clássicas da política fiscal: (1) a função alocativa, a qual destina recursos para corrigir falhas de mercado²⁸; (2) a função distributiva, que orienta parte da renda de dada sociedade para distribuir os recursos de modo justo e equitativo; e (3) a função estabilizadora, que visa influenciar o nível de emprego e de empregos em uma dada sociedade.

Como exemplo para explicar a função estabilizadora, cita-se a recessão brasileira entre 2015 e 2016. Segundo a economista Laura Carvalho (2020), na época, o Brasil optou pelo caminho de corte de investimentos e reformas para a redução do ritmo de expansão das despesas obrigatórias, como o orçamento mínimo para saúde e educação. A medida vai no sentido contrário do que a função estabilizadora prescreve, pois foi uma ação pró-cíclica. Ou seja, uma ação que acentua os efeitos da crise. A função estabilizadora é uma política fiscal anticíclica; logo, em períodos de expansão geral da economia — momento em que empresas se endividam para financiar os investimentos de expansão na capacidade de produção -, os governos e Bancos Centrais deveriam atuar de modo restritivo nas esferas monetária, fiscal e regulatória. A medida serve para que qualquer choque econômico não desencadeie uma crise nos setores financeiro e real, visto que os endividamentos das empresas junto aos bancos têm o risco de tornar frágil o sistema financeiro.

No sentido inverso, nos períodos de contração da economia — crises, recessões e depressões, como ocorre no período da pandemia, — suscitam aumentos dos gastos sociais por parte do Estado já que o período tende a fazer os consumidores perderem renda e empregos e, por consequência, as empresas passam a vender e investir menos. Além disso, a

²⁸ Rossi, David & Chaparro (2020) sublinham que há divergências quanto à necessidade de atuação do Estado para corrigir as falhas de mercado conforme as escolas de pensamento econômico. Citam que, na economia ortodoxa, as falhas de mercado podem não precisar de intervenção governamental devido aos custos da ação governamental e às falhas de governos. Em outras correntes, como na austríaca, há a negação da existência de falhas de mercado; enquanto nas correntes marxistas e keynesianas existe a rejeição do conceito por interpretarem o sistema econômico como instável e sujeito a ciclos e a crises.

falta de uma renda compromete a garantia de direitos mínimos à população. Levando em consideração os direitos humanos, Rossi, David e Chaparro (2020) destacam que as políticas fiscais têm o dever de seguir os princípios dos pactos internacionais, entre os quais estão: a garantia do conteúdo mínimo dos direitos, o uso máximo de recursos disponíveis para a realização progressiva dos direitos, o não retrocesso social, a não discriminação, a transparência, a participação social e a prestação de contas.

No entanto, como explicam Almeida, Batista & Rossi (2020), antes e durante a pandemia, a política fiscal de austeridade contribuiu para o aumento das desigualdades através da carga tributária, a qual é extremamente concentrada em impostos sobre o consumo ao invés de patrimônio no Brasil. Um dos efeitos da regressividade da carga tributária é prejudicar mais as pessoas que consomem maior parte da sua renda — os mais pobres — do que as que possuem condições para poupar — os mais ricos. Os autores chamam a atenção para o modelo de financiamento do Estado e das políticas públicas já que beneficia as classes mais abastadas e prejudica os mais pobres, a população negra e em particular as mulheres negras em relação aos demais contribuintes²⁹.

3.5 ECONOMIA E PROPOSTAS PARA O DURANTE E PÓS-PANDEMIA

Na mesma linha, Carvalho & Rossi (2020) indicam que, nos últimos cinco anos, os economistas brasileiros vêm estimulando a retórica de uma austeridade supostamente expansionista, vendendo o conceito de crescimento econômico pelo viés de ajuste fiscal, do corte de gastos sociais. Dialogando com Florissi (2006), é possível afirmar que esse tipo de pensamento tende a considerar o sistema econômico mais pelo aspecto da eficiência do que pela equidade. No que toca aos direitos humanos, na prática, esse posicionamento desconsidera a dimensão da igualdade material — a chamada igualdade de oportunidades. Isso ocorre mesmo assumindo, no discurso, uma retórica de igualdade formal dos indivíduos

30

²⁹ A correção dessa situação através da implementação de uma carga tributária progressiva, ou seja, incidente às altas rendas e patrimônio do país revertendo em gastos sociais — como educação, saúde, assistência social, entre outras — seria um exemplo do uso da função distributiva na política fiscal.

³⁰ Enquanto a igualdade material diz respeito à igualdade de oportunidades, a igualdade formal se relaciona ao tratamento aplicado às pessoas segundo as leis, uma igualdade de aplicação da norma. Paradoxalmente, é como se fosse possível separar as duas dimensões de um mesmo processo: a garantia dos direitos. Como foi apontado na seção, os direitos não são abstrações que se cumprem apenas por serem leis e, sim, são cumpridas a partir da mobilização institucional para que isso seja possível contando também com recursos para isso.

Ainda assim, por um breve momento, a crise econômica causada pela pandemia reverteu a imagem pública do gasto público de problema à solução no debate econômico brasileiro. Carvalho e Rossi (2020) contam que o debate econômico brasileiro postergou a agenda econômica dominante de redução de gastos públicos e redução do papel do Estado — via reformas e privatizações -, chegando a um “quase consenso” sobre a necessidade de aumento de investimentos públicos em saúde, assistência social e apoio às empresas e trabalhadores. Mesmo assim, na linha da retórica da austeridade, houve quem alegasse que “uma hora o país vai ter que pagar a conta” e, temendo a opção de aumento de impostos, argumentasse que o “Estado brasileiro drena recursos da população sem oferecer muita coisa em troca”³¹. Segundo os pesquisadores, essa argumentação esconde que

o tamanho da carga tributária e o valor dos gastos públicos devem levar em conta o que cada sociedade optou por oferecer de serviços públicos universais e gratuitos e de rede de proteção social. Ainda que haja distorções e ineficiências na forma como o Estado brasileiro gasta seus recursos, o fato é que a decisão expressa no pacto social de 1988 requer um total de gastos superior ao dos países que não optaram em oferecer um sistema público de saúde ou de previdência à sua população, por exemplo (CARVALHO & ROSSI, 2020, p. 47)³²

Ou seja, os investimentos públicos empregados no Sistema Único de Saúde (SUS), que atende mais de 100 milhões de pessoas, e na proteção social — garantindo renda básica para milhões de brasileiros — é uma escolha da sociedade brasileira segundo estabelecido na Constituição de 1988. Além disso, para que medidas sejam feitas de modo estruturado e não apenas frutos de acidentes de percurso, os autores defendem que, para combater as desigualdades de riqueza, de renda, raciais, de gênero, de acesso a serviços e à infraestrutura — acentuadas pela pandemia -, é preciso debater “(CARVALHO & ROSSI, p. 48, 2020) alternativas à estratégia de política econômica montada nos últimos cinco anos em torno de um ajuste fiscal centrado na redução do tamanho do Estado na economia”. Desta forma, propõem — como opção compatível com a sustentabilidade da dívida pública e com a democracia — o caminho da ampliação dos gastos sociais e o aumento da carga tributária incidente sobre altas rendas e patrimônios.

³¹ Os autores apontam que os economistas defensores da austeridade econômica costumam simplificar e falsificar o funcionamento econômico brasileiro por meio de comparações ligadas ao senso comum entre a organização financeira do Estado e os gastos de uma família imaginária ideal (CARVALHO & ROSSI, 2020)

³² A título de comparação, a carga tributária brasileira em dólares é 3,3 vezes menor do que a dos países membros da OCDE. Além disso, o governo brasileiro gasta com educação por aluno em idade obrigatória de estudar 3,8 vezes menos que os Estados Unidos e 8,5 menos que a Suécia. (CARVALHO & ROSSI, 2020)

4 O NOVO CORONAVÍRUS

Em linhas gerais, o capítulo descreve alguns dos impactos socioeconômicos causados pela circulação do vírus SARS-COV-2 no Brasil e no mundo. Do mesmo modo, apresenta alguns dos desempenhos de países no enfrentamento à pandemia, assim como os principais fatores de preocupação relativos ao novo coronavírus. Nos casos positivos, apontando as medidas mais relevantes para a contenção da doença e, nos negativos, os principais efeitos da negligência por parte de lideranças globais.

4.1 IMPACTOS DA PANDEMIA

O surgimento do novo coronavírus — transmitido pelo vírus SARS-COV-2 — redesenhou as expectativas globais a partir de março de 2020: momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o status de pandemia para a doença. Em paralelo, Monica de Bolle (2020) relata que, em janeiro de 2020, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava o crescimento do PIB global em +3%. No entanto, em abril do mesmo ano, o FMI mudou a previsão para uma queda de -3% do PIB global. Segundo a economista, a rápida revisão no cenário da economia global — e dessa grandeza — apontou indícios de que a crise humanitária de origem sanitária poderia resultar em deflação global a médio/longo prazo.

Encarando como uma falácia a existência do debate de priorizar ou a economia ou a saúde pública, Bolle (2020) reconheceu que a parada abrupta tanto da oferta quanto da demanda gerou a expectativa de deflação, em que o preço geral dos bens e serviços tendem a cair indefinidamente prejudicando o funcionamento do sistema econômico. Porém, a economista assinalou que, durante a pandemia, a única prioridade deve ser a garantia da vida da população, achatando a curva de infectados e dando tempo ao sistema de saúde para atender aos pacientes contaminados. A autora também destacou que, na literatura da ciência econômica, os economistas já possuem a experiência de recuperar economias, sobretudo nos períodos pós-guerras do século XX.

Além disso, desde o ano passado, dois fatores preocupantes da pandemia permanecem os mesmos: a taxa de letalidade e a velocidade de contágio. As médicas Marcia Couto, Carolina Luisa Barbieri e Camila Matos (2021) apontam que o controle da taxa de letalidade variou de país para país conforme a aplicação de políticas de prevenção e controle da doença, abrangência de testagem e capacidade do sistema de saúde de cada país. Vale destacar que,

conforme as autoras, o sucesso das medidas implementadas pelo Estado de diversos países, como a vacinação obrigatória e distanciamento compulsório, dependeu também de como a população correspondeu às medidas. Ou seja, Couto, Barbieri & Mattos (2021) descrevem que as estratégias de prevenção trazem em si um conflito entre o coletivo — exigência de mudança ampla do comportamento da sociedade — e o individual, desconfiança sobre os benefícios que as mudanças exigidas podem oferecer.

Ainda assim, ao longo de 2020, a OMS foi atuante globalmente na recomendação de medidas cientificamente eficazes no enfrentamento da pandemia. Entre as indicações, em que cada país adaptaria para o seu contexto sócio-cultural, estão: a vacinação, o distanciamento e isolamento social; o uso de máscara de proteção facial, higienização constante das mãos — seja com água e sabão, seja por álcool em gel. É preciso pontuar que o surgimento de variantes do novo coronavírus tornaram a situação mais complexa. A partir do fim de 2020 e durante o ano de 2021, a OMS e a comunidade científica vinham monitorando, principalmente, quatro variantes de preocupação: Alfa, Beta, Delta e Gama. Em linhas gerais, algumas dessas mutações tornaram a doença mais contagiosa e/ou capazes de escapar do sistema imunológico humano. Em especial, a segunda característica preocupou os infectologistas por haver o risco do vírus se tornar mais resistente às vacinas. No entanto, felizmente, as vacinas até então desenvolvidas conseguiram neutralizar os efeitos mais danosos da doença, impedindo, na maioria dos casos, quadros graves que necessitavam de internação em unidades de tratamento intensivo (UTIs) e a morte das pessoas contaminadas³³.

Durante o período da crise humanitária global, a OMS também divulgou as frequentes atualizações sobre as descobertas em relação ao novo coronavírus e a situação dos países em que o controle da disseminação da doença não estava sendo efetivado. A partir desse receituário de prevenção e combate à doença, os países tiveram de implementar medidas próprias para lidar com os dilemas sociais específicos de cada nação. Os dilemas sociais anteriores à pandemia foram potencializados pela crise sanitária global, a qual provocou uma crise econômica global devido ao fato de as medidas de proteção à população reduzirem drasticamente a circulação das pessoas nas cidades. Por consequência, houve uma redução

³³ Ameaça em evolução: Novas variantes mudaram a face da pandemia. O que o vírus fará a seguir? <<https://www.science.org/content/article/new-sars-cov-2-variants-have-changed-pandemic-what-will-virus-do-next>> Acesso em: 01/11/2021

geral no consumo em sociedades onde o comércio local tem a receita principalmente por meio de lojas físicas.

Por exemplo, um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apontou que, entre inaugurações e fechamentos, o comércio brasileiro perdeu 75,2 mil pontos de venda em 2020. Segundo a pesquisa, o resultado de 2020 foi o pior desde 2016, quando o saldo tinha sido de 105,3 mil lojas fechando as portas por causa da recessão brasileira de 2015. O economista-chefe da CNC e responsável pelo estudo, Fabio Bentes indicou que sem o auxílio emergencial³⁴ provavelmente mais de 100 mil lojas teriam sido fechadas³⁵. Em contrapartida, o país registrou alta de 47% no faturamento de lojas online no primeiro 1º semestre de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019. Conforme o levantamento Ebit/Nielsen, essa foi a maior alta do setor de lojas online no período de 20 anos³⁶.

No enfrentamento da crise econômica, os lojistas tiveram de contar com os hábitos previsíveis e imprevisíveis de compra e venda online e presencial de seus públicos-alvo. De acordo com pesquisa da Ebit/Nielsen em parceria com a Elo, cerca de 7,3 milhões de brasileiros fizeram sua primeira compra online durante o primeiro semestre de 2020, um crescimento de 40%. Com isso, o Brasil chega à marca de 41 milhões de usuários ativos no e-commerce. Além disso, o pico do e-commerce aconteceu entre 5 de abril e 28 de junho, quando a maior parte das cidades brasileiras estava com medidas para conter a circulação de pessoas. Nesse intervalo, o número de pedidos cresceu 70% na comparação com 2019³⁷

4.2 COVID-19: UM BREVE HISTÓRICO MUNDIAL

Atualmente, existem indícios de que os primeiros casos suspeitos da enfermidade teriam aparecido em novembro de 2019, mais especificamente na localidade de Wuhan,

³⁴ Concedida pelo Congresso Nacional, a renda básica ou auxílio emergencial foi um programa de transferência de recursos do Estado para a manutenção mínima da vida das pessoas durante o período de quarentena, isolamento social. A medida tinha como objetivo impedir o contágio do vírus, estimulando que as pessoas permanecessem em suas casas e garantindo uma renda mínima para o seu sustento cotidiano.

³⁵ Pandemia de COVID-19 levou ao fechamento de mais de 75 mil lojas no país <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/03/01/internas_economia.1242013/pandemia-de-covid-19-levou-ao-fechamento-de-mais-de-75-mil-lojas-no-pais.shtml> Acesso em: 16/04/2021

³⁶ Faturamento de lojas online no Brasil cresce 47% no 1º semestre de 2020, maior alta em 20 anos <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/08/28/faturamento-de-lojas-online-no-brasil-cresce-47-por-cento-no-1o-semester-de-2020-maior-alta-em-20-anos.ghtml>> Acesso em: 16/04/2021

³⁷ Vendas online no Brasil crescem 47% no 1º semestre, maior alta em 20 anos <<https://exame.com/pme/e-commerce-brasil-cresce-47-primeiro-semester-alta-20-anos/>> Acesso em: 16/04/2021

centro da China. Na cidade de Wuhan — primeiro epicentro oficial da doença —, a suspeita era de que a doença teria surgido a partir do mercado Huanan, que vendia e mantinha num mesmo ambiente animais silvestres vivos e abatidos para consumo alimentar. Até a data de conclusão deste trabalho, a OMS investiga as origens da infecção do novo coronavírus e a hipótese mais provável é de que o vírus foi transmitido de um morcego para um humano por meio de outro animal que ainda não foi identificado³⁸. A hipótese indica a origem zoonótica da doença. Ou seja, um animal pode ter sido o hospedeiro original e a doença saltou para os seres humanos.

Os especialistas em ecologia, saúde pública, imunologia e ciência da computação ACOSTA *et al* (2020, p. 191, grifo dos autores) alertam que a covid-19 deve ser de “origem zoonótica, portanto o agente infeccioso Sars-CoV-2 é oriundo de animais silvestres, mas adquiriu a capacidade de saltar entre diferentes espécies — incluindo a habilidade de infectar humanos — por meio de processo chamado *spillover*”. Sendo assim, a preocupação debatida pelos especialistas decorre das atividades humanas que circulam pelas regiões de floresta e meio urbano, justamente por reconhecerem que “(ACOSTA *et al*, 2020, p. 193) apesar das fortes evidências, até o momento não é possível afirmar que o consumo de animais silvestres tenha iniciado a Covid-19. O que é seguro afirmar é que a nossa forma de explorar a biodiversidade tem sido agressiva e tem provocado diversos problemas à saúde humana”. O temor dos pesquisadores diz respeito principalmente à região da floresta Amazônica, pois:

Se considerarmos a quantidade de espécies vulneráveis ao novo coronavírus que o Brasil possui, especialmente a riqueza de morcegos na Amazônia, perceberemos o alto potencial de os biomas brasileiros se tornarem imensos reservatórios; e de lá poderão retornar novas cepas eventualmente ainda mais perigosas à saúde. (ACOSTA *et al*, 2020, p. 193)

A partir do trânsito frequente entre florestas e cidades, é possível que seres humanos contaminem animais silvestres e, estes, passem a doença adiante para outros animais. O risco está na circulação do vírus pelos animais e voltar a infectar seres humanos com outras adaptações³⁹. Desta forma, os autores chamam a atenção para a possibilidade de compromissos relacionados à saúde planetária com planejamentos de ganhos sociais a longo

³⁸Relatório da OMS sobre origem da covid-19 aponta para hipótese de transmissão ao humano por animal intermediário

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/03/relatorio-da-oms-sobre-origem-da-covid-19-aponta-para-hipotese-de-transmissao-ao-humano-por-animal-intermediario-ckmuj6gc3001i01gc0bxa802x.html>> Acesso em: 14/04/2021

³⁹ O artigo foi escrito antes da constatação do surgimento de variantes do novo coronavírus.

prazo ao invés de retomar o senso imediatista da sociedade antes da pandemia do novo coronavírus⁴⁰. Com saúde planetária, Acosta et. al. (2020, p. 202) propõem: “meios para um novo modelo de desenvolvimento, um em que as tendências mais marcantes sejam impulsionadas por forças da equidade, do equilíbrio e da eficiência, construídas com respeito pela integridade dos sistemas naturais, pela ética no convívio entre pessoas e, sobretudo, com a percepção de que o planeta e todos seus componentes — seres e sistemas — são inexoravelmente interconectados e compartilham destino comum”.

A reflexão encontra eco no livro-reportagem *A terra inabitável: uma história do futuro* (2019), em que o jornalista estadunidense David Wallace-Wells relata que, entre as consequências do aquecimento global em andamento, as bactérias e vírus podem mudar de local, se reprogramar e se adaptar a diversos ambientes no atual mundo globalizado. Como exemplo, menciona o caso da febre amarela, doença que permaneceu por gerações no ecossistema da região da bacia amazônica brasileira. Com o aquecimento, os mosquitos transmissores da febre amarela passaram a se sair da região da selva amazônica e, em 2017, o país passou a registrar casos nas megalópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Wallace-Wells (2019), a doença chega a matar entre 3% e 8% dos infectados. Ou seja, medidas globais em relação ao aquecimento global vão ser necessárias agora para buscar reduzir as probabilidades de uma outra pandemia se alastrar pelo planeta.

4.3 DESEMPENHO NO COMBATE À PANDEMIA: LINHAS GERAIS

Com relação aos desdobramentos da pandemia no mundo, países como a Nova Zelândia e a Coreia do Sul, respectivamente comandados pela primeira ministra Jacinda Ardern e pelo presidente Moon Jae-in, foram destaques positivos pela resposta rápida no combate à pandemia durante o ano de 2020.

No segundo país, o governo sul-coreano orquestrou políticas públicas que permitiram o acesso gratuito a testes de covid-19, o que facilitou o rastreamento dos casos confirmados e das pessoas que entraram em contato com indivíduos infectados⁴¹. No primeiro, a principal estratégia foi decretar lockdown nacional — permitindo o funcionamento apenas de *serviços*

⁴⁰ Nas duas primeiras décadas do século XXI, seis grandes pandemias geraram um alto número de mortes. Em duas décadas, surgiram as doenças: Sars-CoV-1 em 2002; a Influenza H1N1 em 2009; a Mers-CoV em 2012; o ebola em 2013; o zika vírus em 2015; e a Covid-19 em 2019. (ACOSTA et al, 2020)

⁴¹ Coreia do Sul: do epicentro da Covid-19 para sucesso no controle da pandemia
<<https://grupomidia.com/hcm/coreia-do-sul-do-epicentro-da-covid-19-para-sucesso-no-controle-da-pandemia/>>
Acesso em:14/04/2021

essenciais, como farmácias, hospitais, supermercados e postos de gasolina — aliado ao fechamento das fronteiras e à interrupção dos voos nacionais e internacionais por seis meses⁴². Além disso, o governo neozelandês investiu em um socorro financeiro para pessoas e empresas no valor equivalente a 50 bilhões de reais para manter as pessoas em suas casas, resultando na preservação de vidas, na reabertura das atividades econômicas e na manutenção das medidas de proteção, como o uso de máscara mesmo nos casos de pessoas vacinadas.

Em contrapartida, países como os Estados Unidos e o Brasil tiveram desempenho considerado desastroso no enfrentamento à disseminação do vírus covid-19. Os dois países, respectivamente comandados pelo então presidente Donald Trump e o presidente Jair Bolsonaro, estimularam, em defesa da abertura das atividades econômicas independente das consequências, o debate falacioso da escolha entre a economia ou a saúde. Ao invés de haver coordenação nacional de combate à crise sanitária, deixaram a cargo de Estados e municípios locais conter a pandemia. Inalterado mesmo com a comunidade científica avançando nos conhecimentos sobre o coronavírus, o posicionamento pró-economia dos dois líderes globais coloca em descrédito as medidas frente ao vírus e a gravidade da doença, gerando desinformação e riscos letais para a população.

A título de comparação, em setembro de 2021, enquanto a Coreia do Sul e a Nova Zelândia registraram ao todo — desde o início da pandemia — respectivamente 2.434⁴³ e 27⁴⁴ mortes vítimas do coronavírus, os Estados Unidos e o Brasil foram os dois países com mais óbitos da doença no mundo. Em setembro de 2021, os Estados Unidos já acumulava mais de 700 mil mortes por covid-19 e o Brasil, cerca de 592 mil mortes⁴⁵.

⁴² Nova Zelândia vence o coronavírus e mostra o futuro que desejamos
<<https://veja.abril.com.br/mundo/nova-zelandia-vence-o-coronavirus-e-mostra-o-futuro-que-desejamos/>>
Acesso em: 14/04/2021

⁴³ Covid-19: Coreia do Sul registra máximo diário de casos desde o início da pandemia
<<https://expresso.pt/coronavirus/2021-09-24-Covid-19-Coreia-do-Sul-regista-maximo-diario-de-casos-desde-o-inicio-da-pandemia-90f48eec>> Acesso em: 15/10/2021

⁴⁴ Nova Zelândia registra 1ª morte por Covid-19 em seis meses
<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/04/nova-zelandia-registra-1a-morte-por-covid-19-em-seis-meses.ghtml>> Acesso em: 15/10/2021

⁴⁵ Covid: EUA registram mais de 2 mil mortes por dia pela 1ª vez em 7 meses
<<https://www.poder360.com.br/internacional/covid-eua-registram-mais-de-2-mil-mortes-por-dia-pela-1a-vez-em-7-meses/>> Acesso em: 16/10/2021

4.4 O NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL

Apesar de contar com um sistema de saúde público gratuito e universal com capacidade de atender mais de 100 milhões de habitantes, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil observou quase dois anos de omissão do governo federal no combate à pandemia. Sem tratamento e medicamentos eficazes contra a doença — até o momento de fechamento do presente estudo —, a vacinação em massa foi a medida que ofereceu o vislumbre de uma retomada segura não só da dimensão econômica, mas da cultura, da cidadania, da saúde, da sociedade como um todo.

Começando a vacinação em janeiro de 2021, o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) seguiu se posicionando a favor de interesses empresariais, estimulando o conflito da saúde contra a economia. Em outubro de 2021, período em que o país chegou a vacinar completamente 100 milhões de pessoas, o presidente Bolsonaro voltou a dizer que não iria se vacinar, porque estaria mais protegido por já ter sido contaminado.⁴⁶ Além de um ataque às recomendações científicas de combate à pandemia, a declaração do presidente é, no mínimo, duvidosa, visto que, em janeiro de 2021, o Palácio do Planalto determinou o sigilo de cem anos para a carteira de vacinação do mesmo⁴⁷. Na prática, a ação impede a transparência sobre a vacinação do chefe do Poder Executivo, enquanto ele alimenta conflitos entre a saúde pública e as atividades econômicas, promovendo acontecimentos mais pelo que representa do que pela qualidade de informação divulgada.

Por outro lado, conforme a economista Laura Carvalho (2020) indica, a crise do novo coronavírus expôs e acentuou carências sociais e desigualdades históricas no mundo todo. No caso do Brasil, principalmente nas dimensões de gênero e raça. Dessa forma, o período acabou exigindo repensar o papel do Estado no sistema econômico. Ao invés de medidas acidentadas do Ministério da Economia brasileiro⁴⁸, a economista propõe ações estruturadas para encarar a crise do novo coronavírus como um fenômeno de impactos de médio/longo prazo, exigindo medidas à altura.

⁴⁶Ciência recomenda vacina para quem já se infectou; Bolsonaro diz que não tomará <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/ciencia-recomenda-vacina-para-quem-ja-se-infectou-bolsonaro-diz-que-nao-tomara/>> Acesso em: 16/10/2021

⁴⁷ Bolsonaro nega sigilo em sua carteira de vacinação e diz que 'está em dia' <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/21/bolsonaro-nega-sigilo-em-sua-carteira-de-vacinacao-esta-em-dia.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 16/10/2021

⁴⁸ O presente estudo qualificou como acidentadas as medidas aplicadas pelo Ministério da Economia, porque, identificados com valores neoliberais, o ministro Paulo Guedes e sua equipe econômica a contragosto e por pressão da sociedade civil e do Congresso Nacional aplicaram medidas de proteção social ultrapassando as amarras do Teto de Gastos para a garantia de auxílio emergencial à população vulnerável do país.

Carvalho (2020) relata que, desde a crise financeira de 2008, contrariando a visão neoliberal, que entende o mercado como auto-suficiente e reduz o papel do Estado a áreas estratégicas, o debate econômico internacional tem colocado o Estado como um agente central na recuperação do sistema econômico. Além disso, a economista destaca que, na formulação de uma agenda econômica para curto e longo prazo no Brasil, é preciso se atentar a cinco funções do Estado: (1) estabilizador da economia, adotando política fiscal anticíclica; (2) investidor em infraestrutura física, atentando para áreas de maior carência social, como saneamento básico, transporte, moradia, educação e saúde; (3) protetor dos mais vulneráveis, garantindo a renda básica universal⁴⁹; (4) provedor de serviços públicos à população com foco em saúde e educação; e, por fim, (5) empreendedor, destinando recursos à atividade inovadora, como pesquisa científica e tecnológica, em conjunto com a qualificação da mão de obra por meio de investimentos educacionais.

⁴⁹ Uma reforma tributária progressiva com redução de impostos indiretos acompanhada da tributação direta sobre renda e patrimônio contribuiria para o poder de redistribuição do Estado, visto que redistribui maior parte dos custos da crise do coronavírus para a camada mais rica financeiramente. (CARVALHO, 2020)

5 PREDOMÍNIO DE FONTES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Neste capítulo, antes de abordar os resultados encontrados a partir do método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) junto da classificação das fontes (SCHMITZ, 2011), faz-se necessário: (1) apresentar o objeto de pesquisa — a portal de notícias Gaúcha/ZH; e (2) descrever os critérios que delimitam quais notícias compõem o *corpus*. Salienta-se que a presente pesquisa passou pelas três fases da análise de conteúdo: (1) a *pré-análise*, fase de organização e preparação do material coletado com a atenção voltada às hipóteses e objetivos da pesquisa; (2) a *exploração do material*, momento em que houve a avaliação e a seleção das matérias noticiosas que melhor poderiam responder ao problema de pesquisa; e por fim, (3) o *tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos dados levantados*, fase em que foi possível identificar os tipos de fontes consultadas por GZH assim como as particularidades da cobertura da Economia de GZH em março de 2021.

5.1 O PORTAL ONLINE GAÚCHA/ZH

O portal de notícias Gaúcha/ZH foi escolhida para a análise em razão do ciberjornal integrar o principal grupo de comunicação do Rio Grande do Sul: o Grupo Rede Brasil Sul (RBS). Além do portal online, a empresa de comunicação multimídia conta com a produção de conteúdo jornalístico e entretenimento em televisão (RBS TV), jornal impresso (Zero Hora, Diário Gaúcho e Pioneiro), revista digital (Donna e Destemperados) e rádio (Rádio Gaúcha, Atlântida, Farroupilha, CBN Porto Alegre, 102.3 e 92).

Em 2017, nasceu o portal Gaúcha/ZH. Criado a partir da união dos sites noticiosos do jornal impresso Zero Hora e da Rádio Gaúcha, o então novo produto do Grupo RBS integrou as redações dos dois veículos de comunicação. Antes, mesmo trabalhando para o Grupo RBS, os jornalistas da Zero Hora alimentavam o site próprio e era independente do portal online da Rádio Gaúcha. Na prática, além de abrir espaço para experimentações de conteúdo multimídia — em texto, áudio e vídeo -, a integração das redações criou um único veículo digital, o que passou a evitar a possibilidade de uma competição direta dentro da própria empresa de comunicação voltada ao jornalismo⁵⁰.

⁵⁰ Transformação permanente: Em seus 56 anos de existência, ZH passou por muitas mudanças para acompanhar a evolução da comunicação e se adaptar às necessidades dos leitores
<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/dione-kuhn/noticia/2020/05/transformacao-permanente-ck9oyw3s50074015n99io55r6.html>> Acesso em: 21/04/2021

Dois anos após a sua criação, o site de GZH chegou a 111.005 assinantes digitais mesmo com o veículo tendo apelo mais regional e estando fora do eixo Rio-São Paulo⁵¹. Para título de comparação, os jornais tradicionais na cobertura nacional, como Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, registraram em dezembro de 2020, respectivamente, 278.137, 263.571 e 152.942 assinantes digitais⁵².

Atualmente, o site de GZH conta com quinze editorias, sendo duas dedicadas a temas diretamente relacionados à pandemia: Coronavírus-Serviço — abordando aspectos da evolução da doença e medidas de combate à mesma — e Fique Bem — selecionando acontecimentos positivos⁵³ durante a crise sanitária.

5.2 SELEÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

Durante a fase exploratória, ocorreu a leitura flutuante das notícias de Economia de GZH para definição do *corpus* (BARDIN, 1977). Como recorte temporal da análise, foi escolhido o mês de março de 2021, quando completou-se o período de 1 ano de circulação do novo coronavírus no Brasil. Assim, por mais que o avanço da pandemia ainda trouxesse imprevisibilidade em território nacional e no restante do mundo, já se conhecia a eficácia de

⁵¹ GaúchaZH bate recorde de 111 mil assinantes digitais

<<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2019/11/07/gauchazh-bate-recorde-de-111-mil-assinantes-digitais/>>

Acesso em: 21/04/2021

⁵² Folha encerra a década como o jornal com mais assinantes do país

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/folha-encerra-a-decada-como-o-jornal-com-mais-assinantes-do-pais.shtml>> Acesso em: 21/04/2021

⁵³ Por exemplo, durante março de 2021, a editoria Fique Bem publicou seis matérias sobre ações solidárias e voluntárias ocorridas em Porto Alegre e municípios da Região Metropolitana.

Em um ano, grupo resgata 90 gatos das ruas de Porto Alegre e encaminha para adoção

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/fique-bem/noticia/2021/03/em-um-ano-grupo-resgata-90-gatos-das-ruas-de-porto-alegre-e-encaminha-para-adoacao-cklqxbrzd007n01660b3dje9x.html>>;

Na produção de pães, grupo de mulheres de ocupação de São Leopoldo encontra apoio e renda

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/na-producao-de-paes-grupo-de-mulheres-de-ocupacao-de-sao-leopoldo-encontra-apoio-e-renda-ckltw0nh300000166vijvdh7k.html>>;

Conheça mulheres que impactam suas comunidades com ações voluntárias

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/conheca-mulheres-que-impactam-suas-comunidades-com-aco-es-voluntarias-cklzv16sv005b016ux4oui5eo.html>>;

Para celebrar seus 15 anos, adolescente leva bolo e salgados para profissionais de saúde de área covid

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/fique-bem/noticia/2021/03/para-celebrar-seus-15-anos-adolescente-leva-bolo-e-salgados-para-profissionais-de-saude-de-area-covid-ckmny98o1000501982b7re582.html>>;

Grupos da Região Metropolitana promovem ações solidárias de Páscoa

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/grupos-da-regiao-metropolitana-promovem-aco-es-solidarias-de-pascoa-ckmun5ya20008016upr6q0ndv.html>>;

Primeiro dia de recolhimento arrecada 1,3 tonelada de alimentos em drive-thrus de vacinação em Porto Alegre

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/fique-bem/noticia/2021/03/primeiro-dia-de-recolhimento-arrecada-13-tonelada-de-alimentos-em-drive-thrus-de-vacinacao-em-porto-alegre-ckmwnapvz005u0198wbhuym3x.html>> Acesso em: 23/11/2021

medidas de prevenção, como o uso de máscaras e o distanciamento social, para conter o contágio da doença. Além disso, a vacinação contra a doença completava dois meses de seu início. A data, portanto, constitui um marco importante no enfrentamento da pandemia e de seus reflexos econômicos, sendo um período fértil para a análise do noticiário de Economia relacionado ao acontecimento.

Ao longo do mês de março de 2021, foi encontrado um total de 1.557 matérias publicadas na editoria de Economia de Gaúcha/ZH. Como a proposta é analisar notícias econômicas relacionadas à pandemia, optou-se por selecionar aquelas que tivessem em seu título um ou mais dos seguintes termos: "pandemia", "coronavírus", "covid", "crise", "vacina/vacinar/vacinação", "restrição", "auxílio emergencial", "hospital", "saúde/sanitário/sanitizar", "lockdown" e "isolamento". Este critério foi aplicado devido às palavras no título demonstrarem grau elevado de importância nos assuntos tratados em cada notícia. Com o procedimento, entraram na análise as notícias que abordaram as medidas político-econômicas relacionadas à crise sanitária — uso de máscaras, vacinação, distanciamento social, lockdown, auxílio emergencial, entre outras.

Após a filtragem, o resultado foi o seguinte: do universo amostral de 1557 notícias da editoria de Economia, houve o total de 262 notícias que mencionaram o contexto da pandemia no título. Isso representa em torno de 16,83% das publicações da Economia do portal Gaúcha/ZH no mês de março de 2021. Ainda assim, foram excluídas as notícias relacionadas a temas internacionais e as produzidas pela Agência Estadão Conteúdo, visto que as primeiras cobriam acontecimentos sem vínculo direto com o Brasil, e as segundas não foram produzidas localmente (optou-se por analisar somente os produtos jornalísticos de autoria do jornal gaúcho). Além disso, foram descartadas as matérias sem a identificação do repórter que assina a notícia⁵⁴ e as que não tinham relação com o contexto da pandemia. As matérias de serviço foram retiradas do *corpus* em razão das fontes não estarem explícitas no texto noticioso. Por fim, os artigos de opinião foram excluídos, porque optou-se pela análise do conteúdo informativo ao invés do opinativo da Economia de GZH.

⁵⁴ Como Traquina (2005a) observa que as relações construídas com as fontes são propriedade dos jornalistas e não das empresas em que trabalham, optou-se por retirar as notícias que não identificavam a autoria dos repórteres.

No fim do processo, chegou-se então a um *corpus* composto pelo total de 41 notícias da editoria de Economia de Gaúcha/ZH. Nessas notícias, identificou-se um total de 102 fontes diferentes, que subsidiaram as informações publicadas. As matérias incluídas na análise (*corpus* da pesquisa) podem ser verificadas no Quadro 1 nesta mesma seção. Além das matérias, o Quadro 1 apresenta o número de fontes procuradas em cada notícia e, com o fim de facilitar a leitura dos resultados, as 41 notícias foram catalogadas com as siglas numeradas N1, N2, N3 até N41.

No Quadro 2, localizado nos Anexos, estão listadas todas as fontes consultadas no período analisado junto às pautas levantadas pelas mesmas e número de matérias em que foram consultadas.

QUADRO 1 — CORPUS DE PESQUISA —
NOTÍCIAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE

Título da matéria	Autoria	Quantidade de fontes por matéria	Tipo de matéria	Data	Link
(N1). "Situação é tão séria que não há o que discutir, só vacina quebra círculo vicioso", diz líder do varejo sobre restrições	Marta Sfredo	Uma	Entrevista	01/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/situacao-e-tao-seria-que-nao-ha-o-que-discutir-so-vacina-quebra-circulo-vicioso-diz-lider-do-varejo-sobre-restricoes-cklqjw48001o01665y9ed5pe.html
(N2). Lira diz que PEC sobre auxílio emergencial deve ser votada nesta semana; valor deve ficar em R\$ 250 e ser pago por quatro meses	Débora Cademartori	Uma	Notícia	01/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/lira-diz-que-pec-sobre-auxilio-emergencial-deve-ser-votada-nesta-semana-valor-deve-ficar-em-r-250-e-ser-pago-por-quatro-meses-cklqv8s7o00600166zjke2md2.html
(N3). Pandemia acelera interesse de adeptos de motor home em Caxias do Sul	Juliana Bevilaqua	Nove	Reportagem	01/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2021/03/pandemia-acelera-interesse-de-adeptos-de-motor-home-em-caxias-do-sul-cklqifjhx000t0166agsc9qpq.html
(N4). Diante de restrições, entidade empresarial pede crédito estendido e trabalho flexível	Marta Sfredo	Duas	Notícia	02/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/diante-de-restricoes-entidade-empresarial-pede-credito-estendido-e-trabalho-flexivel-cklr3nhcx00ak0166u51999m8.html

(N5). Pedido para servidores da agropecuária entrarem na lista prioritária de vacinação	Gisele Loeblein	Três	Notícia	04/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/gisele-loeblein/noticia/2021/03/pedido-para-servidores-da-agropecuaria-entrarem-na-lista-prioritaria-de-vacinacao-cklv2t7c005m019895cxgcsx.html
(N6). Entidades de Caxias lamentam comércio fechado por mais uma semana, mas reconhecem situação crítica na saúde	Flavia Noal	Três	Notícia	04/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2021/03/entidades-de-caxias-lamentam-comercio-fechado-por-mais-uma-semana-mas-reconhecem-situacao-critica-na-saude-cklv2adhb0049016u3n7npokj.html
(N7). Prorrogação de restrições no RS ampliará prejuízos de empresas, alegam entidades de comércio e serviços	Fernando Soares	Quatro	Notícia	04/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/prorrogacao-de-restricoes-no-rs-ampliara-prejuizos-de-empresas-alegam-entidades-de-comercio-e-servicos-cklv10tdw0040016uyw45gpus.html
(N8). Pfizer confirma negociações de vacina no Brasil e prevê comunicado oficial "em breve"	Marta Sfredo	Duas	Notícia	05/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/pfizer-confirma-negociacoes-de-vacina-no-brasil-e-preve-comunicado-oficial-em-breve-cklw9wxm9001c019867ii0a3p.html
(N9). Guedes faz anúncio de acordo com a Pfizer com 14 milhões de vacinas para Brasil até junho	Marta Sfredo	Duas	Notícia	08/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/guedes-faz-anuncio-de-acordo-com-a-pfizer-com-14-milhoes-de-vacinas-para-brasil-ate-junho-ckm0oftpx003k016uzs1dxhom.html
(N10). "Gravidade e letalidade estão maiores, e faixa etária dos pacientes diminui", diz gestor de maior hospital privado da Capital	Marta Sfredo	Uma	Entrevista	09/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/gravidade-e-letalidade-estao-maiores-e-faixa-etaria-dos-pacientes-diminui-diz-gestor-de-maior-hospital-privado-da-capital-ckm181dco00d30198abylvka0.html
(N11). Embutida na PEC emergencial, ampliação de prazo para zerar precatórios alivia Estado, mas preocupa OAB e Judiciário	Juliana Bublitz	Três	Notícia	11/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/03/embutida-na-pec-emergencial-ampliacao-de-prazo-para-zerar-precatorios-alivia-estado-mas-preocupa-oab-e-judiciario-ckm5al5h2006m016uivsce185.html
(N12). Agricultura familiar ainda encontra obstáculos em meio à pandemia	Gisele Loeblein	Três	Notícia	11/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/gisele-loeblein/noticia/2021/03/agricultura-familiar-ainda-encontra-obstaculos-em-meio-a-pandemia-ckm54mtjm004b016u8u6uhcdi.html

(N13). Médico e produtor fala da rotina em meio à pandemia: "É o momento mais crítico"	Gisele Loeblein	Uma	Entrevista	11/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/gisele-loeblein/noticia/2021/03/médico-e-produtor-fala-da-rotina-em-meio-a-pandemia-e-o-momento-mais-crítico-ckm5e6hk600950198qetrdzet.html
(N14). Mesmo com restrições da pandemia, fabricante de chocolates da serra gaúcha prevê alta nas vendas de Páscoa	Marta Sfredo e Leonardo Vieceli	Uma	Notícia	12/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/mesmo-com-restricoes-da-pandemia-fabricante-de-chocolates-da-serra-gaucha-preve-alta-nas-vendas-de-pascoa-ckm6pzlam00860198jsa6qetc.html
(N15). Com home office estabelecido após um ano de pandemia, empresas apostam em modelo híbrido no futuro	Juliana Bublitz	Nove	Reportagem	12/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/com-home-office-estabelecido-apos-um-ano-de-pandemia-empresas-apostam-em-modelo-hibrido-no-futuro-ckm3s19qw002q0198h5crz6am.html
(N16). Pandemia fez surgir consumidor cauteloso e mais digital	Juliana Bevilaqua	Dez	Reportagem	15/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2021/03/pandemia-fez-surgir-consumidor-cauteloso-e-mais-digital-ckmagxveo000k016u69snjssx.html
(N17). Grandes empresas ensaiam volta de doações que marcaram 2020, agora focando em vacina	Marta Sfredo	Uma	Notícia	15/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/grandes-empresas-ensaiam-volta-de-does-que-marcaram-2020-agora-focando-em-vacina-ckm3mxi8900240198npan4ufn.html
(N18). Ministério da Economia aponta vacinação em massa como principal saída para a crise	Marta Sfredo	Três	Notícia	15/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/ministerio-da-economia-aponta-vacinacao-em-massa-como-principal-saida-para-a-crise-ckmar07ln0011016u8cbqnkrz.html
(N19). Setor de flores já está de olho no Dia das Mães para tentar reverter crise vivida há um ano	Gisele Loeblein	Uma	Notícia	15/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/gisele-loeblein/noticia/2021/03/setor-de-flores-ja-esta-de-olho-no-dia-das-maes-para-tentar-reverter-crise-vivida-ha-um-ano-ckmatcivg004j01983p2cm0j3.html
(N20). Bolsonaro levará ao Congresso MP para autorizar auxílio emergencial	Débora Cademartori	Três	Notícia	17/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/bolsonaro-levara-ao-congresso-mp-para-autorizar-auxilio-emergencial-ckmdhoaxr001c0198w4n84rr2.html

(N21). Empresa doa água para profissionais de saúde que atuam na linha de frente	Marta Sfredo	Uma	Notícia	17/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/empresa-doa-agua-para-profissionais-de-saude-que-atuam-na-linha-de-frente-ckm83c7001n0198fj96tgyf.html
(N22). RS prevê isentar ICMS de equipamentos e produtos doados para tratamento da covid-19	Débora Cademartori	Duas	Notícia	18/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/rs-preve-isentar-icms-de-equipamentos-e-produtos-doados-para-tratamento-da-covid-19-ckmf64agr005n016u5z59ufr2.html
(N23). Restaurante que fechou antes da pandemia dá a volta por cima e abre terceira unidade	Marta Sfredo e Camila Silva	Uma	Notícia	19/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/restaurante-que-fechou-antes-da-pandemia-da-a-volta-por-cima-e-abre-terceira-unidade-ckmglpx4x000u016u51zutlw.html
(N24). Como a pandemia impactou as empresas gaúchas	Fernando Soares	Cinco	Notícia	19/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/como-a-pandemia-impactou-as-empresas-gauchas-ckmez2670048016u80vfm7m.html
(N25). Redução no auxílio emergencial faz projeto social reativar campanha de doações	Marta Sfredo e Camila Silva	Duas	Notícia	19/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/reducao-no-auxilio-emergencial-faz-projeto-social-reativar-campanha-de-doacoes-ckmgt1mhf003t016u9m02cj9n.html
(N26). Pandemia reduz em 11,8% a renda do trabalho no RS	Leonardo Vieceli	Três	Notícia	21/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/pandemia-reduz-em-118-a-renda-do-trabalho-no-rs-ckmjwg38m002t0198co7jpqnt.html
(N27). Manifesto que pede "avaliação de lockdown emergencial" no país chega a 500 adesões, com ex-ministros e empresários	Marta Sfredo	Uma	Notícia	21/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/manifesto-que-pede-avaliacao-de-lockdown-emergencial-no-pais-chega-a-500-adesoes-com-ex-ministros-e-empresarios-ckmj7moqx000o0198tb60rbmi.html
(N28). Fechamento, desemprego e novos projetos: os exemplos de quem perdeu renda na pandemia e está lutando para se reinventar	Leonardo Vieceli	Sete	Reportagem	21/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/fechamento-desemprego-e-novos-projetos-os-exemplos-de-quem-perdeu-renda-na-pandemia-e-esta-lutando-para-se-reinventar-ckmjwlb8002o016ubxdrvbu5.html

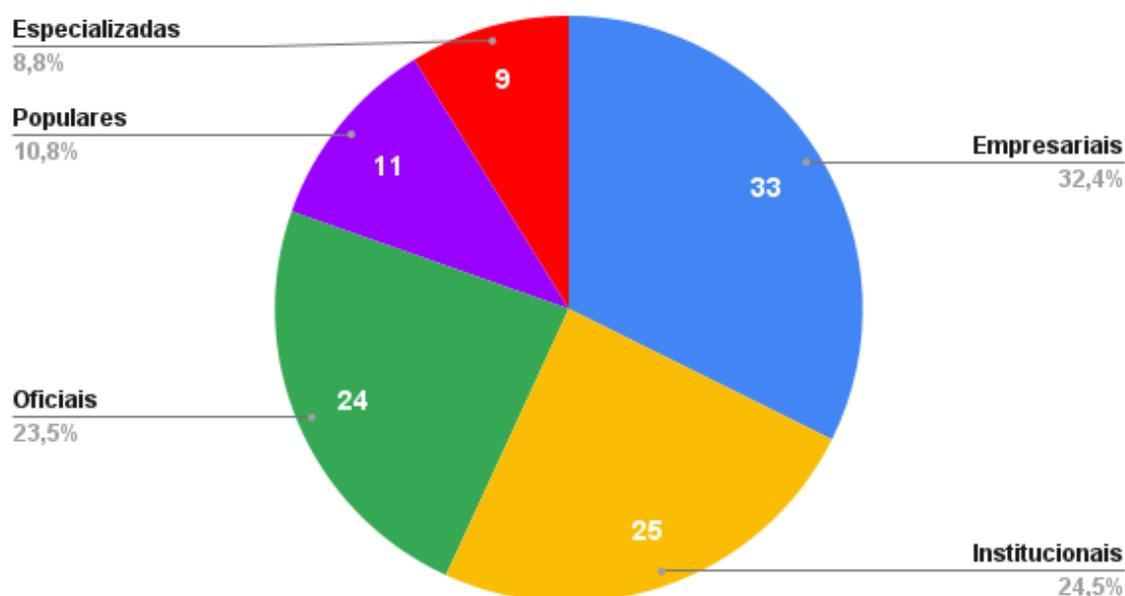
(N29). Empresa gaúcha que cresceu com delivery na pandemia recebe aporte para se expandir	Marta Sfredo	Uma	Notícia	22/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/empresa-gaucha-que-cresceu-com-delivery-na-pandemia-recebe-aporte-para-se-expandir-ckmkwporu004k016uoflv979e.html
(N30). Bolsonaro sobre sugestão de lockdown nacional: "Não sabemos onde isso vai acabar, se vai acabar um dia"	Marta Sfredo	Três	Notícia	22/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/bolsonaro-sobre-sugestao-de-lockdown-nacional-nao-sabemos-onde-isso-vai-acabar-se-vai-acabar-um-dia-ckml0t52k005p0198gznq8s14.html
(N31). Como filmes e séries inspiraram reinvenção de empresas durante a pandemia	Marta Sfredo	Duas	Notícia	23/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/como-filmes-e-series-inspiraram-reinvencao-de-empresas-durante-a-pandemia-ckmm759vs003w0198i511cm63.html
(N32). Startup gaúcha faz parceria com banco digital para apoiar clientes na pandemia	Marta Sfredo e Camila Silva	Uma	Notícia	23/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/startup-gaucha-faz-parceria-com-banco-digital-para-apoiar-clientes-na-pandemia-ckmmgcikq00890198i3grf6rd.html
(N33). Empresa doa refrigeradores para postos de vacinação drive-thru da Capital	Marta Sfredo	Duas	Notícia	24/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/empresa-doa-refrigeradores-para-postos-de-vacinacao-drive-thru-da-capital-ckmnpsta001s016u7vk51fob.html
(N34). Governadores pedem ao Congresso elevação do auxílio emergencial para R\$ 600	Débora Cademartori	Uma	Notícia	24/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/governadores-pedem-ao-congresso-elevacao-do-auxilio-emergencial-para-r-600-ckmnu4q3z001i016u9so0fu9l.html
(N35). Com técnica usada em diagnóstico de covid-19, startup vai mapear DNA do solo	Gisele Loeblein e Isadora Garcia	Uma	Notícia	25/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/gisele-loeblein/noticia/2021/03/com-tecnica-usada-em-diagnostico-de-covid-19-startup-vai-mapear-dna-do-solo-ckmnja42j002f019884u630ej.html
(N36). Leite anuncia auxílio emergencial de R\$ 130 milhões para setores mais afetados pela pandemia	Vitor Rosa	Duas	Notícia	26/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/03/leite-anuncia-auxilio-emergencial-de-r-130-milhoes-para-setores-mais-afetados-pela-pandemia-ckmqb2vnc001u0198xn0og6gb.html

(N37). De auxílio emergencial a ajuda para pagar funcionários: as soluções de prefeituras do RS na luta contra a crise	Juliana Bublitz	Doze	Reportagem	26/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/de-auxilio-emergencial-a-ajuda-para-pagar-funcionarios-as-solucoes-de-prefeituras-do-rs-na-luta-contr-a-crise-ckmgd7zx7002p0198looqmoxp.html
(N38). Proprietários e funcionários de bares e restaurantes de Caxias voltam a protestar contra restrição de funcionamento à noite	Gustavo Martins	Três	Notícia	29/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2021/03/proprietarios-e-funcionarios-de-bares-e-restaurantes-de-caxias-voltam-a-protestar-contr-a-restricao-de-funcionamento-a-noite-ckmv2273c0081016uw5fejgwb.html
(N39). Vendas de Páscoa: como fabricantes e lojas de chocolates buscam driblar dificuldades da pandemia	Leonardo Vieceli	Cinco	Notícia	29/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/vendas-de-pascoa-como-fabricantes-e-lojas-de-chocolates-buscam-driblar-dificuldades-da-pandemia-ckmv6x8q5009a016uitpmdk04.html
(N40). Empresas se unem para sanitizar salas e veículos em Gramado	Marta Sfredo e Camila Silva	Duas	Notícia	30/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2021/03/empresas-se-unem-para-sanitizar-salas-e-veiculos-em-gramado-ckmw8rs1r00080198twa89iw3.html
(N41). Pandemia força mudança de comportamento de consumidores de peixe em Caxias	Flavia Noal / Pioneiro	Quatro	Notícia	30/03/2021	https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2021/03/pandemia-a-forca-mudanca-de-comportamento-de-consumidores-de-peixe-em-caxias-ckmw8p3hg00070198www0sfe5.html

5.3 ANÁLISE

Posteriormente, realizou-se nova leitura das notícias selecionadas, visando identificar os tipos de fontes consultadas. Partindo de categorias prévias baseadas na classificação do Schmitz (2011), verificou-se que, dentro do *corpus*, foram consultadas: 33 fontes empresariais, 25 fontes institucionais, 24 fontes oficiais, 11 fontes populares e nove fontes especializadas.

Gráfico 1 - Fontes Encontradas



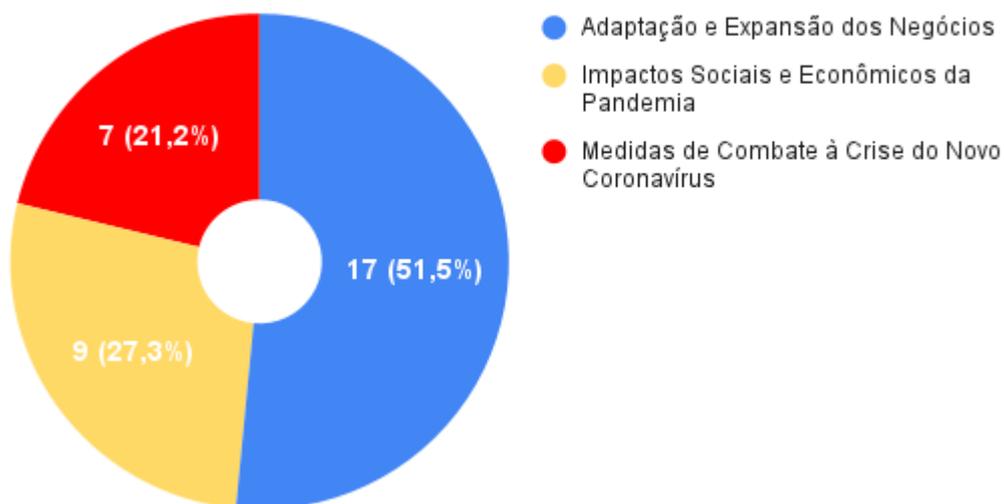
Fonte: dados do autor

O Gráfico 1 ajuda a visualizar a proporção que cada tipo de fonte encontrada ocupou na Editoria de Economia de GZH. Essas fontes foram organizadas no Quadro 02, em que foram descritas e relacionadas com as pautas noticiadas. Uma vez explicados os procedimentos de seleção do corpus e de análise, as categorias são apresentadas.

5.3.1 FONTES EMPRESARIAIS

Considerando todo o *corpus*, as fontes empresariais foram as mais consultadas no noticiário de Economia de GZH durante o período analisado. Do total de 102 fontes encontradas, 33 correspondiam ao grupo. Conforme Schmitz (2011), a fonte empresarial é toda aquela que costuma agir por interesse comercial ou institucional almejando a preservação da imagem pública e reputação. Dito isso, ao longo do período analisado, esse grupo de fontes se envolveu em três temas principais durante o período analisado: (1) a adaptação e a expansão de negócios; (2) os impactos sociais e econômicos da pandemia; e (3) as medidas de combate à crise do novo coronavírus.

Gráfico 2 - Fontes Empresariais



Fonte: dados do autor

5.3.1.1 ADAPTAÇÃO E A EXPANSÃO DE NEGÓCIOS

O tema que mobilizou 17 fontes empresariais (51,5%), como observado no Gráfico 2, apresenta matérias de tom otimista e de superação em que as fontes relataram modificar os seus negócios em razão da pandemia. Na maioria dos casos, as mudanças significaram oportunidades para lucrar e expandir os negócios. Em um caso pontual, o setor de veículos motorhome teve procura acentuada em função da pandemia (N3).

No ramo de alimentação, o restaurante *Tokyo Sushi Lounge* se especializou na modalidade de tele-entrega (delivery) e na modalidade pegue-e-leve (take away), os clientes fazem o pedido e o retiram no restaurante. A partir da experiência nas suas duas unidades, anunciou a abertura de uma terceira (N23). A experiência positiva e de crescimento dos negócios com a tele-entrega também foi relatada pela empresa *Delivery Much*, desenvolvedora do aplicativo do mesmo nome que realiza tele-entrega de comida em cidades do interior do Brasil (N29).

Mesmo com o avanço da pandemia e restrições de atividades econômicas, a fabricante de chocolates da Serra Gaúcha, *Prawer*, previu alta procura para a Páscoa⁵⁵, apostando em vendas online, em redes multimarca e empórios sem depender exclusivamente do turismo de

⁵⁵ Em 2021, a Páscoa foi celebrada no dia 4 de abril.

Gramado. Aproveitando a data, outras duas fabricantes de chocolate — as empresas *Florybal* e *Chocolate Gramadense* — também apostaram em parcerias com supermercados e venda online. Além disso, também do setor de comércio de chocolate, uma *unidade da Kopenhagen* em Porto Alegre ofereceu o seu serviço através do sistema drive-thru.

Em Caxias do Sul, três fontes do ramo de transformação de veículos — as empresas *Motor Home Verônica*, *Motor Home Motor Truck* e *AL Motor Home* — registraram o aumento da procura do serviço, impulsionado pelo contexto da pandemia (N3). Os consumidores relataram buscar um estilo de vida itinerante e seguro dos veículos motorhome, pois mantinha o isolamento social. Do setor de vestuário, uma fonte empresarial — *Adrielle Daniel*, diretora de marketing da Ballardin Malhas — relata que apostou no comércio eletrônico (e-commerce), resultando em crescimento de 65% nas vendas de 2020 frente ao ano anterior.

Enquanto isso, outras três fontes — *Rodrigo Sisnandes Pereira*, diretor-presidente da Fundação Família Previdência, *Valéria Neves*, gerente de Pessoas e Cultura das empresas Randon e *Clarice Martins Costa*, diretora de RH das Lojas Renner — avaliaram positivamente a adoção do teletrabalho (home office) ao ponto de considerarem manter a modalidade no período pós-pandemia.

Por fim, quatro fontes passaram a oferecer um serviço diferente do que se propuseram originalmente. A startup *Beemob*, em parceria com o Next (banco digital ligado ao Bradesco), desenvolveu um aplicativo de acesso gratuito e digital a serviços bancários para corretores de imóveis cadastrados na sua plataforma (N32). Enquanto isso, a empresa do setor de automação industrial, a *A2B Industrial*, se reestruturou para atender revendas e integradores de sistemas para a indústria. A construtora gaúcha *Form*, focada no desenvolvimento de empreendimentos feitos de aço, passou a arquitetar projetos que envolvam a tecnologia de inteligência digital (N31).

Concluindo esta subseção, a fonte empresarial, a startup gaúcha *ConnectBio*, desenvolveu uma técnica de análise do solo a partir da mesma lógica do exame para diagnóstico de covid-19, o PCR. Com a técnica, a empresa visa ajudar produtores rurais a melhorar a produtividade das lavouras (N35).

5.3.1.2 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA

No segundo grande tema, nove fontes empresariais (27,3%) identificaram efeitos negativos da pandemia sobre os negócios e o sistema de saúde brasileiro. O Hospital Moinhos de Vento, na figura do CEO, *Mohamed Parrini* e o médico cirurgião, produtor rural e presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês, *Marcos Tang*, descreveram o cotidiano dos profissionais de saúde em meio à escalada de casos e internações de covid-19. Enquanto a primeira fonte pede foco em ações que diminuam a curva de contaminação para que hospitais consigam atender os pacientes; a segunda fonte reconhece o momento crítico dos hospitais e observa que, com cuidados sanitários, o trabalho agrícola deve continuar.

Ligadas ao 15 de março de 2021, Dia do Consumidor, uma empresa que une dados de consumo, tecnologia e humanização para ajudar sites a otimizarem seus resultados, a *All iN & Social Miner*, e o estudo *Visa Covid-19 Consumer Sentiment*⁵⁶ indicam que o contexto da pandemia alterou os hábitos de consumo das pessoas. Segundo o levantamento da primeira fonte, a maior parte dos consumidores se mostrou indecisa em relação a aproveitar ofertas da data comercial. Em contrapartida, a segunda fonte apontou o sentimento “fadiga de pandemia” capaz de induzir os consumidores a buscar modos mais seguros de fazer compras, refletindo em tendência de alta de gastos em supermercados e lojas de departamento.

A data religiosa e comercial da Semana Santa — de 28 de março a 3 de abril de 2021 — foi impactada pela pandemia. Para o assunto, o portal GZH consultou três fontes empresariais de Caxias do Sul com o fim de entender as expectativas do comércio local de peixes. A partir dos estabelecimentos *Peixaria Mobi Dick*, *Cia do Peixe* e *Casa do Peixe*, o noticiário econômico descreve uma expectativa de estabilidade nas vendas em comparação ao ano passado, num cenário em que o comércio local tenta não repassar a elevação dos preços dos peixes aos consumidores. No período, os fornecedores do pescado haviam elevado o preço dos produtos.

Por fim, duas fontes empresariais falam sobre a perda de faturamento em pequenos negócios devido à pandemia. Uma pesquisa da empresa *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae-RS)* estimou que 56% dos pequenos negócios estavam com a receita menor do que nos meses anteriores. Além disso, a fonte *Adriano Severo*, educador financeiro da Severo Educação Financeira, oferece dicas de como

⁵⁶ O estudo citado foi produzido por filial da empresa multinacional estadunidense de serviços financeiros Visa Inc.

as pessoas poderiam preservar as finanças de empresas e o orçamento familiar no contexto da pandemia.

5.3.1.3 MEDIDAS DE COMBATE À CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS

O terceiro tema contou com 7 fontes (21,2%) em que as mesmas destacam iniciativas de combate à circulação do vírus. Na doação de equipamentos sanitários aos profissionais de saúde da linha de frente, duas fontes estão envolvidas: a empresa multinacional de bebidas *Coca-Cola Femsa*⁵⁷ e a mineradora multinacional brasileira *Vale*. Enquanto as ações da primeira fonte se restringiam a Porto Alegre, as da segunda, tinham caráter nacional já que a doação dos equipamentos foi realizada para o Ministério da Saúde⁵⁸.

Envolvido na causa da vacinação em massa, o empresário *Marcelo Silva*, vice-presidente do conselho de administração do Magazine Luiza e presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), defendeu a medida como a única capaz de retomar a economia à normalidade. Além disso, ele afirma que o IDV junto ao Magazine Luiza detectou que mais de 5,5 mil municípios estavam sem seringas e geladeiras apropriadas para armazenamento das doses de vacina. Em relação à vacinação, o laboratório *Pfizer*, empresa farmacêutica multinacional, também foi consultado pelo site da GZH. Nas duas oportunidades, a empresa comunica o avanço das negociações de doses com o governo federal, sem comentar o teor desses contatos⁵⁹.

Do segmento de higiene e limpeza, a empresa *Gcn* e a empresa *Turistur Gramado*, do setor de turismo, realizaram ação de limpeza de salas do posto de saúde, das ambulâncias e dos carros utilizados pela vigilância sanitária do município de Gramado no combate à pandemia. E, por fim, a fonte empresarial de crédito anônimo, representando o mercado financeiro, os *Boletins matinais das gestoras de investimentos*, pediu a substituição do então ministro da saúde Eduardo Pazuello, durante queda no número de doses de vacinas disponíveis em conjunto com o aumento de casos e óbitos por coronavírus.

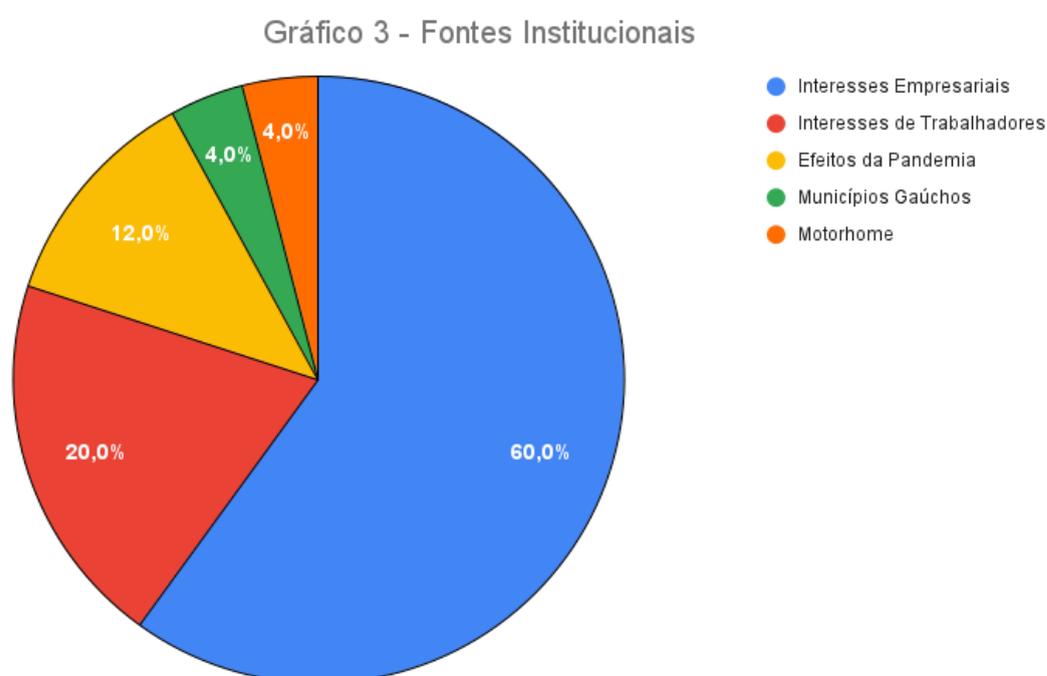
⁵⁷ A Coca-Cola chegou a doar 10 mil garrafas de 500 mililitros de água Crystal ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e quatro refrigeradores para a prefeitura de Porto Alegre, que serão usados para armazenar doses de vacina nos postos de vacinação drive-thru montados pela Secretaria Municipal de Saúde (N21; N33).

⁵⁸ No caso da Vale, a ação está relacionada a compromissos assumidos depois da tragédia de Brumadinho. Desde o início da pandemia, a empresa tem adotado medidas para diminuir o impacto do coronavírus no país (N17).

⁵⁹ Em dezembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro declarou que os laboratórios farmacêuticos deveriam ir atrás do governo federal e não o contrário, o que estremeceu as negociações das doses de vacina (N8).

5.3.2 FONTES INSTITUCIONAIS

Na presente subseção, 25 fontes do grupo institucional foram encontradas. Conforme Schmitz (2011), os atores sociais considerados fontes institucionais são aqueles que representam interesses coletivos de uma parcela da sociedade. Na Economia de GZH, 15 fontes contemplavam interesses empresariais de donos de estabelecimentos; 5 fontes representavam os interesses de trabalhadores; três iniciativas sem fins lucrativos defendiam ou realizavam ações para minimizar os efeitos da pandemia; e, por fim, dois atores sociais se distinguem das demais fontes por uma representar uma associação de municípios gaúchos e a outra, o estilo de vida campista do motorhome. No Gráfico 3, fica constatada a predominância de interesses empresariais na consulta de fontes institucionais (60%).



Fonte: dados do autor

5.3.2.1 A DEFESA DE INTERESSES EMPRESARIAIS

Dentre as fontes institucionais, as mais procuradas foram a *Fecomércio-RS* — nas figuras de Luiz Carlos Bohn, presidente da entidade e Patrícia Palermo, economista-chefe da entidade — e a *Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul)* — na figura de seu presidente, Anderson Cardoso. A primeira fonte foi procurada em quatro

matérias diferentes, reconhecendo mudanças nos hábitos de consumo da população, como maior cautela no momento da compra. Além disso, reconhecendo a fase crítica da crise sanitária, a Fecomércio-RS encaminhou pedido de auxílio emergencial ao Ministério de Economia para empresas e de flexibilização de direitos trabalhistas, como redução de jornada de trabalho e suspensão de contratos. Diante da bandeira preta no Estado gaúcho⁶⁰, a entidade alegou que estabelecimentos fechados não conteriam o contágio da doença, resultando apenas em demissões e no fechamento definitivo dos negócios.

No mesmo sentido, a Federasul alegou que os estabelecimentos não seriam vetores de transmissão do vírus e o avanço da crise sanitária teria ocorrido principalmente por aglomerações de meses anteriores. Na outra oportunidade em que aparece no noticiário, a entidade reconheceu a importância das prefeituras gaúchas oferecerem apoio ao comércio local, mas defendeu a retomada do trabalho presencial como solução. Também em oposição às medidas restritivas, *Henry Chmelnitsky*, presidente do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (Sindha) e a *Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul* (Fiergs) entenderam como prejudicial o fechamento do comércio na ausência de auxílio estadual e federal ao setor. No mesmo sentido, uma fonte institucional de crédito anônimo foi identificada na expressão “*as informações que chegam dos hospitais e até mesmo de outras entidades empresariais apontam que esse período de parada pode ser bem mais longo*”. Esta fonte dizia respeito ao temor de entidades empresariais em relação à eventual prorrogação do período bandeira preta, impactando o comércio local (N4).

Ao contrário das fontes anteriores, o *Sindilojas Caxias* desistiu de propor a abertura do comércio local em função do momento crítico para a área da saúde. Além disso, junto a *Carlos Eduardo Colombo*, vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o *Sindilojas* reivindicou o fechamento de setores listados como essenciais que não vendiam apenas produtos alimentícios, como o comércio de roupas e eletrodomésticos. A

⁶⁰ Ao longo de 2020, o governo do Estado gaúcho desenvolveu um sistema de monitoramento do risco de contágio da doença e classificou o risco pelas cores amarela, laranja, vermelha e preta. Esta última cor indicava o maior risco de contágio e, assim, o Estado aplicava as medidas mais restritivas às atividades econômicas. Pelas regras da bandeira preta, o comércio essencial podia funcionar com equipes de no máximo 25% dos trabalhadores e com atendimento ao público até as 20h. Enquanto isso, o comércio não-essencial deveria permanecer fechado ao atendimento presencial, sendo permitido o funcionamento de tele entrega e teleatendimento.

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/02/bandeira-preta-o-que-muda-nas-regioes-d-o-rs-com-risco-altissimo-para-coronavirus-ckllgfcfe006k015qf0maar5a.html>> Acesso em: 31/10/2021

reivindicação surgiu da possibilidade desses estabelecimentos gerarem aglomerações, aumentando o risco de determinação de outras paralisações para atividades econômicas.

As demais fontes institucionais de caráter empresarial se concentraram em dois assuntos: (1) impactos econômicos da crise sanitária, como fechamento de negócios, desemprego e queda de faturamento; e (2) o trabalho híbrido⁶¹ e o comércio eletrônico, motivando empresas e o setor do varejo a se adaptarem. No primeiro grupo, estão cinco fontes: a *Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)*, a *Associação Gaúcha de Supermercados (Agas)*, *Associação Gaúcha para Desenvolvimento do Varejo (AGV)*, *Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-RS)* e a *Associação Rio-Grandense de Floricultura (Aflori)*. No segundo grupo, estão apenas duas fontes: *Crimeri Delfino Corrêa*, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos no Rio Grande do Sul (ABRH-RS), e a *Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm)*.

5.3.2.2 A DEFESA DE INTERESSES SINDICAIS

A representação de interesse sindical contou com fontes institucionais na defesa de trabalhadores na modalidade de teletrabalho (home office), servidores públicos e pensionistas gaúchos, fiscais agropecuários nas esferas nacional e estadual, produtores rurais de agroindústrias familiares gaúchos e, por fim, os trabalhadores do comércio hoteleiro, restaurantes, bares e similares (garçons e garçonetes) em Caxias do Sul.

No caso do teletrabalho, o advogado trabalhista e presidente da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt), *Luis Otávio Camargo Pinto*, aconselha as corporações empresariais a terem uma política de teletrabalho bem estruturada para atrair talentos com destaque aos mais jovens e nômades digitais; pois, segundo a sua avaliação, não apenas por questões jurídicas, assegurar as melhores condições possíveis aos colaboradores pode gerar retornos às empresas. Já, na defesa de servidores públicos aposentados e pensionistas, *Ricardo Bertelli*, o vice-presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-RS) e assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul (Sinapers), se opôs à parte da PEC Emergencial⁶² que permitiu o adiamento do prazo para Estados e municípios

⁶¹ Modalidade que alterna entre períodos de trabalho presencial e teletrabalho.

⁶² Na mesma PEC que autorizou o pagamento de auxílio às pessoas em dificuldades, o Congresso Nacional incluiu o adiamento do prazo de pagamento de precatórios para Estados e municípios (N11).

quitarem dívidas de precatórios, as dívidas do poder público resultantes de ações judiciais superiores a 10 salários mínimos. Segundo Bertelli, o adiamento poderia gerar insegurança jurídica aos credores, considerando a possibilidade de outro adiamento e o risco de calote.

Defendendo a inclusão da categoria dos fiscais agropecuários como grupo prioritário na vacinação contra o covid-19, duas fontes — *Beatriz Scalzilli*, vice-presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado (Afagro) e *Soraya Marredo*, delegada sindical do RS do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa) — observaram que, desde que respeitada a prioridade aos idosos, a fiscalização agropecuária é um serviço essencial que não parou de exercer as suas atividades de modo presencial durante a pandemia, e, portanto, os fiscais deveriam ser considerados entre os grupos prioritários.

Concluindo esta subseção, duas fontes institucionais — o *Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade (Sintrahtur)* e *Jocimar Rabaioli*, assessor de Política Agrícola e de agroindústrias familiares da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-RS) — descreveram os impactos da pandemia sobre as categorias que representam. A segunda fonte relata que, com o cancelamento das feiras presenciais, o setor das agroindústrias familiares registrou perdas que chegavam a até 70% no faturamento. Enquanto isso, a primeira fonte apontou o número de garçons ou trabalhadores de restaurantes que foram afetados com a determinação de bandeira preta no Estado gaúcho em Caxias do Sul.

5.3.2.3 A PROTEÇÃO SOCIAL, MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS DA CRISE E O CAMPISMO

Nesta subseção, foram encontradas fontes interessadas em amenizar os impactos sociais da pandemia e, além disso, na divulgação do estilo de vida campista, que teve maior procura durante a pandemia.

Com foco na proteção social das pessoas mais vulneráveis, a *Plataforma Transforma Brasil*, um projeto nacional de voluntariado cidadão, estimulou doações de alimentos e kits de higiene diante da redução do valor do auxílio emergencial no pior momento da pandemia. Envolvido na doação de equipamentos e medicamentos à rede hospitalar do Estado, o *Instituto Cultural Floresta (ICF)* avaliou a medida estadual de isenção do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para doações indiretas⁶³ como incentivo para que mais entidades e pessoas contribuam com doações à rede hospitalar do Estado gaúcho. No mesmo sentido de minimizar os impactos da pandemia, duas outras fontes — *Maneco Hassen*, presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e *Projeto Comprova* — avaliaram condutas de líderes públicos. A segunda fonte — uma iniciativa que reúne jornalistas de 33 veículos de comunicação brasileiros com o fim de verificar informações falsas — corrigiu fala equivocada do presidente Jair Bolsonaro em que apontou a Organização Mundial da Saúde (OMS) como quem questionou a eficiência do bloqueio de atividades econômicas para controlar a pandemia. Em contrapartida, mesmo ponderando que o auxílio emergencial seja função do Estado e da União, a Famurs avaliava como positiva as iniciativas de prefeituras gaúchas no auxílio a setores locais de comércio, de serviços e da indústria.

Por fim, a *Associação Brasileira de Campistas (Anacamp)* — uma entidade civil que representa o estilo de vida campista do motorhome — estimava que mais pessoas estão aderindo ao estilo de vida por manter as pessoas em isolamento social e possibilitar viagens em uma residência móvel.

5.3.3 FONTES OFICIAIS

A Economia de GZH contou com a presença de 24 fontes oficiais, representantes das ações dos três poderes da República. O Poder Executivo foi o mais presente dentre os três poderes, contando com 19 fontes consultadas. Já os poderes Legislativo e Judiciário dispuseram de, respectivamente, três e duas fontes no período analisado.

Deste quadro, a fonte oficial mais procurada foi o *Ministério da Economia* — na *figura do ministro, Paulo Guedes* —, sendo consultada em cinco notícias diferentes e também em suas variadas atribuições, como as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). As pautas relacionadas a essa fonte foram: (1) a extensão do auxílio emergencial; (2) a vacinação em massa; (3) os efeitos da crise do coronavírus sobre a economia; e (4) a abertura de linhas de crédito para o setor

⁶³ Com o decreto estadual, para receber a isenção do ICMS, o doador não poderia fazer as entregas diretamente à rede hospitalar e de forma deliberada. Os equipamentos teriam de ser entregues para a Secretaria da Saúde, que os distribui conforme a necessidade de cada hospital. A medida de isenção a doações indiretas já estava autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas precisava ser regulamentada no Rio Grande do Sul (N22).

das agroindústrias familiares. Como os assuntos mobilizam outras fontes oficiais, as próximas subseções vão ser guiadas por esses temas.

5.3.3.1 A EXTENSÃO DO NOVO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Na pauta da extensão do auxílio emergencial federal à população mais vulnerável, três fontes oficiais foram mobilizadas. O *presidente Jair Bolsonaro* aparece assinando a medida provisória que autorizou a nova rodada de auxílio emergencial a desempregados e trabalhadores informais. No episódio, Bolsonaro reconheceu o valor baixo do auxílio, dizendo que a medida causou R\$ 44 bilhões de endividamento para o país⁶⁴. Por sua vez, o *Congresso Nacional* divulgou que o valor do auxílio emergencial foi de R\$ 250 mensais. Além disso, diversos parlamentares da Câmara e do Senado anunciaram buscar aumentar o valor para R\$ 600, o mesmo distribuído durante 2020. Na mesma linha, uma *carta assinada por dezesseis governadores* pediu aos presidentes do Congresso Nacional a elevação do valor do novo auxílio emergencial para R\$ 600 em momento crítico da pandemia.

Na esfera estadual, o *Governo do Estado*, na figura do governador Eduardo Leite (PSDB), disponibilizou R\$ 130 milhões para os setores mais afetados pelo covid-19 por meio da criação de um auxílio emergencial gaúcho. Na época, avaliada pelo deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, *Gabriel Souza* (MDB), a medida foi considerada positiva apesar de insuficiente para mitigar a situação do setor de serviços.

No sentido de minimizar os impactos econômicos da pandemia, os municípios gaúchos de Porto Alegre, Igrejinha, Canoas, Santa Cruz do Sul e Rio Grande implementaram uma série de medidas locais, como a postergação das datas de vencimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), ajuda para bancar os salários de funcionários em microempresas, a abertura de linhas de crédito para microempreendedores e autônomos, etc. Representando os municípios foram consultadas as fontes: *Ricardo Gomes*, vice-prefeito de Porto Alegre; *Leandro Horlle*, prefeito de Igrejinha; *Jairo Jorge*, a prefeito de Canoas; *Fábio Branco*, prefeito de Rio Grande; e *Helena Hermany*, prefeita de Santa Cruz do Sul junto de *Marcio Farias Martins*, secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Santa Cruz do Sul.

⁶⁴ Na época, o governo federal afirmou que foi possível autorizar a extensão do benefício no pior momento da pandemia, porque o Congresso Nacional aprovou, junto à PEC Emergencial, mecanismo que deixa de fora do teto de gastos R\$ 44 bilhões, recurso a ser usado para auxiliar desempregados e trabalhadores informais impactados pelas medidas de restrição de circulação devido ao coronavírus. E, para apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o valor do auxílio emergencial é baixo, argumentando que é o possível no momento. “É pouco, né? Mas é o que a nação pode dar. São R\$ 44 bilhões de endividamento, tá?”, disse Bolsonaro.

5.3.3.2 A VACINAÇÃO EM MASSA

No tema da vacinação, o Ministério da Economia divulgou o acordo firmado com o laboratório Pfizer para a entrega de doses de vacina e, além disso, tornou público um relatório apontando a vacinação em massa, junto de consolidação fiscal e reformas pró-mercado, como saída da crise econômica gerada pelo coronavírus.

Além do Ministério da Economia, o tema da vacinação mobilizou outras duas fontes oficiais. O Congresso Nacional aparece autorizando todos os entes da federação, incluindo a União, e empresas a comprar vacinas, assumindo responsabilidade civil por possíveis eventos adversos pós-vacinação. Enquanto isso, *Ernani Polo*, deputado estadual e vice-presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa (RS), encaminhou pedido ao Palácio Piratini para incluir os fiscais agropecuários nos grupos prioritários de vacinação contra o covid-19.

5.3.3.3 EFEITOS DA CRISE DO CORONAVÍRUS SOBRE A ECONOMIA

Por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a pasta da Economia relatou que a crise do coronavírus fechou 22,1 mil postos de trabalho com carteira assinada no Rio Grande do Sul em 2020. Em relação ao comércio de peixes em Caxias do Sul, o *secretário da Agricultura de Caxias, Rudimar Menegotto*, indicou que a projeção dos produtores era vender 32 toneladas de pescado na feira presencial, mas reconheceu que o comportamento do consumidor se tornou imprevisível em razão da pandemia.

Observando também essa imprevisibilidade dos consumidores, *Lucas Fuhr, diretor-executivo do Procon RS*, aponta que a pandemia tornou o consumidor mais digital do que antes, sendo que tanto os consumidores quanto os fornecedores estavam despreparados para essa mudança. Enquanto isso, a *Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul* passou a registrar 32 processos judiciais envolvendo o tema do teletrabalho em 2020, ante 15 processos abertos em 2019, em um universo de cerca de 100 mil casos abertos⁶⁵. Por fim, a *Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego* informou o número de

⁶⁵ A reportagem contextualiza que, para garantir segurança a empregados e empregadores, o regime remoto deve ser previsto em contrato ou em termo aditivo. Além disso, questões envolvendo condições de trabalho e ressarcimento de valores gastos com equipamentos e infraestrutura devem ser negociadas entre as partes (N15).

garçons ou trabalhadores de restaurantes e similares em Caxias do Sul. Esses trabalhadores realizaram protestos contra a determinação de bandeira preta pelo governo do Estado.

5.3.3.4 A ABERTURA DE LINHAS DE CRÉDITO, OUTRAS MEDIDAS E INTERESSES DIVERSOS

Por meio das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Economia abriu linhas de crédito para o setor das agroindústrias familiares. A medida foi celebrada pelo *secretário da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Fernando Schwanke*. Também em tom otimista, a *Junta Comercial do Rio Grande do Sul* indicou que foram abertas 196,3 mil empresas em 2020. Segundo os dados da entidade, mesmo que 81% do total sejam microempreendedores individuais (MEIs), o número foi o maior da série estatística, iniciada em 2003. Relacionadas à pauta do estilo de vida motor home em Caxias do Sul, a *Receita Federal e Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS)* contextualizam, respectivamente, o número de empresas fabricantes de motor homes na região e o aumento da frota dos veículos de janeiro de 2020 a janeiro de 2021.

Na pauta das medidas restritivas, o presidente Jair Bolsonaro respondeu contrariamente ao manifesto assinado por 500 economistas, empresários e integrantes do mercado financeiro. O manifesto pedia o uso de lockdown no Brasil para conter a disseminação da pandemia. No sentido oposto ao presidente, o governador Eduardo Leite (PSDB) decretou bandeira preta e suspendeu a cogestão no modelo de distanciamento controlado no Estado. A decisão de Leite foi tomada em razão da escalada da covid-19. Na mesma época, a *diretora de Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS) Luciane Beiró* afirmou que a participação de empresas é fundamental no enfrentamento da pandemia.

Enfim, a fonte oficial *Marco Aurelio Cardoso, economista e secretário estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul*, foi procurada em dois momentos: na preparação de decreto para isentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de equipamentos e produtos que são doados de forma indireta para a rede hospitalar do Estado; e, na aprovação da PEC Emergencial, que permitiu a Estados e municípios maior prazo para quitar a dívida de precatórios. Enquanto o economista considerou a modificação positiva para os gestores públicos e donos dos precatórios, *Alessandra Bertoluci, juíza e coordenadora da Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado (RS)* avaliou

como prejudicial a medida. Segundo esta fonte, considerando os atuais repasses, o Rio Grande do Sul não conseguiria encerrar o regime de pagamento em 2024 e, por ser um ente superendividado, acabaria pagando mais caro com o aumento do prazo.

5.3.4 FONTES POPULARES

Por fonte popular, Schmitz (2011) compreende os atores sociais que representam a si mesmos nas matérias noticiosas, desvinculando-se de interesses empresariais, institucionais e oficiais. Na Economia de GZH, onze fontes populares foram encontradas. Desse quadro, quatro fontes falam enquanto (1) consumidores; outras quatro fontes descrevem (2) a experiência de desemprego em meio à pandemia; por fim, três fontes falam (3) na condição de funcionários empregados.

5.3.4.1 OS CONSUMIDORES

Todas as fontes populares ligadas ao consumo apresentam uma relação otimista com as compras realizadas. Interpretada como uma possibilidade de se manter em segurança e viajar durante a pandemia, a procura pelo estilo de vida campista do motor home mobilizou três fontes: o *industrialário Ferdinando Geremia*, de 54 anos; o *morador de Itapema Mario Studt*, de 67 anos; e *Ivanir Paulo Kunzler*, *dentista* de 58 anos. Todos relataram uma experiência de realização de um sonho com segurança, sendo o coronavírus um impulso para concretizar esse desejo (N3).

Outra experiência de consumo foi descrita pela *bióloga de formação Rahyssa Chagas Hahn*, 26 anos. Esta fonte popular afirma que o coronavírus aumentou a sua preocupação em relação aos produtos que impactam o meio ambiente. A fonte diz que a pandemia a tornou uma *consumidora consciente* que compra produtos com menos embalagens e menos plástico. Além disso, a bióloga em formação passou a priorizar compras com produtores locais de pequenos empreendimentos e a valorizar empresas comprometidas com o combate ao vírus, deixando de consumir em estabelecimentos que pareciam não garantir a segurança dos clientes.

5.3.4.2 OS DESEMPREGADOS

Em uma única reportagem, a Economia de GZH trouxe a experiência do desemprego a partir de quatro fontes populares: duas na condição de microempendedoras que fecharam

os seus negócios e outras duas, relatando como viveram demitidas de seus empregos em meio à pandemia (N28).

As duas primeiras — as *empreendedoras Lidia Fraguas*, 38 anos, e *Jovelina Souza*, 51 anos — administravam, respectivamente, o estabelecimento da área gastronômica, o Estômago Café Vegano, e o salão de beleza Sttudio Joh Souza. Em meio à crise sanitária, a primeira fonte apontou que a tele-entrega não gerou o mesmo movimento do atendimento presencial, encurtando o faturamento e forçando a entrega do imóvel em que o estabelecimento era alugado. E a segunda fonte relata que a crise sanitária causou restrições à circulação de pessoas e o número de clientes se reduziu ao ponto de tornar inviável pagar as despesas, como o aluguel do imóvel onde ficava o salão de beleza.

As outras duas fontes populares — a *pedagoga Joice Ribeiro da Rosa*, 45 anos, e o morador de Canoas, *Rodrigo Attel*, 34 anos — descreveram a situação de buscar emprego durante a crise do coronavírus. Demitidos na fase inicial da pandemia, os dois conseguiram vagas temporárias no segundo semestre do ano de 2020 — a primeira, no ramo farmacêutico; o segundo, no setor de atacados e supermercados -, mas os contratos dos dois já havia chegado ao fim, conforme a reportagem.

5.3.4.3 OS FUNCIONÁRIOS

Finalizando a seção das fontes populares, três atores sociais foram consultados na condição de funcionários durante a pandemia. Enquanto uma fonte destaca uma relação positiva com o trabalho, as outras duas reagem aos impactos negativos da crise do coronavírus.

A desenvolvedora júnior no setor de Negócios Digitais do Grupo Randon, *Bianca Rodrigues de Castro*, se demonstra favorável à manutenção da modalidade do teletrabalho (home office) no período pós-pandemia, já que a tocaninense pôde trabalhar na companhia da família no Tocantins mesmo a empresa tendo sede em Caxias do Sul, no Rio Grande Sul, e não precisar se deslocar diariamente da cidade de Farroupilha a Caxias.

Já o funcionário da loja de eletroeletrônicos de Caxias do Sul Eletro52 *Cassiano Pedot*, avalia que o comércio eletrônico do estabelecimento e a tele-entrega ajudaram nas vendas durante o período de bandeira preta no Estado gaúcho, mas não o suficiente para substituir o fluxo de vendas do atendimento presencial. E, por fim, a garçonete *Camila Pereira de Lima* liderou 100 trabalhadores e proprietários de estabelecimentos do ramo de

eventos, restaurantes, bares e lancherias em protesto contra medidas de restrição de funcionamento de restaurantes em Caxias do Sul. O grupo pedia a autorização para abertura até as 22h e o protocolo permitia o recebimento de clientes até as 18h (N38).

5.3.5 FONTES ESPECIALIZADAS

Ao longo do mês de março de 2021, o noticiário Econômico de GZH procurou nove fontes especializadas. Segundo Schmitz (2011), este tipo de fonte inclui os profissionais especialistas, peritos e/ou intelectuais ou organização reconhecida por possuir notório saber em área de conhecimento específica. Nesta composição, três contextualizaram os efeitos nocivos da pandemia sobre a economia; outras quatro fontes especializadas se mostraram a favor de medidas restritivas para conter a pandemia; e, por último, duas observaram o cenário como favorável para a rede privada manter a modalidade de teletrabalho no período pós-pandemia.

5.3.5.1 EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA

As três fontes especializadas — o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*; *Fábio Pesavento*, economista e professor da ESPM em Porto Alegre e *Eduardo Trapp Santarossa*, economista e professor da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG) — abordaram a crise econômica a partir de três aspectos: o desemprego, a falta de planejamento da vacinação em massa e o consumo.

Em relação ao desemprego, o IBGE informou que, no quarto trimestre de 2020, a massa salarial no Estado gaúcho encolheu 11,8% em comparação com igual período de 2019. O dado revelou que, no intervalo de um ano, R\$ 1,8 bilhão deixou de ir para o bolso dos trabalhadores gaúchos, formais ou informais. Relacionada à queda da massa salarial, o IBGE também constatou que 506 mil trabalhadores perderam o emprego no Rio Grande do Sul no mesmo período analisado.

No tema do consumo, Eduardo Trapp Santarossa, economista e professor da FSG apontou que, não só no Brasil, as pessoas estão com medo dos efeitos econômicos da pandemia, pesquisando mais os preços e guardando mais dinheiro. O IBGE também observou o fenômeno e relatou que as pessoas passaram a poupar mais. A taxa de poupança da economia brasileira ficou em 15% em 2020, sendo que a taxa anual mais alta do levantamento do IBGE era de 2016, 16,1%. Em contraponto, conforme Santarossa, as vendas

online chegaram a corresponder a cerca de 10% do comércio no país, sendo um processo acelerado e em expansão durante a pandemia.

A falta de planejamento da vacinação em massa foi abordada pelo economista e professor da ESPM, Fábio Pesavento. De acordo com Pesavento, mesmo com uma tradição reconhecida positivamente mundo afora na área de vacinação, o Brasil perdeu tempo para planejar a vacinação no país, o que custou vidas e a piora da pandemia impactou a atividade econômica, gerando medidas mais restritivas.

5.3.5.2 AS MEDIDAS SANITÁRIAS

Das quatro fontes especializadas que trataram das medidas sanitárias, três fontes — o *manifesto que pede avaliação de lockdown emergencial*, o *ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega* e a *cardiologista Ludhmila Hajjar* — denunciaram omissão por parte do governo Jair Bolsonaro na coordenação nacional de combate ao coronavírus. Enquanto isso, o economista *Ely José de Mattos*, professor da PUCRS e membro do Comitê Científico de apoio ao enfrentamento da pandemia no Estado, comentou sobre os benefícios do auxílio emergencial e as iniciativas de prefeituras gaúchas para minimizar os impactos da pandemia.

De acordo com o economista Ely José de Mattos, o auxílio emergencial atenuou as perdas geradas pela covid-19 no mercado de trabalho e, além disso, pontuou que o avanço da imunização em massa é a medida capaz de frear o contágio, reduzindo as restrições a atividades econômicas em 2021. Em relação às iniciativas de prefeituras gaúchas para minimizar os impactos da pandemia, o economista avaliou que a solidariedade das prefeituras foi um apoio importante para a população vulnerável e aos pequenos empreendedores.

Denunciando a omissão por parte do governo federal no combate ao coronavírus, o manifesto assinado por 500 economistas de diversos matizes ideológicos pediu a avaliação da necessidade de adotar um lockdown nacional ou regional, indicando outras quatro medidas para evitar o aprofundamento do colapso do sistema de saúde. Após resposta contrária por parte do presidente Jair Bolsonaro, o economista e ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirmou que não esperava mudança de posição do presidente, mas considerava fundamental alertar a sociedade para o boicote do governo Bolsonaro a três formas de controle da pandemia: uso de máscara, distanciamento social, vacinação.

Por fim, a cardiologista Ludhmila Hajjar recusou o convite do governo Bolsonaro para substituir o então ministro da saúde Eduardo Pazuello. Na justificativa da recusa, a

cardiologista argumentou que a promoção da cloroquina feita pelo presidente Jair Bolsonaro divergia da sua forma de encarar o controle da pandemia. A médica apontou a vacinação em massa e o distanciamento social como formas de controle da pandemia.

5.3.5.3 O TELETRABALHO

As duas últimas fontes encontradas no levantamento — *André Miceli*, editor-chefe da MIT Technology Review Brasil e coordenador do MBA em Marketing e Inteligência de Negócios Digitais da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e a *pesquisa da SAP Consultoria em Recursos Humanos com apoio da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt)* — relatam um cenário favorável à adoção de teletrabalho (home office) no Brasil no pós-pandemia. Segundo o editor-chefe da MIT Technology Review Brasil, nos setores em que for possível o teletrabalho, as empresas brasileiras vão tender a adotar o modelo híbrido, com dias em casa e outros no escritório, alternando entre o presencial e o virtual durante o período pós-pandemia. Na mesma linha, a pesquisa da SAP Consultoria indicou que, das organizações que instituíram o home office durante a crise sanitária, 72% declararam o desejo de manter a medida. Dessas, 58% ainda avaliam qual será a frequência das atividades a distância, 34% planejam assumir a alternativa de uma a quatro vezes por semana e 8% estimam adotar a prática cinco vezes a cada sete dias.

5.3.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do total de 102 fontes encontradas, 33 *correspondiam ao grupo empresarial*. Desse quadro, 17 fontes estavam envolvidas em pautas sobre o desempenho positivo que tiveram em meio à crise econômica; outras 9 fontes relatam os impactos da pandemia por setores afetados e sete abordam as iniciativas sanitárias próprias de combate aos efeitos da pandemia. Além disso, 15 *fontes institucionais* defendiam ações como o fim de medidas de restrição a atividades econômicas, auxílio a setores econômicos e a flexibilização de direitos trabalhistas; *uma* defendia boas condições de trabalho na modalidade home office em função dos ganhos que poderiam gerar às empresas; e *outra* avaliou como positiva as iniciativas de prefeituras gaúchas no auxílio a setores locais de comércio, de serviços e da indústria.

Dentre as fontes oficiais, 16 *atores sociais* implantaram medidas que contemplavam a iniciativa privada e/ou fizeram declarações de apoio à participação das empresas no combate ao coronavírus. Outras *duas fontes oficiais* destacam que os hábitos dos consumidores se

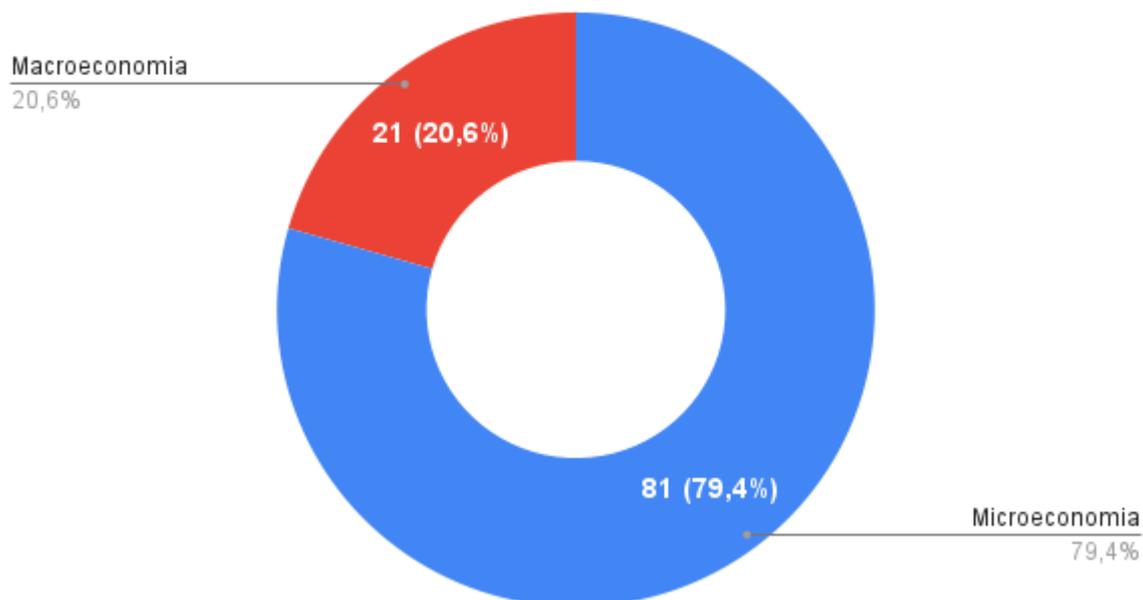
tornaram imprevisíveis durante a pandemia. Até mesmo as *onze fontes populares* encontradas, as quais se presumia representarem pautas cidadãs — como busca de garantia de direitos trabalhistas e de direitos humanos —, são retratadas a partir do viés empresarial, visto que aparecem como consumidores satisfeitos, desempregados à procura de trabalho e funcionários a favor do teletrabalho, da retomada de comércio presencial e de extensão do fim horário de trabalho em meio às restrições de bandeira preta no Estado gaúcho. A contextualização das condições de trabalho e de quais setores operaram em teletrabalho nem os desafios de implementar o teletrabalho — no Rio Grande do Sul e no Brasil — não ocorre no noticiário. Por fim, duas *fontes especializadas* realizaram pesquisas com empresas sobre a manutenção do teletrabalho no período pós-pandemia.

Ou seja, das 102 fontes encontradas, 81 atendiam aos interesses de empresários, o que significa o predomínio da noção de que a crise do novo coronavírus serviu como um impedimento a uma suposta solução de funcionamento pleno da economia: a atividade econômica presencial. Como pontua Florissi (2006), aqui a eficiência do sistema econômico se sobrepõe à noção de equidade, à distribuição dos ganhos da economia, já que as discussões se restringem a individualizar e a setorizar o debate público com pautas de microeconomia. Essa situação se acentua por não haver o aprofundamento e a contextualização de questões estruturais de macroeconomia, como a segurança sanitária, a precarização do trabalho e os efeitos do desemprego em meio à pandemia.

As demais 21 fontes encontradas compreendem os grupos oficial, institucional e especializado. Elas ofereceram um contraponto às pautas anteriores por abordarem temas de macroeconomia. Entre as fontes oficiais, houve o debate com posicionamentos divergentes sobre o valor do auxílio emergencial e a situação de adiamento de pagamento de precatórios; este tipo de fonte também propôs a inclusão dos fiscais agropecuários nos grupos prioritários de vacinação contra o covid-19 e, por fim, ocorreu a contextualização do número de processos judiciais abertos em função do teletrabalho (sem apontar, pelo menos, as principais causas dos processos). Dentre as institucionais, os principais temas foram a defesa de interesses sindicais, como o pagamento dos precatórios a servidores públicos aposentados e pensionistas e a vacinação de fiscais agropecuários; ações de proteção social como doação de alimentos a pessoas em fragilidade econômica e de equipamentos à rede hospitalar e, concluindo, o combate à desinformação durante a pandemia.

Enquanto isso, as fontes especializadas abordaram questões estruturais como o desemprego, a falta de planejamento do governo federal na garantia da vacinação em massa, os hábitos de consumo no Brasil e no mundo, a necessidade de medidas restritivas mais rígidas (como o lockdown) para conter a pandemia, os benefícios do auxílio emergencial e da vacinação em massa ao mercado de trabalho.

Gráfico 4 — Pautas



Fonte: dados do autor

A partir do Gráfico 4, verifica-se que 79,4% das fontes estão envolvidas em pautas de microeconomia enquanto 20,6% das fontes, em pautas de macroeconomia, o que indica um cenário de pouca contextualização da crise econômica do coronavírus. Este estudo entende que, no caso de impossibilidade e/ou desinteresse das entidades privadas, institucionais e oficiais em promover debate e contextualização sobre questões estruturais ao invés de ações pontuais durante a crise, a Economia de GZH poderia ter procurado com maior frequência especialistas do campo da ciência econômica, das demais ciências sociais e de saúde pública que estudavam o assunto na época. Essa observação vem a partir do entendimento da cultura profissional do jornalismo. Conforme Traquina (2005a), o jornalismo se consolidou a partir da ideia de serviço público ao invés do pólo dos negócios. E, por isso, os temas de macroeconomia levantados atendem melhor ao valor-notícia de interesse público, visto que

ofereciam o contexto dos elementos que constituem a crise ao invés das pautas empresariais de tom otimista e de superação. A seleção das fontes e a cobertura da Economia de GZH, ao preferir histórias de negócios lucrando em meio à crise, sugeriram que a crise econômica do novo coronavírus estava próxima do fim e o término da crise não ocorreu até o fechamento do presente estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar as fontes consultadas pela Editora de Economia do portal online Gaúcha/ZH durante a crise humanitária, sanitária e econômica do novo coronavírus. Para isso, optou-se por investigar as fontes do noticiário econômico durante março de 2021, período em que a pandemia completava a marca de um ano em território brasileiro e piora nos indicadores de seu enfrentamento, como aumento de pessoas contaminadas e de óbitos. Com a finalidade de compreender as características do jornalismo em sociedades democráticas, o primeiro capítulo foi dedicado a entender a história da profissionalização sob o recorte do jornalismo ocidental e da cultura ética que molda os valores de interesse público, credibilidade, complexidade e intersubjetividade na construção de notícias (TRAQUINA, 2005a; SARTOR, 2016; BENETTI & LISBOA, 2017; LÜCKMAN & FONSECA, 2017; SANTOS; RÊGO; ROCHA, 2020). Além disso, foi abordado como o jornalismo estabelece relações de cultivo de fontes, como os meios digitais dinamizaram a relação jornalista-fonte e foi apresentada uma proposta de classificação das fontes (TRAQUINA, 2005a; BASTOS, 2012; PAVLIK, 2020; SCHMITZ, 2011).

O segundo capítulo se ocupou de oferecer um breve histórico sobre a formação do jornalismo especializado em economia no Brasil, destacando as fontes mais frequentes na editoria e as peculiaridades da editoria (PULITI, 2013b; KUCINSKI, 2000; TRAQUINA, 2005a). Neste capítulo, também houve o debate sobre a relação da economia e a garantia dos direitos humanos (CARVALHO; ROSSI, DAVID, CHAPARRO; ALMEIDA, BATISTA, ROSSI; BOLLE, 2020), assim como a relação dos valores-notícia do jornalismo econômico e a preferência dos estudos de ciência econômica pela correção das falhas de mercado (FLORISSI, 2006).

O terceiro capítulo descreveu os impactos sociais e econômicos da crise do novo coronavírus ao longo de 2020 e 2021, apontando os desafios da implementação de medidas de prevenção à doença (COUTO; BARBIERI; MATTOS, 2021). Também, algumas formas de enfrentamento à pandemia e alguns caminhos para pensar a preservação ambiental como forma de evitar novas pandemias foram pontuados (ACOSTA, A et al., 2020). Por fim, Carvalho (2020) destacou como o Estado pode ter um papel central na recuperação econômica do país e, assim, construir uma agenda político-econômica de médio e longo prazo, que garanta direitos fundamentais da população e enfrenta dilemas estruturais da economia brasileira, como a desigualdade social e suas nuances raciais e de gênero .

O presente estudo, através da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), conseguiu satisfazer os objetivos e responder ao problema de pesquisa — como as fontes jornalísticas consultadas pela Editoria de Economia da Gaúcha/ZH contribuíram para a compreensão da economia durante o contexto da pandemia do novo coronavírus? Como resultados, observados no quarto capítulo, constatou-se que, em uma cobertura regional focada no Rio Grande do Sul com destaque para as cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul, a Economia de GZH retratou a crise por uma perspectiva predominantemente empresarial, com pautas de microeconomia pelo viés neoliberal. O curioso da situação foi que as pautas noticiadas puderam ser empresariais na ausência da consulta de fontes empresariais, o que demonstra uma tendência do noticiário a privilegiar esse viés na sua construção de entendimento de mundo e, em sua maioria, as fontes selecionadas contribuíram para reforçar o viés empresarial sobre a economia.

Além das 33 fontes do grupo empresarial, 18 fontes oficiais, 17 institucionais, as onze fontes populares e duas fontes especializadas estavam relacionadas a interesses e às lógicas empresariais. Segundo esse conjunto de fontes, a retomada presencial de atividades econômicas de modo permanente aparece como um meio de afastar os efeitos da crise econômica e as mazelas sociais foram quase todas causadas pelo novo coronavírus. Sem uma contextualização do período pré-pandemia, pareceu que o sistema econômico não possuía suas questões estruturais para resolver, como o desemprego, a insegurança alimentar, a desigualdade social, racial e de gênero. Por mais que abordasse temas como o auxílio emergencial, a Editoria de GZH em nenhum momento se ocupou de histórias sobre as pessoas à espera da renovação do benefício.

Desta forma, no tocante às fontes, esta monografia pôde constatar que as teorias de Kucinski (2000), Traquina (2005a) e Puliti (2013b) seguem atuais; pois, diante do risco da população contrair uma doença letal e fragilizada economicamente, as principais pautas estavam ligadas à manutenção do funcionamento do sistema econômico. Por mais que as notícias possam abordar impactos econômicos da pandemia, as disfunções do sistema econômico quase não foram observadas. Ou seja, aproveitando o acesso diferenciado ao campo do jornalismo, as fontes com maior capital social (empresários, políticos e

economistas) junto de outras sem tanto capital (populares)⁶⁶ agendaram o noticiário econômico gaúcho com notícias dos seus interesses. E, por mais que a linguagem da editoria seja mais aberta ao amplo público e distanciada do *economês*, a Economia de GZH se afastou de assuntos de cidadania e interesse público (SARTOR, 2016), focando em pautas mais alinhadas com o interesse do público através DE temas leves e otimistas sobre consumo e expansão de negócios.

Vale destacar que, em meio à crise do novo coronavírus, houve espaço no noticiário gaúcho para uma fonte institucional defender a flexibilização de direitos trabalhistas, como a suspensão de contratos e a redução de jornada de trabalho. Isso ocorreu sem existir contraponto por parte de trabalhadores e sindicatos na questão. E, também, a política de austeridade do Teto de Gastos — aprovado na emenda constitucional 95 — foi reafirmada por fontes como o presidente Jair Bolsonaro como “endividamento”. Sem contextualizar como funcionam os mecanismos de emissão de dívida pública do Estado, as declarações corroboram com as simplificações ideológicas de economistas ortodoxos de que o “orçamento do Estado é idêntico ao orçamento doméstico de uma família” ou “alguém (leia-se, cidadão comum) terá de pagar essa dívida depois”. Nesses termos, a discussão retirou do debate público o seguinte: em relação à própria renda, a regressividade do sistema tributário brasileiro já faz o cidadão comum pagar a maior parte das dívidas do Estado em comparação aos mais ricos da população (ROSSI; DAVID; CHAPARRO, 2020).

Do ponto de vista empírico, foi possível observar como as pautas e fontes de GZH foram principalmente guiadas pelos valores-notícia de sucesso, esperteza e verdade no campo do jornalismo econômico (KUCINSKI, 2000) e também entender alguns desafios da cobertura econômica no Brasil, como a necessidade de oferecer um espaço para fontes populares poderem falar a partir de seus próprios interesses. Neste caso, viu-se que o crédito anônimo poderia ser um dos caminhos, visto que trabalhadores podem sofrer sanções de seus empregadores.

Esta pesquisa é entendida como uma contribuição ao entendimento da relação jornalista-fonte no campo do jornalismo — em especial, o jornalismo econômico — em um país de cultura autoritária recente, de pouco conteúdo democrático e elitista, cujo Estado

⁶⁶ Uma fonte popular organizou um protesto contra as medidas de restrições, reunindo 100 trabalhadores e proprietários de estabelecimentos do ramo de eventos, restaurantes, bares e lancherias, para poder trabalhar até às 22h em meio a um momento crítico da crise do novo coronavírus.

segue direcionado por interesses privados. Sendo assim, reconhece-se como necessário — a partir de outras pesquisas — investigar meios e estratégias da relação jornalista-fonte conseguir ampliar a participação das fontes no noticiário econômico por um viés de diversidade e contextualização complexa e atrativa.

O quadro teórico abordado sugeriu alguns caminhos que ampliam o debate econômico e de fontes no jornalismo. Através de (SCHMITZ, 2011), outras pesquisas poderiam investigar, por meio de entrevistas com jornalistas e fontes noticiosas consultadas, os índices de *ação* e *qualificação* para entender o processo de cultivo de fontes no jornalismo econômico, estando no contexto de pandemia ou não. Seria interessante visualizar como a pandemia modificou/impactou as condições de trabalho dos jornalistas assim como a relação de cultivo de fontes. Seria interessante também avaliar as fontes e pautas da editoria de Saúde de GZH durante a crise do novo coronavírus, podendo observar os pontos de uniformidade e conflito com a editoria de Economia.

Os economistas (ROSSI, DAVID, CHAPARRO, 2020), (BOLLE, 2020) e (CARVALHO, 2020) oferecem caminhos para examinar as interfaces entre jornalismo, economia, garantia de direitos humanos, desigualdade social e a política fiscal — outras pesquisas podem se beneficiar desse aporte teórico. No tocante às fontes, Traquina (2005a) também sugere a verificação das estratégias de comunicação que as fontes oficiais e empresariais utilizam para se manter relevantes no campo do jornalismo. A análise da viabilidade de replicagem dessas estratégias por outros atores sociais — como especialistas de fora do eixo dominante e populares — podem sugerir meios de garantir modelos de acesso plural de fontes aos noticiários. Observar o papel dos ciberjornalistas e das redes sociais no acesso ao campo do jornalismo, pode ser uma boa linha de pesquisa.

Este estudo é interpretado como uma contribuição entre tantas ao campo do jornalismo e, em especial, do jornalismo econômico e fontes noticiosas. Foi realizado num contexto imprevisível nos cenários político, econômico, sanitário, ambiental e social do Mundo e acentuado no Brasil. Foi bastante desafiador desenvolver uma pesquisa sobre um tema tão atual quanto o cenário econômico em meio a uma crise econômica sem precedentes e gerada através de uma ameaça biológica: um vírus altamente contagioso.

Apreendeu-se muito sobre como o jornalismo atual enfrenta obstáculos para cumprir com o seu papel social de atender ao interesse público por um viés cidadão e democrático em contextos desfavoráveis, como governantes e grandes empresários estimulando a retomada da

economia presencial independente dos riscos que isso representaria. Sinto que a presente monografia é apenas o começo de uma jornada para afinar olhar para a crítica social e econômica; o início da construção de um jornalismo econômico comprometido em ampliar a presença de conteúdo democrático na sociedade brasileira através de uma noção de interesse público que realmente atenda a maior parte da população..

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A et al. Interfaces à transmissão e spillover do coronavírus entre florestas e cidades. *ESTUDOS AVANÇADOS*, 34 (99), p. 191-207, 2020.

ALMEIDA, Silvio; BATISTA, Waleska Miguel; ROSSI, Pedro. **Racismo na economia e na austeridade fiscal**. In: Dweck, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Autonomia Literária, p. 142-152, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Presses Universitaires, 1977.

BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico: a sociedade bem informada é uma sociedade melhor**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 280, 2011.

BASTOS, Helder. **A diluição do jornalismo no ciberjornalismo**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 9 N° 2, 2012

BENETTI, Márcia; LISBOA, Sílvia. **Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 14 N° 1 Janeiro a Junho de 2017 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p51>

BOLLE, Monica Baumgarten de. **Ruptura: a pilha de areia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, p. 320, 2020.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, p. 144, 2020.

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. **Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado**. In: Dweck, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Autonomia Literária, p. 39-49, 2020.

COUTO, Marcia Thereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves; MATTOS, Camila Carvalho de Souza Amorim. **Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina**. *Saúde Soc*. São Paulo, v.30, n.1, ed. 200450, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200450>

FLORISSI, Stefano. **Os desafios da ciência econômica aplicada em um mundo multidisciplinar: valor, Estado, mercado e globalização**. In: SCHÜLER, Fernando; BARCELLOS, Marília de Araújo (org.). *Fronteiras: artes e pensamento na época do multiculturalismo*. Porto Alegre: Sulina, p. 119-130, 2006.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. **O jornalismo econômico e a concepção de mercado: Uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo.** BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH, Volume 1, Number 1, p. 190-209, 2008.

KARAM, Francisco José; SCHMITZ, Aldo Antonio. **A ética de lado a lado: fontes de notícias e jornalistas frente a frente.** Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, p. 171-182 julho/dezembro 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico.** São Paulo: EDUSP, p. 230, 2000.

LAGO, Cláudia. **Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do “Outro” no Jornalismo.** BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH, Volume 11, Número 2, p. 172-187, 2014

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 14 N° 2, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Journalism as expert system.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP S. Paulo, 11(1): 197-208, May 1999.

MORENO, Carlos Alexandre de Carvalho. **O paradigma da notícia como construção social.** Logos: Comunicação e Universidade, v. 9, n. 1 (2002).
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14749/11198>

PAVLIK, John. **Ciberjornalismo: muito mais do que notícias em formato digital.** Dossiê Ciberjornalismo: desafios, dilemas e potencialidades, n. 17 (2020).

PULITI, Paula. **A Financeirização do Noticiário Econômico.** Tese (Doutorado) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 150, 2009a.

_____. **História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real.** Líbero. São Paulo: v. 16, n. 31, p. 41-50, jan./jun. de 2013b.

ROSSI, Pedro; DAVID, Grazielle; CHAPARRO, Sergio. **Política fiscal, desigualdades e direitos humanos.** In: Dweck, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária, p. 23-38, 2020.

SANTOS, Raissa Nascimento dos; RÊGO, Marília Gabriela Silva; ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A Intersubjetividade na Cobertura de Saúde: O Jornalismo e a Pandemia do**

Coronavírus no Brasil. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. VIRTUAL, 2020

SARTOR, Basílio. **A noção de interesse público no jornalismo.** Tese (Doutorado) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 252, 2016.

SIMÕES, Paula Guimarães. **Algumas contribuições de Robert E. Park para o campo da comunicação.** In: MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro (org.). Teorias da comunicação: processos, desafios e limites. São Paulo: Plêiade, p. 47-61, 2015.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias : ações e estratégicas das fontes no jornalismo.** Florianópolis: Combook, 2011.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, por que as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística — uma comunidade interpretativa internacional.** Florianópolis: Insular, 2005b

TRASEL, Marcelo; LISBOA, Sílvia; REIS, Giulia. **Indicadores de credibilidade no jornalismo: uma análise dos produtores de conteúdo político brasileiros.**

WALLACE-WELLS, David. **A terra inabitável: uma história do futuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática, 2008.

ANEXOS

QUADRO 2 — LISTA GERAL DAS FONTES

Fonte	Categoria	Frequência de Consulta	Pauta
1 - Marcelo Silva, presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo e vice-presidente do	EMPRESARIAL	2	1 - A economia só vai normalizar quando a maioria da população estiver vacinada. Se não, tem de fechar, fazer lockdown ou restringir a abertura de lojas. A única forma de romper esse ciclo vicioso e transformá-lo em virtuoso é vacinando a maioria da população brasileira. Além disso, aponta que a empresária Luiza Trajano criou um grupo que uniu o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IBV) e o movimento político Mulheres do Brasil, o qual detectou a falta de seringas e geladeiras apropriadas

conselho de administração do Magazine Luiza			para armazenamento de vacinas em nível municipal e estadual. Já temos retorno de mais de mil dos 5,5 mil municípios. 2 - Observa como problema logístico do Brasil a falta de geladeiras ultra frias nos municípios para armazenar doses da Pfizer.
2 - Laboratório Pfizer	EMPRESARIAL	2	1 - Comunicou negociações com o governo federal e acrescentou: "em breve, o Ministério da Saúde deve divulgar um comunicado sobre o assunto". Cautelosa, a empresa só fez questão de avisar que "não está comentando sobre o teor desses contatos que estão sendo realizados". Em dezembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro declarou que os laboratórios deveriam ir atrás do governo federal e não o contrário, o que estremeceu as negociações das doses de vacina. 2 - Foi confirmado o anúncio de que "em breve" sobre as negociações com o governo federal para uso de suas vacinas no Brasil iriam a público.
3 - Coca-Cola Femsa / Ian Craig, CEO da Coca-Cola Femsa no Brasil	EMPRESARIAL	2	1 - Doou quatro refrigeradores para a prefeitura de Porto Alegre, que serão usados para armazenar doses de vacina nos postos de vacinação drive-thru montados pela Secretaria Municipal de Saúde. Segundo a empresa, a intenção é somar esforços ao poder público para minimizar os impactos sanitários, sociais e econômicos gerados pela pandemia. 2 - Doou 10 mil garrafas de 500 mililitros de água Crystal ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).
4 - Hospital Moinhos de Vento/ CEO do HVM, Mohamed Parrini	EMPRESARIAL	1	Após o início do processo de vacinação, esperava redução de novos casos diários nos meses de março e abril, mas o hospital foi surpreendido pela alta velocidade do contágio, pelo aumento exponencial no número de casos e pela circulação no Estado da nova variante do vírus. A complexidade dos quadros clínicos, a gravidade e a letalidade ficaram maiores, e a faixa etária dos pacientes foi diminuindo. Mesmo com as várias dificuldades do cenário e sendo cada vez mais difícil prever os períodos seguintes, avalia que o hospital estava conseguindo se adaptar com rapidez para atender o aumento de demanda em salvar vidas.
5 - Marcos Tang, médico cirurgião, produtor rural, proprietário da Granja Tang e presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês	EMPRESARIAL	1	Na rotina de médico, descreve que as salas de recuperação foram transformadas para atendimento de covid-19 devido à alta ocupação dos hospitais e ao alto percentual de pessoas que ficam em estado grave. Enquanto produtor rural observa que a atividade não pode parar, sendo necessário continuar com a produção com cuidados sanitários para garantir a boa alimentação da população.
6 - Restaurante Tokyo Sushi Lounge Leonardo Prade, um dos sócios do negócio	EMPRESARIAL	1	Especializando-se no modelo de delivery para atender à demanda da zona sul de Porto Alegre, o restaurante anuncia abrir uma terceira unidade com investimento de R\$310 mil. Pouco antes da pandemia chegar em 2020, as suas duas unidades passaram a operar no modelo de delivery e comida para levar (take away).
7 - Delivery Much Pedro Judacheski, CEO e fundador da Delivery Much	EMPRESARIAL	1	Nascida em 2011, a empresa de Santa Maria se especializou em delivery em cidades do interior, não atendidos por gigantes como o iFood. Em 2020, a empresa dobrou de tamanho: aumentou em 117% seu volume bruto de venda. A meta para 2021 é entregar a melhor experiência em delivery online para nossos clientes para fidelizar os consumidores para o pequeno e médio lojista
8 - Startup Beemob / CEO da Beemob, Gustavo Zanotto	EMPRESARIAL	1	Como apoio em meio à pandemia aos corretores de imóveis cadastrados na sua plataforma, a startup Beemob fez parceria com o Next, banco digital ligado ao Bradesco. De forma gratuita e digital, a ação tem o objetivo de dar acesso a serviços bancários aos profissionais, permitindo abertura de conta corrente e obtenção de cartão de crédito.
9 - ConnectBio / Rodrigo Franco Dias, CEO da startup	EMPRESARIAL	1	A partir da mesma técnica do exame para diagnóstico de covid-19, o PCR, uma startup de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo, analisará o DNA do solo com o objetivo de ajudar produtores a melhorar a produtividade das lavouras. O objetivo é mapear fungos e bactérias presentes e entender se beneficiam ou prejudicam as atividades agrícolas.
10 - Praver, fabricante de chocolates da Serra Gaúcha	EMPRESARIAL	1	Mesmo com piora na pandemia e restrições a atividades econômicas, a empresa projeta alta nas vendas de 10% durante a Páscoa de 2021, frente ao mesmo período do ano passado. Neste ano, a produção foi ampliada em 15%.
11 - Empresa Gcn, especializada no segmento de higiene e limpeza / Dinael Vieira, diretor executivo da Gcn	EMPRESARIAL	1	Ação de limpeza de salas do posto de saúde do município, das ambulâncias e dos carros utilizados pela vigilância sanitária no combate à pandemia em Gramado, unindo esforços para auxiliar a Secretaria de Saúde do município no enfrentamento da covid-19

12 -Turistur Gramado / Samuel Kist, o gerente comercial da Turistur	EMPRESARIAL	1	Ação de limpeza de salas do posto de saúde do município, das ambulâncias e dos carros utilizados pela vigilância sanitária no combate à pandemia em Gramado, unindo esforços para auxiliar a Secretaria de Saúde do município no enfrentamento da covid-19
13 -Vale	EMPRESARIAL	1	Informa que prepara a entrega de um lote importado da China com 2 milhões de seringas ao Ministério da Saúde. Ao todo, serão distribuídos 50 milhões de unidades. A previsão é que 48 milhões cheguem até maio. Além das seringas, a doação ao governo federal inclui 400 mil equipamentos de proteção individual (EPIs), 240 mil máscaras, 40 mil pares de luvas e 120 mil aventais. As doações são voltadas para os profissionais que estão na linha de frente da vacinação. A distribuição dos equipamentos é realizada pelo Ministério da Saúde. No caso da Vale, a ação está relacionada a compromissos assumidos depois da tragédia de Brumadinho. Desde o início da pandemia, a empresa tem adotado medidas para diminuir o impacto do coronavírus no país.
14 -Pesquisa do Sebrae-RS	EMPRESARIAL	1	Estima que 56% dos pequenos negócios estão com a receita menor em relação aos meses anteriores
15 -Peixaria Moby Dick / Proprietário da loja, José Armano Alves	EMPRESARIAL	1	As peixarias de Caxias do Sul encontram diferenças no comportamento dos consumidores na Semana Santa deste ano em função da pandemia. A projeção do proprietário da loja é que as vendas cresçam de 15% a 20% na comparação com o ano passado. Isso, segundo ele, ocorre até por causa do preço da carne de gado. Além disso, a pandemia forçou a antecipação das compras e da pesquisa de preços dos peixes.
16 -Cia do Peixe, antiga Mar Azul / Proprietário Alex Gaue	EMPRESARIAL	1	Com uma perspectiva de vendas menos otimista, proprietário Alex Gaue diz que se preparou para uma estabilidade nos números em relação ao ano passado. Segundo ele, o aumento do custo de vida em geral incentiva o consumo de peixe nos últimos meses, mas para as compras da Semana Santa. “Hoje o telefone está tocando bastante. Estão ligando pra saber se tem tele-entrega, o horário de funcionamento, os produtos que temos”, conta o empresário, que está com os preços estáveis porque decidiu segurar o reajuste repassado pelos fornecedores.
17 -Casa do Peixe Proprietária, Suelen Constantino	EMPRESARIAL	1	Projeta vendas estáveis em relação ao ano passado e, neste início de semana, tem o aumento da pesquisa de preços e a antecipação das compras. A proprietária, Suelen Constantino, afirma os valores estão mais altos que no ano passado. “Houve um reajuste significativo, mas não é possível dizer quanto, porque não existe uma linha para todos”, comenta ao explicar que o aumento varia conforme a espécie.
18 - Empresa Florybal / Tiago Cardoso, diretor de marketing da Florybal,	EMPRESARIAL	1	Com a crise sanitária atingindo as vendas presenciais, empresas como a Florybal investiram no e-commerce ao longo dos últimos meses, o que trouxe uma dose de alento para a Páscoa. A pandemia afetou o mercado de turismo. “Assim, tentamos buscar saídas. Fizemos parcerias com redes de supermercados e investimos no canal online”, aponta Tiago Cardoso. Segundo ele, a marca já percebe uma alta de 15% nas vendas no formato digital em relação à Páscoa do ano passado.
19 - Fabricante da Serra, a Chocolate Gramadense Diretor da empresa, Ezequiel Dias de Lima	EMPRESARIAL	1	A companhia buscou vender mais para supermercados nos últimos meses, além de focar no e-commerce e nos negócios com revendedores. São eles que levam os produtos até as casas dos clientes. Antes da pandemia, a fabricante centrava seu atendimento no ramo corporativo. Nesse formato, funcionários de empresas parceiras podem adquirir os produtos, e o valor é descontado na folha de pagamento, por exemplo.
20 - Uma operação da Copenhagen no bairro Bela Vista / Gerente da unidade, Michele Arend	EMPRESARIAL	1	No ano passado, a unidade resolveu apostar no modelo de drive-thru. Ao longo dos meses, o serviço ganhou fôlego e virou alternativa para as vendas de Páscoa, enquanto a pandemia permanece. Nesse sistema, o cliente recebe o catálogo de produtos de maneira online, faz as encomendas e retira os pedidos em frente à loja, sem a necessidade de descer do carro. Em outras três operações da marca em shoppings de Porto Alegre, as unidades também apostam no modelo de delivery.
21 - Jonata e Rodrigo Pazini irmãos Pazini, donos da empresa Motor Home Verônica	EMPRESARIAL	1	Especializada em transformação de veículos para rodeios, a empresa adaptou o seu negócio para transformar veículos em vans de motor home em meio à pandemia.
22 - Rosenildo Corso, dono da Motor Home Motor Truck	EMPRESARIAL	1	Há 12 anos no setor de motor homes, os últimos quatro como empresário, Rosenildo Corso viu um aumento de 50% na procura desde o início da pandemia. Com uma equipe pequena, a Motor Home Motor Truck, no Jardim Esmeralda, transformou quatro veículos no ano passado e tem mais oito agendados até janeiro. “É uma febre, e não sei se vai passar”, torce Corso, que tem planos de expandir a empresa com a oferta de aluguel de motor homes.
23 - Leandro Perazzolo e Antonio do Nascimento de Moraes, sócios da AL Motor Home	EMPRESARIAL	1	Os sócios viram aumentar a procura a partir da metade do ano passado. Não se sabe precisar se a chegada do coronavírus é um dos motivos, já que a busca tem crescido nos últimos anos. Além da demanda por construção de motor home, tem-se notado interesse em locação de veículos neste formato. Tanto que o plano futuro de oferecer aluguel de motor home será antecipado. Além de transformar

			veículos em motor homes, a AL faz reformas de trailers.
24 - Rodrigo Sisnandes Pereira, diretor-presidente da Fundação Família Previdência	EMPRESARIAL	1	Planeja adotar o formato híbrido de forma definitiva assim que a covid-19 der trégua. Desde março de 2020, o diretor-presidente é um dos poucos a atuar na sede da companhia, especializada em gestão de poupança previdenciária. Para saber como os funcionários avaliavam as mudanças, o diretor-presidente decidiu fazer uma sondagem interna entre janeiro e fevereiro deste ano. Nada menos do que 82% disseram não se sentir seguros para retornar. Questionados sobre qual seria a melhor opção de trabalho, no futuro, 79,7% apontaram a modalidade mista. “Minha ideia é preparar a empresa para isso. Está claro que é o que todos desejam. Só preciso, antes, superar algumas amarras jurídicas”, diz Pereira.
25 - Gerente de Pessoas e Cultura das empresas Randon, Valéria Neves	EMPRESARIAL	1	Explica que Bianca faz parte dos 1.025 funcionários do grupo que estão em home office no Brasil (8% dos empregados no país). São profissionais dos setores administrativos e de tecnologia. O movimento, segundo a gerente de Pessoas e Cultura das empresas Randon, Valéria Neves, já vinha sendo planejado, mas foi acelerado pelo coronavírus. Agora, o grupo estuda quais formatos de trabalho serão adotados no pós-pandemia. Embora a presença física continue sendo fundamental em muitas áreas, a intenção é mesclar modalidades.
26 - Clarice Martins Costa, diretora de RH das Lojas Renner	EMPRESARIAL	1	Conforme Clarice Martins Costa, diretora de RH da companhia, a intenção é, no futuro, manter o formato híbrido onde for possível, oferecendo a chance de escolha. “Acreditamos na importância de que todos tenham liberdade para conversar com seus gestores e chegar a uma fórmula que equilibre bem-estar e produtividade”, resume Clarice.
27 - Adriele Daniel, Ballardin Malhas / Diretora de marketing da Ballardin	EMPRESARIAL	1	Reconhecida pela venda consignada, a Ballardin Malhas precisou pensar rápido em uma forma de não deixar de faturar quando viu as lojas fecharem as portas por conta das restrições impostas pela disseminação do coronavírus. Sem experiência com e-commerce, a empresa procurou referências e pessoas que pudessem ajudar. A iniciativa deu tão certo que a Ballardin fechou 2020 com crescimento de 65% nas vendas frente ao ano anterior. Desde agosto, com a implantação da ferramenta, a receita da empresa ganhou fôlego extra, representando cerca de 10% das vendas da marca via plataforma.
28 - All iN & Social Miner, empresa que une dados de consumo, tecnologia e humanização para ajudar sites a otimizarem seus resultados em parceria com a Opinion Box	EMPRESARIAL	1	A partir da consulta a 1.050 brasileiros sobre o Dia do Consumidor, levantamento indica o seguinte: 32% pretendem aproveitar as ofertas do Dia do Consumidor; 44% ainda estão indecisos; 24% não devem se engajar com o evento.
29 - Estudo Visa Covid-19 Consumer Sentiment	EMPRESARIAL	1	Os consumidores estão com fadiga da pandemia, revela estudo Visa Covid-19 Consumer Sentiment. Para 83% dos participantes, o principal destino de compras é o supermercado. As lojas de departamento vêm em segundo lugar. O consumo também subiu: 66% dizem ter gasto o mesmo ou mais nos últimos 3 meses. Ainda segundo o estudo, os consumidores estão aprendendo a operar em um ambiente mais dinâmico e fragmentado. Estão buscando formas mais seguras de comprar e pagar, como o pagamento por aproximação.
30 - Adriano Severo, educador financeiro da Severo Educação Financeira	EMPRESARIAL	1	Para preservar as finanças de empresas e o orçamento familiar, o educador financeiro dá dicas, como ficar atentos aos gastos, ter cuidado com financiamentos, revisar contratos e, para quem está em busca de trabalho, buscar qualificação em opções de cursos gratuitos que podem ser feitos de maneira online.
31 - A2B Industrial CEO da empresa, Moises Maciel	EMPRESARIAL	1	Antiga Altec Industrial, a A2B Industrial atua no setor de automação industrial. Segundo o CEO da empresa, Moises Maciel, a reestruturação, que inclui mudança no quadro de sócios, foi realizada com o objetivo de consolidar a empresa como uma distribuidora que atende revendas e integradores de sistemas para a indústria.
32 - Construtora gaúcha Form Sócio-fundador Rafael Severo	EMPRESARIAL	1	Já a construtora gaúcha Form, nasceu para atender ao ramo de investimentos imobiliários. A empresa é focada no desenvolvimento de empreendimentos feitos de aço e com concepção modular. A ideia é arquitetar projetos que envolvam a tecnologia, com inteligência digital.
33 - Boletins matinais das gestoras de investimentos	EMPRESARIAL (ANÔNIMA)	1	Pediam a substituição do então ministro da saúde Eduardo Pazuello. Em meio a sucessivas reduções na previsão de número de doses de vacinas disponíveis para os brasileiros, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, passou a ser visto como um passivo pelo mercado financeiro.
34 - As informações que chegam dos hospitais e até mesmo de outras entidades empresariais	INSTITUCIONAL (ANÔNIMA)	1	Isso é ainda mais importante porque, apesar de a bandeira preta no Estado estar prevista por uma semana, as informações que chegam dos hospitais e até mesmo de outras entidades empresariais apontam que esse período de parada pode ser bem mais longo.

apontam que esse período de parada pode ser bem mais longo entidades empresariais			
35 - Fecomércio-RS / Luiz Carlos Bohn, o presidente da Fecomércio-RS / Patrícia Palermo, economista-chefe da Fecomércio-RS.	INSTITUCIONAL	4	<p>1 - Entidade encaminha pedido ao Ministério da Economia por auxílio financeiro para empresas diante restrição de uma semana proposta pelo Estado do Rio Grande do Sul e, além disso, a reedição de medidas provisórias que permitam reduzir jornada e suspender contratos de trabalhadores.</p> <p>2 - Acredita que manter os estabelecimentos fechados não conterà a disseminação da doença no Estado. Paralelamente, a situação deverá, segundo Bohn, resultar em demissões e, mais adiante, no fechamento definitivo dos negócios. “Estamos em uma situação crítica na área da saúde, mas insistimos na abertura (do comércio) porque entendemos que ela não piorará o quadro. As empresas não suportarão e o custo-benefício será o pior possível”, aponta. Ele também defendeu que as empresas possam atuar presencialmente mesmo com capacidade de ocupação limitada. Na avaliação de Bohn, a situação prejudica principalmente os pequenos empreendimentos, visto que parte do varejo essencial, caso de supermercados e lojas de materiais de construção, vende produtos encontrados em estabelecimentos considerados não essenciais que estão fechados.</p> <p>3 - Apesar do aumento do consumo na internet, esse impulso não é suficiente para compensar o das lojas físicas. Além do consumidor ter migrado para o digital, mesmo sem querer, uma outra característica surgiu com a pandemia: a cautela. Diante de um cenário de incertezas, as pessoas precisam eleger prioridades. O consumo passou a ser mais planejado, com redução da compra por impulso – algo muito importante para quem vende.</p> <p>“O que acontece para as empresas? Ficou mais difícil vender. Vender vai ter que ter muito mais esforço do que se tinha antes, porque em muitos casos os produtos eram simplesmente comprados. [...] Existe um esforço maior e muitas empresas, infelizmente, não estão preparadas para isso - acrescenta Patrícia.</p> <p>4 - Define como positiva a mobilização dos prefeitos por auxiliar o comércio local. “São iniciativas importantes, que vão ao encontro do que pedimos. A essa altura, na crise em que nos encontramos, qualquer ajuda é bem-vinda”, diz o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.</p>
36 - Idalice Manchini, a presidente do Sindilojas Caxias	INSTITUCIONAL	2	<p>1 - Lamenta as perdas financeiras para o setor do comércio, mas reconhece que o momento é crítico para a área da saúde. Na época, existia a tentativa de negociar a permissão para abrir o comércio para além dos modelos já autorizados de tele-entrega e tele vendas, mas as dificuldades enfrentadas na garantia de leitos hospitalares tornaram essa possibilidade mais difícil.</p> <p>2 - Embora o digital tenha se colocado como única alternativa para venda, na maioria dos casos, a presidente do Sindilojas, Idalice Manchini, acredita que não substitui o contato físico. Especialmente quando se trata da compra de vestuário e calçados, já que as pessoas preferem provar antes de comprar. Apesar de crer na volta do comportamento de compra anterior ao coronavírus, um costume adquirido neste último ano tende a permanecer: “As pessoas estão comprando menos, mas estão mais seletivas. Querem uma roupa com qualidade, com valor agregado, com respeito ao cliente. Agora é uma compra diferente”.</p>
37 - Anderson Cardoso, o presidente da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul)	INSTITUCIONAL	2	<p>1 - Alega que os estabelecimentos não são vetores de transmissão do vírus e que a crise sanitária avançou principalmente pelas aglomerações nos últimos meses. “O momento da pandemia é grave, temos ciência disso. Mas pedimos um ajuste na bandeira preta de modo a permitir que o comércio tido como não essencial possa abrir com restrições, respeitando os mesmos protocolos daqueles considerados essenciais”, diz.</p> <p>2 - Reconhece o esforço dos gestores públicos, mas argumenta que é preciso evoluir no debate. “Temos bons exemplos em várias cidades, como Veranópolis, Bagé, Cerro Largo e tantas outras que estão apoiando o setor produtivo. Sem dúvida, é importantíssimo, assim como as demais iniciativas. A questão é que não basta. Nosso principal pleito é trabalhar, seguindo, obviamente, todos os protocolos de saúde e preservando as nossas pessoas. O problema é que caímos em um debate muito raso no Brasil. Dizer simplesmente que é preciso ficar em casa não resolve. Precisamos amadurecer essa discussão”, reivindica Cardoso.</p>
38 - Plataforma Transforma Brasil / Fábio Silva, fundador do Transforma Brasil	INSTITUCIONAL	1	<p>Criado no início da pandemia com o objetivo de diminuir os impactos da crise em regiões de vulnerabilidade social e econômica, projeto nacional de voluntariado cívico estimula doações de alimentos e kits de higiene diante da redução do valor do auxílio emergencial no pior momento da pandemia.</p>
39 - Walter Winge, presidente da Associação Rio-Grandense de Floricultura (Aflori)	INSTITUCIONAL	1	<p>Com grande impacto em meio à pandemia, o setor de flores deposita a esperança de tempos melhores no próximo Dia das Mães. O setor ainda não se recuperou da crise, com produtores desativando estufas e migrando para hortifrutigranjeiros</p>

40 - Carlos Eduardo Colombo, o primeiro vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)	INSTITUCIONAL	1	Junto com o Sindilojas, reivindica que o município de Caxias feche os setores listados como essenciais que não vendem apenas produtos alimentícios presencialmente. O entendimento é que ocorre uma concorrência desleal, porque esses estabelecimentos podem continuar abertos e comercializando roupas e eletrodomésticos, enquanto as lojas de menor porte estão sem renda. A avaliação é que manter abertos os estabelecimentos que vendem alimentos e outros produtos pode gerar aglomerações, colaborando para a continuidade de casos em alta e, conseqüentemente, nova prorrogação da bandeira preta, prejudicando ainda mais o comércio.
41 - Ricardo Bertelli, vice-presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-RS) e assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul (Sinapers)	INSTITUCIONAL	1	Com a aprovação da PEC Emergencial — que autoriza o pagamento de auxílio às pessoas em dificuldades —, Estados e municípios ganharão mais tempo para quitar a dívida de precatórios. Afirma que “postergar o pagamento acabará gerando ainda mais insegurança jurídica [aos credores], uma vez que, quando chegarmos perto de 2029, virá outro adiamento e assim o governo vai instituindo o calote”.
42 - Instituto Cultural Floresta (ICF) Claudio Goldsztein, presidente do ICF	INSTITUCIONAL	1	Avalia que, tirada do papel pela Secretaria Estadual da Fazenda, a medida estadual de isenção do ICMS pode ser um incentivo para que mais entidades e pessoas contribuam com doações de equipamentos e medicamentos à rede hospitalar do Estado do Rio Grande do Sul.
43 - Beatriz Scalzilli, vice-presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado (Afagro)	INSTITUCIONAL	1	Defende a categoria dos servidores da Secretaria da Agricultura e da Superintendência, apontando que a fiscalização agropecuária é um serviço essencial que não parou de exercer as suas atividades de modo presencial em nenhum momento durante a pandemia.
44 - Soraya Marredo, delegada sindical do RS do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa)	INSTITUCIONAL	1	Defende a vacinação da categoria dos servidores da Secretaria da Agricultura e da Superintendência como grupo prioritário desde que respeitada a prioridade aos idosos.
45 - Projeto Comprova	INSTITUCIONAL	1	Bolsonaro voltou a usar um trecho de uma entrevista de um enviado especial da Organização Mundial da Saúde (OMS), David Nabarro, que supostamente questiona a eficiência do bloqueio total de atividades. Conforme checagem do projeto Comprova, o trecho citado por Bolsonaro, de que lockdown só "deixa os pobres mais pobres" foi tirado de contexto. Nabarro critica o uso do lockdown como método de controle primário, ou seja, principal. A OMS apoia restrição a atividades em momentos críticos de contágio, como o Brasil vive atualmente.
46 - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade (Sintrahtur)	INSTITUCIONAL	1	Informa o número de garçons ou trabalhadores de restaurantes e similares registrados (por carteira de trabalho ou MEI) em Caxias do Sul
47 - Henry Chmelnitsky, presidente do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (Sindha)	INSTITUCIONAL	1	“Não existe planejamento possível. Se comunica sete dias de fechamento, e aí depois virão mais sete e mais outros sete”, diz. Chmelnitsky acredita que, em meio à adoção de medidas mais restritivas para conter a pandemia, município, Estado e governo federal deveriam auxiliar os setores, que estão com o faturamento afetado pela crise sanitária desde o ano passado. Neste sentido, ele defende medidas voltadas ao refinanciamento de dívidas e que ajudem as empresas nos custos fixos, como energia elétrica.
48 - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs)	INSTITUCIONAL	1	Na indústria, durante a vigência da bandeira preta, há permissão para as empresas operarem com até 75% dos trabalhadores no mesmo turno, respeitando o teto de ocupação do espaço físico. Ainda assim, a Fiergs defendeu que o comércio possa abrir com, pelo menos, 25% da capacidade. Em nota, a Fiergs comunicou que “compreende a gravidade do momento que o Estado atravessa, e salienta que não se trata da questão saúde versus economia, mas de ambas terem o mesmo olhar que passa pelo comprometimento de todos para chegar a um denominador comum, ou seja, a sobrevivência das pessoas e empregos”.

49 - Jocimar Rabaioli, assessor de Política Agrícola e de agroindústrias familiares da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-RS)	INSTITUCIONAL	1	Relata que houve relatos de perdas que chegavam a até 70% no faturamento no setor das agroindústrias familiares com o cancelamento das feiras presenciais. “Não se atinge o público que se atingia nas feiras. Além disso, têm papel fundamental, que é na inserção dessas famílias na abertura de novos mercados. Sem falar da troca de experiência, conhecimento, tecnologia”, afirma. Além disso, reconhece a vacinação em massa como meio de retomada das atividades econômicas de forma perene.
50 - Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm)	INSTITUCIONAL	1	As vendas pela internet cresceram aceleradamente, motivando a transformação do varejo em meio à pandemia. Observa-se que, nas vendas online, o faturamento do setor de varejo chegou a R\$126,3 bilhões no ano passado, salto de 68% frente a 2019. Para 2021, a expectativa é de expansão de 18%.
51 - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)	INSTITUCIONAL	1	Estima que 4,9 mil lojas do Estado não suportaram e fecharam definitivamente.
52 - Presidente da Associação Gaúcha para Desenvolvimento do Varejo (AGV), Sérgio Galbinski	INSTITUCIONAL	1	Ressalta que o comércio como um todo é prejudicado pelos efeitos da crise, incluindo o desemprego, às vésperas da data da Páscoa. Mesmo assim, o dirigente espera melhora gradual nos negócios depois da reabertura de lojas no Estado. “Logo após a retomada, a situação continua bem difícil. Na última semana, teve gente que vendeu 20% ou 30% do que venderia normalmente. As coisas vão melhorando com o passar do tempo”, diz.
53 - Associação Gaúcha de Supermercados (Agas) / Presidente da Agas, Antônio Cesa Longo	INSTITUCIONAL	1	No ramo de supermercados, o clima também é de cautela. Conforme a Associação Gaúcha de Supermercados, itens da Páscoa devem representar menos de 3% do faturamento do setor nos 30 dias que antecedem a data. Em anos anteriores, esse percentual era superior, na faixa de 6%. “Estou há 40 anos no ramo. Pela primeira vez, não se fala tanto em Páscoa, em consideração aos setores que foram mais impactados pela pandemia. O foco está nos produtos da cesta básica. Claro, vai haver a divulgação, mas não vai se viver tanto a data, em respeito a lojista”, comentou.
54 - Associação Brasileira de Campistas (Anacamp) Nilva Rios, presidente da entidade	INSTITUCIONAL	1	Embora não seja possível afirmar que o aumento representa mais pessoas viajando de motor home, estima-se que mais pessoas estão aderindo ao estilo, o que reforça números da Associação Brasileira de Campistas. Conforme Nilva Rios, presidente da entidade, o Rio Grande do Sul é Estado com o maior número de associados: dos 500 em todo o país, 150 são gaúchos. “Muitos enxergaram nesse estilo de viagem mais segurança. Permite, de certa forma, manter o isolamento. Já tinha um certo crescimento nos últimos quatro anos, mas a pandemia acentuou”, acrescenta.
55 - Crismeri Delfino Corrêa, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos no Rio Grande do Sul (ABRH-RS)	INSTITUCIONAL	1	“A mudança foi tão importante para as empresas que muitas não irão voltar ao regime presencial. Algumas inclusive já deixaram suas sedes, levaram computadores, mesas e cadeiras para os colaboradores e oficializaram a decisão. Até a maneira de fazer gestão mudou. O que importa não é mais a carga horária no escritório, mas as entregas. A produtividade melhorou”, destaca Crismeri.
56 - Luis Otávio Camargo Pinto, advogado trabalhista e presidente da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt)	INSTITUCIONAL	1	O grande desafio, na avaliação do advogado trabalhista Luis Otávio Camargo Pinto, presidente da Sobratt, é assegurar as melhores condições possíveis aos colaboradores, não apenas por questões jurídicas, mas para atingir o retorno esperado: “As organizações precisam ter um olhar cuidadoso para esse trabalhador [em teletrabalho], porque é isso que vai trazer bons resultados. E mais: quem quiser reter talentos, especialmente os mais jovens, nômades digitais, precisará ter uma política de teletrabalho muito bem estruturada. Não há outro caminho”.
57 - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-RS)	INSTITUCIONAL	1	Dados recentes da Abrasel-RS, que representa bares e restaurantes no Estado, ilustram o impacto da covid-19 no setor de gastronomia. De acordo com a entidade, 52% dos negócios fecharam janeiro no vermelho, com pagamentos em atraso no Rio Grande do Sul. A Abrasel-RS afirma ainda que, apenas com o sistema de delivery, “muitos estabelecimentos” faturam entre 25% e 30% do que faturavam com o movimento presencial.
58 - Maneco Hassen, presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs)	INSTITUCIONAL	1	As iniciativas das prefeituras gaúchas são generalizadas e traduzem a gravidade da situação. “As prefeituras estão fazendo o possível para atender à demanda na saúde e, ao mesmo tempo, auxiliar comércio, serviços e indústria, ainda que a política econômica seja de responsabilidade do Estado e da União, e não tarefa dos prefeitos”, pondera Hassen.
59 - Paulo Guedes, o ministro da Economia / Ministério da Economia / Resoluções do Conselho Monetário Nacional /	OFICIAL	5	1 - Anunciou um acordo fechado entre o laboratório Pfizer e o governo federal no fornecimento de 14 milhões de doses de vacina entre maio e junho 2 - De acordo com o ministro, o valor do auxílio vai depender da estrutura familiar do beneficiário, variando entre R\$150 e R\$350. Serão quatro parcelas. Mais detalhes serão divulgados assim que a

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)			<p>medida provisória for entregue ao Congresso.</p> <p>3 - Fala na imunização dos brasileiros como saída para a crise econômica gerada pelo coronavírus há meses e um documento formal do Ministério da Economia faz a mesma indicação. Conforme o relatório destinado a analisar as medidas adotadas em 2020 para atenuar o impacto da pandemia, há três políticas econômicas para 2021: vacinação em massa, consolidação fiscal, e reformas pró-mercado.</p> <p>4 - Em fevereiro de 2020, resoluções do Conselho Monetário Nacional atenderam a solicitações do setor das agroindústrias familiares para a abertura de linhas de crédito de apoio. A medida amplia para dois anos o prazo de pagamento de custeio de industrialização contratado até 30 de junho deste ano.</p> <p>5 - A crise do coronavírus derrubou a atividade econômica. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, o Rio Grande do Sul fechou 22,1 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2020.</p>
60 - Jair Bolsonaro, presidente Palácio do Planalto	OFICIAL	4	<p>1 - O presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o valor do auxílio emergencial é baixo, argumentando que é o possível no momento. “É pouco, né? Mas é o que a nação pode dar. São R\$44 bilhões de endividamento, tá?”, disse Bolsonaro a apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília..</p> <p>2 - O Palácio do Planalto informou que o presidente Jair Bolsonaro vai entregar pessoalmente ao Congresso Nacional medida provisória (MP) que autoriza o pagamento da extensão do auxílio emergencial durante a pandemia de coronavírus. O governo afirma que foi possível autorizar a extensão do benefício no pior momento da pandemia, porque o Congresso Nacional aprovou, junto à PEC Emergencial, mecanismo que deixa de fora do teto de gastos R\$ 44 bilhões, recurso a ser usado para auxiliar desempregados e trabalhadores informais impactados pelas medidas de restrição de circulação devido ao coronavírus.</p> <p>3 - Respondeu ao manifesto assinado por 500 economistas, empresários e integrantes do mercado financeiro. “Se ficar 30 dias em lockdown e acabar com o coronavírus, eu topo. Mas não vai acabar. Se me convencerem do contrário, faço, mas não me convenceram ainda”, argumentou. Segundo Bolsonaro, o fato de a Itália estar se encaminhando para a terceira onda sustenta sua tese de ineficiência do lockdown.</p> <p>4 - Após idas e vindas, o presidente Jair Bolsonaro assinou medida provisória instituindo a nova rodada de auxílio emergencial à população, mas em valor mais baixo e por menos tempo do que em 2020.</p>
61 - Governo do Estado / Governador Eduardo Leite (PSDB)	OFICIAL	3	<p>1 - No dia 4 de março, determinou a manutenção da bandeira preta em todo o Rio Grande do Sul, permitindo apenas o funcionamento das atividades econômicas essenciais.</p> <p>2 - O governo do Estado comunicou que vai disponibilizar R\$130 milhões para os setores mais afetados pela pandemia da covid-19 por meio da criação de um auxílio emergencial gaúcho. A proposta depende do aval da Assembleia Legislativa. O setor de serviços terá prioridade na destinação dos recursos com destaque para as áreas de alojamentos (hotéis e pousadas) e serviços de alimentação. Além disso, Leite também anunciou aumento da destinação de recursos do ICMS para apoio a projetos de incentivos nos setores da cultura, assistência social e esporte via abatimento dos valores destinados via crédito presumido do ICMS.</p> <p>3 - O governador Eduardo Leite decretou bandeira preta e suspendeu a cogestão no modelo de distanciamento controlado. A decisão de Leite foi tomada em razão da escalada da covid-19. Além disso, o governador anunciou um conjunto de ações, condicionadas à capacidade financeira do governo, como o adiamento de datas de vencimento de ICMS, a prorrogação do imposto de fronteira e o apoio extra via bancos estaduais. Após apelos de empresários e de deputados, o governador avançou na pauta, definindo, entre outras iniciativas, o pagamento de auxílio para os setores de alimentação e hospedagem, incluindo trabalhadores desempregados, além de aportes para cultura, assistência social e esporte.</p>
62 - Congresso Nacional / Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, (PP-AL)	OFICIAL	2	<p>1 - O Congresso Nacional aprovou projeto de lei que autoriza Estados e empresas a comprar vacina, o que permitiu destravar o contato com o Laboratório Pfizer. Entre os itens do texto, está o que autoriza todos os entes da federação, incluindo a União, a assumir a responsabilidade civil por possíveis eventos adversos pós-vacinação em contratos com fabricantes de imunizantes contra o vírus.</p> <p>2 - Diversos parlamentares da Câmara e do Senado estão dispostos a elevar o valor do auxílio emergencial para, pelo menos, chegar na mesma quantia distribuída no ano passado, de R\$600.</p> <p>3 - Anuncia que o valor do novo auxílio emergencial vai ser de R\$250 mensais e que será pago em quatro meses.</p>
63 - Marco Aurelio Cardoso, economista e secretário estadual da	OFICIAL	2	<p>1 - Com a aprovação da PEC Emergencial — que autoriza o pagamento de auxílio às pessoas em dificuldades —, Estados e municípios ganharão mais tempo para quitar a dívida de precatórios. O economista considera a modificação positiva tanto para os gestores públicos quanto para os donos dos</p>

Fazenda (RS) / Secretaria da Fazenda (Sefaz) do Rio Grande do Sul			<p>precatórios, porque, na avaliação dele, “abre um horizonte no qual é possível pensar uma solução estruturada”.</p> <p>2 - Prepara decreto para isentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de equipamentos e produtos que são doados de forma indireta para a rede hospitalar do Estado. A medida está autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas ainda precisa ser regulamentada, o que deve ocorrer em no máximo duas semanas</p>
64 - Alessandra Bertoluci, juíza e coordenadora da Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado (RS)	OFICIAL	1	Avalia que a decisão de dar mais tempo para o Estado quitar dívidas de precatórios foi prejudicial tanto aos credores quanto para os devedores, devido à correção da dívida (IPCA-E mais juros). Segundo a fonte, considerando os atuais repasses, o Rio Grande do Sul não conseguiria encerrar o regime especial de pagamento em 2024 e, por ser um ente superendividado, acabará pagando mais caro com a dilatação do prazo.
65 - Luciane Beiró, diretora de Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	OFICIAL	1	Afirma que a participação de empresas é fundamental no enfrentamento da pandemia.
66 - Dezesesseis governadores encaminham carta aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-GO), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)	OFICIAL	1	Na carta, os governadores solicitam ao Congresso Nacional que disponibilize os recursos necessários para o auxílio emergencial em níveis que superem os valores de R\$150, R\$250 e R\$375 - defendidos pelo governo Jair Bolsonaro. Os governadores defenderam a permanência do auxílio emergencial no valor de R\$600 com os mesmos critérios de acesso de 2020 para garantir renda para a população mais vulnerável, visto que a vacinação em massa ainda não havia acontecido.
67 - Gabriel Souza (MDB), presidente da Assembleia Legislativa (RS)	OFICIAL	1	Avalia que, mesmo não sendo suficiente para terminar com o sofrimento da população, o auxílio emergencial ao setor de serviços proposto pelo governador Eduardo Leite, vai mitigar a situação dramática do setor de serviços, impactado pelas medidas restritivas impostas em meio ao combate à covid-19. “Chegando o projeto à Assembleia, os líderes serão sensíveis para agilizar esse programa”, aponta.
68 - Ernani Polo, deputado estadual e vice-presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa (RS)	OFICIAL	1	Encaminhou pedido ao Palácio Piratini para incluir os servidores da Secretaria da Agricultura e da Superintendência do Ministério da Agricultura nos grupos prioritários de vacinação contra a covid-19.
69 - Secretário da Agricultura de Caxias, Rudimar Menegotto	OFICIAL	1	“Tomamos todos os cuidados até porque o ano passado não ocorreu e os produtores tinham uma ansiedade (pela realização da feira). Como ano passado eles não comercializaram, tiveram um custo maior (para criação)”, explica o secretário da Agricultura de Caxias, Rudimar Menegotto. A projeção dos produtores é vender 32 toneladas de pescado nesta feira, mas o secretário reconhece que o comportamento do consumidor ainda é uma incógnita por causa da pandemia.
70 - Secretário da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Fernando Schwancke	OFICIAL	1	Comemora a abertura de linhas de crédito de apoio para o setor da agroindústria familiar através do atendimento do Conselho Monetário Nacional. “Vitória importante para o setor”, pontua.
71 - Junta Comercial do Rio Grande do Sul	OFICIAL	1	Indica que foram abertas 196,3 mil empresas no ano passado. Mesmo que 81% do total sejam microempreendedores individuais (MEIs), o número foi o maior da série estatística, iniciada em 2003.
72 - Receita Federal	OFICIAL	1	Conforme a Receita Federal, há em Caxias 13 empresas ativas cuja Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) se enquadra na atividade, ou seja, de fabricantes de motor homes, trailers, reboques e produtos semelhantes.
73 - Detran-RS	OFICIAL	1	De janeiro de 2020 a janeiro de 2021, a frota de motor homes no Estado aumentou em 912 unidades, conforme dados do Detran-RS. Eram 5.051 e passou para 5.963. Em Caxias, foram 39 a mais: cresceu de 269 para 308. Já a frota de trailers no Rio Grande do Sul pulou de 4.701 para 5.135. Em Caxias, os trailers passaram de 129 para 146.
74 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e	OFICIAL	1	Informa o número de garçons ou trabalhadores de restaurantes e similares registrados (por carteira de trabalho ou MEI) em Caxias do Sul

Emprego de Caxias do Sul			
75 - Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul	OFICIAL	1	Em Estados como o Rio Grande do Sul, o número de novos processos judiciais envolvendo o tema [do teletrabalho] é exíguo — segundo a Justiça do Trabalho, o volume passou de 15, em 2019, para 32, em 2020, em um universo de cerca de 100 mil casos abertos. Mesmo assim, com o avanço do home office, o assunto merece atenção.
76 - Lucas Fuhr, diretor-executivo do Procon RS	OFICIAL	1	“Nesse momento de pandemia, o novo consumidor é muito mais digital do que antes. Com a necessidade de ficar em casa e evitando ir nas lojas, as pessoas passaram a fazer compras online em maior número. Gerou necessidade de adaptação, não só por parte do consumidor, mas por parte do fornecedor. Nem as empresas nem os consumidores estavam preparados para esse momento, ainda mais da forma drástica como foi”, analisa Lucas Fuhr, diretor-executivo do Procon RS.
77 - Leandro Horlle, prefeito de Igrejinha / Prefeitura de Igrejinha, no Vale do Paranhana	OFICIAL	1	O prefeito do município, Leandro Horlle, conseguiu aprovação unânime da Câmara de Vereadores para ajudar a bancar salários de funcionários de microempresas e de microempreendedores individuais atingidos pelas restrições da bandeira preta. “A intenção é pagar até duas parcelas de R\$250 por funcionário, limitadas a cinco empregados. Separamos R\$250 mil do orçamento para isso, porque entende as dificuldades que os estabelecimentos estão passando. A contrapartida exigida é de que, nos 60 dias posteriores ao fim do auxílio, o funcionário contemplado não seja demitido. Estimamos, com isso, manter 500 empregos”, diz o prefeito.
78 - Ricardo Gomes, vice-prefeito de Porto Alegre	OFICIAL	1	A prefeitura anunciou 10 medidas emergenciais para atenuar prejuízos econômicos decorrentes da pandemia e apresentou projeto de lei propondo a criação de um programa municipal de microcrédito a juro zero para ajudar microempreendedores e autônomos em dificuldades. “Nos solidarizamos desde o princípio com o setor econômico. Queremos, pelo menos, ajudar as pessoas a passarem por este momento com o mínimo de sofrimento, para que possam ter a chance de se recuperar”, destacou o vice-prefeito Ricardo Gomes
79 - Jairo Jorge, a prefeito de Canoas	OFICIAL	1	Para ajudar moradores com renda per capita abaixo de meio salário mínimo, a prefeitura de Canoas lançou o Programa de Auxílio Emergencial Canoense. A medida vai destinar R\$200 mensais, por três meses, para 5 mil famílias, além de R\$92 para passagens. “É uma forma de apoiar a população neste momento difícil. Queremos criar um colchão social de proteção, chegando a 14 mil, 15 mil famílias. A ideia é ir além do auxílio emergencial, com a distribuição de cestas básicas. Para custear isso, estamos reduzindo despesas de custeio e apostando em um Refis (programa de regularização tributária)”, ressalta o prefeito Jairo Jorge. Entre outras medidas em andamento, está previsto para o fim deste mês o lançamento de um projeto de microcrédito com juro zero para socorrer empreendedores.
80 - Helena Hermany, prefeita de Santa Cruz do Sul	OFICIAL	1	A prefeitura de Santa Cruz do Sul apresentou uma ofensiva na tentativa de mitigar os efeitos da crise sanitária na economia local, incluindo a oferta de empréstimos, a prorrogação da primeira parcela do IPTU e do ISS de abril e editais para auxiliar os setores da cultura e dos esportes. Com aval da Câmara de Vereadores, determinou a abertura de duas linhas de crédito voltadas a empreendedores, em parceria com o Banco do Povo, a juros inferiores a 1% ao mês. Uma delas é destinada a autônomos que poderão obter entre R\$600 e R\$5 mil. A outra é dedicada a empresas de pequeno porte, com valores entre R\$30 mil e R\$150 mil. Para isso, a prefeitura criou um fundo garantidor com aporte de R\$400 mil em recursos próprios.
81 - Marcio Farias Martins, secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Santa Cruz do Sul	OFICIAL	1	A prefeitura de Santa Cruz do Sul apresentou uma ofensiva na tentativa de mitigar os efeitos da crise sanitária na economia local, incluindo a oferta de empréstimos, a prorrogação da primeira parcela do IPTU e do ISS de abril e editais para auxiliar os setores da cultura e dos esportes. Com aval da Câmara de Vereadores, determinou a abertura de duas linhas de crédito voltadas a empreendedores, em parceria com o Banco do Povo, a juros inferiores a 1% ao mês. Uma delas é destinada a autônomos que poderão obter entre R\$600 e R\$5 mil. A outra é dedicada a empresas de pequeno porte, com valores entre R\$30 mil e R\$150 mil. Para isso, a prefeitura criou um fundo garantidor com aporte de R\$400 mil em recursos próprios.
82 - Fábio Branco, prefeito de Rio Grande	OFICIAL	1	As iniciativas programadas incluem a postergação das datas de vencimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e a suspensão, por 120 dias, do envio para o SPC e para protesto extrajudicial da lista de inadimplentes em ações de cobrança administrativa da prefeitura. Branco também decidiu suspender a rescisão dos contratos de permissionários inadimplentes e parcelar suas dívidas em 12 vezes. “Sabemos que o empreendedor está em apuros e estamos fazendo o possível para ajudar, dentro dos nossos limites legais. O diálogo continua. Estou organizando uma ação para valorização do comércio local e pretendo, também, chamar os bancos para conversar sobre como melhorar o acesso a linhas de financiamento. Esse é o momento de nos ajudarmos”, ressalta Branco.
83 - 100 trabalhadores e proprietários de estabelecimentos do ramo de eventos, restaurantes,	POPULAR	1	Protesto em frente à prefeitura de Caxias do Sul se opõe à restrição de funcionamento noturno determinada no protocolo da bandeira preta. O grupo pede principalmente autorização para abertura até 22h. Atualmente, o protocolo permite o recebimento de clientes até as 18h.

bares e lancherias / Camila Pereira de Lima, uma das lideranças do grupo e garçonzete			
84 - Ivanir Paulo Kunzler, dentista de 58 anos	POPULAR	1	Realizou o sonho de comprar uma van de motor home com a intenção de transformá-la em uma casa itinerante. “A pandemia foi determinante. Parece que essa sede de liberdade se refletiu em um motor home viajando. Sempre gostei de acampar, de viajar. Sempre gostei desse estilo mais livre, de contato com a natureza. Outro fator é que saiu a minha aposentadoria”, conta.
85 - Mario Studt, de 67 anos, morador de Itapema	POPULAR	1	Assim como outros apaixonados por campismo e pela estrada, Studt resolveu investir em uma motor casa depois do início da pandemia no país. “O que fortaleceu o desejo de ter um motor home foi a covid. Me parece mais seguro porque tem tudo dentro. Você não precisa descer para ir a restaurante, a banheiro”, justifica.
86 - Industriário Ferdinando Geremia, de 54 anos	POPULAR	1	Adepto do estilo de vida sobre rodas, o industriário Ferdinando Geremia, 54, pode experimentar a sensação de estar isolado em casa, mas na rua. Ao longo dos últimos meses, fez algumas viagens de motor home com a esposa e o filho. Foram pelo menos três: até Recife, em Pernambuco; até Caldas Novas, em Goiás; e até Bonito, no Mato Grosso do Sul. “Te proporciona mais conforto e segurança, porque você não depende de hotel, de camping”, diz.
87 - Bianca Rodrigues de Castro, desenvolvedora júnior no setor de Negócios Digitais do Grupo Randon	POPULAR	1	Desde março de 2020, exerce suas funções de casa, de forma remota. Com apoio da organização, que tem sede em Caxias do Sul, na Serra, e está presente em mais de cem países, ela chegou a passar um mês com a família, em Tocantins, sem nunca deixar de trabalhar. “Hoje não me imagino voltando a atuar full time (o tempo todo) presencialmente. Ganhei flexibilidade. Como moro em Farroupinha, gastava uma hora e meia em deslocamentos diários. Não perco mais esse tempo, e a qualidade do serviço melhorou”, conta a tocaninense, que atua na programação de robôs.
88 - Rahyssa Chagas Hahn, 26 anos, bióloga de formação	POPULAR	1	Rahyssa Chagas Hahn, 26 anos, não tem dúvidas de que a pandemia a transformou em uma consumidora mais consciente. Bióloga de formação, já procurava antes consumir produtos que não causassem tantos impactos ao meio ambiente. Com o coronavírus, essa preocupação aumentou. Passou a comprar produtos com menos embalagens, menos plástico. Passou a repensar se determinada aquisição é, de fato, essencial. A consumidora Rahyssa passou a priorizar neste período de pandemia os produtores locais, os pequenos empreendimentos. Além de valorizar a produção local, Rahyssa também busca empresas comprometidas com o combate ao vírus e já deixou de consumir em estabelecimentos que pareciam não garantir a segurança dos clientes.
89 - Negócios da empreendedora Lídia Fraguas, 38 anos	POPULAR	1	Com a crise sanitária, Lídia teve de paralisar o estabelecimento que ajudava a administrar na área gastronômica, o Estômago Café Vegano, no bairro Rio Branco, em Porto Alegre. “Estávamos em um ritmo muito acelerado, de domingo a domingo, lotados de suprimentos. O fechamento foi um baque. Não sabíamos bem o que fazer. Trabalhar com delivery não é a mesma coisa”, recorda. O período de crise encolheu o faturamento, e o imóvel teve de ser entregue.
90 - Jovelina Souza, dona do salão de beleza, o Studio Joh Souza	POPULAR	1	A crise sanitária logo causou restrições à circulação de pessoas, e o número de clientes murchou. Pressionada pelas despesas, incluindo o aluguel, a manicure decidiu entregar a sala e vender parte dos equipamentos. Levou consigo o “mínimo” para montar um salão menor em um espaço do apartamento onde vive na Capital. “Estava muito pesado, porque as clientes foram sumindo quando o medo da pandemia tomou conta”, lembra Joh, 51 anos. Relata aguardar o avanço da vacinação para que as restrições diminuam – a bandeira preta impediu a operação de salões, no Estado, nas últimas semanas. O plano da profissional é seguir atuando no ramo de beleza. De preferência, como funcionária de um estabelecimento.
91 - Joice Ribeiro da Rosa, 45 anos, pedagoga	POPULAR	1	Formada em Pedagogia, a moradora de Porto Alegre trabalhava como assistente comercial, no Centro, até a fase inicial da crise sanitária. “O trabalho era maravilhoso. Fui demitida durante a pandemia. Pensei: “O que faço agora?”. Chorei muito. Pessoas que eram minhas colegas de trabalho sentiram minha falta”, relata. No segundo semestre do ano passado, Joice passou a viver com o namorado. Dentro de casa, busca cortar despesas para encarar o período de dificuldades na economia. Na reta final de 2020, ela até chegou a ocupar uma vaga temporária no ramo farmacêutico. Mas, com o fim do contrato, segue à procura de novas oportunidades.
92 - Rodrigo Attel, 34 anos	POPULAR	1	Está em busca de emprego na pandemia. Morador de Canoas, na Região Metropolitana, ele já atuou no setor de atacados e supermercados. No final do ano passado, após meses de procura durante a crise sanitária, encontrou uma vaga de operador de caixa, mas o contrato de experiência se encerrou em fevereiro. Agora, pretende retornar ao trabalho dentro do setor. Mira em vagas disponíveis em Canoas e em municípios vizinhos da Grande Porto Alegre.

93 - Cassiano Pedot, funcionário da Eletro52 / Eletro52, loja de eletroeletrônicos de Caxias do Sul	POPULAR	1	Há oito meses no ar, o site se tornou uma importante ferramenta para garantir a operação, principalmente nesse período de bandeira preta, quando pode funcionar somente com telentrega. “Deu um fluxo. Tem bastante vendas, mas a reação não foi tão grande a ponto de anular o balcão”. diz Cassiano Pedot, funcionário da Eletro52, reforçando uma característica de que a venda física segue importante. As novas plataformas são necessárias, segundo Pedot, mas exigem dedicação e mão de obra. No caso da loja virtual, precisa de uma pessoa para organizar o estoque e vender assim como no espaço físico: “O e-commerce é como se fosse outra loja”.
94 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	ESPECIALIZADA	3	<p>1 - Informa que, no quarto trimestre de 2020, a massa salarial foi de R\$13,485 bilhões no Estado. Em igual período de 2019, chegou a R\$15,293 bilhões. A baixa de 11,8% vem dessa comparação. É como se, no intervalo de um ano, R\$1,8 bilhão deixassem de ir para o bolso dos trabalhadores gaúchos. O indicador de massa salarial estima o total de salários que os profissionais ganham com o exercício de atividades formais ou informais. A segunda inclui os populares bicos. Conforme o IBGE, o Rio Grande do Sul tinha 5,222 milhões de trabalhadores ocupados no quarto trimestre de 2020. O grupo contempla profissionais com carteira assinada ou CNPJ e informais. Ao final de 2019, eram 5,728 milhões. Ou seja, em meio à pandemia, a parcela ocupada perdeu 506 mil integrantes.</p> <p>2 - Tanto que as pessoas passaram a poupar mais: a taxa de poupança da economia brasileira ficou em 15% em 2020, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a taxa anual mais forte desde 2016 (16,1%).</p> <p>3 - No quarto trimestre de 2020, período mais recente com dados disponíveis, a massa salarial encolheu 11,8% no Rio Grande do Sul, em relação a igual intervalo de 2019. GZH consultou o dado, que leva em conta a inflação, na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p>
95 - Economista Ely José de Mattos, professor da PUCRS e membro do Comitê Científico de apoio ao enfrentamento da pandemia no Estado	ESPECIALIZADA	2	<p>1 - Pondera que medidas como o auxílio emergencial atenuaram as perdas geradas pela covid-19 no mercado de trabalho. O economista, por outro lado, chama atenção para a necessidade de o Brasil avançar na vacinação. É a imunização em massa que pode frear o coronavírus e reduzir restrições a atividades em 2021, lembra.</p> <p>2 - Favorável às restrições para frear a disseminação do vírus e salvar vidas, o pesquisador sustenta que o ideal seria ampliar ainda mais os subsídios em contraponto ao fechamento de atividades. Como há limites orçamentários e a situação está longe da normalidade, a solidariedade das prefeituras é considerada um reforço importante. “O Estado tem severas limitações fiscais que o deixam com pouca margem para transferências diretas. Já o governo federal age de forma errática. Embora as prefeituras também enfrentem adversidades, o suporte que estão dando é essencial, considerando o cenário atípico que vivemos”, ressalta Mattos.</p>
96 - Manifesto que pede "avaliação de lockdown emergencial"	ESPECIALIZADA	1	O manifesto de economistas de todos os matizes ideológicos alcançou cerca de 500 adesões e pede coordenação nacional da crise da pandemia. O documento aponta a avaliação da necessidade de adotar um lockdown nacional ou regional e indica quatro medidas para evitar que o colapso na saúde se aprofunde.
97 - Ludhmila Hajjar, cardiologista	ESPECIALIZADA	1	A médica recusa oferta de se tornar ministra da saúde do governo Jair Bolsonaro por apoiar a vacinação em massa como única alternativa de combate ao coronavírus, a necessidade de distanciamento social enquanto o país não atingir maior parte de população imunizada e ser contrária à promoção da cloroquina feita pelo presidente Jair Bolsonaro.
98 - Professor da ESPM em Porto Alegre, o economista Fábio Pesavento	ESPECIALIZADA	1	Sublinha que a retomada dos negócios e a melhora do mercado de trabalho dependem da vacina contra a covid-19. “Perdemos o timing para planejar a vacinação no país, que tem forte tradição nessa área. Além de custar vidas, a piora da pandemia impacta a atividade econômica, porque gera medidas mais restritivas”, explica.
99 - Ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega	ESPECIALIZADA	1	A "resposta" de Bolsonaro não foi surpresa para muitos dos signatários do manifesto. Antes disso, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, havia afirmado, à GloboNews, que não esperava qualquer mudança de posição do presidente, mas considerava fundamental alertar a sociedade para a "irresponsabilidade" do presidente, que boicotou, segundo ele, três das quatro formas de controle da pandemia: uso de máscara, distanciamento social, vacinação. Só teria sobrado, conforme o ex-ministro, a higiene das mãos.
100 - André Miceli, editor-chefe da MIT Technology Review Brasil que coordena o MBA em Marketing e Inteligência de Negócios Digitais da Fundação Getúlio Vargas	ESPECIALIZADA	1	Pesquisa consultou 2,2 mil empresas no Brasil. Ao menos 80% informaram, em dezembro, que pretendiam manter o home office no pós-pandemia. No Rio Grande do Sul, onde 48 companhias responderam ao questionário, o índice chegou a 67%. “A nossa leitura é de que o modelo padrão será híbrido, com um ou dois dias na semana em casa e o restante do tempo no escritório, nos setores em que isso for possível. As corporações vão tentar unir o melhor dos dois mundos (presencial e virtual). Acredito que muitas, inclusive, vão individualizar essa decisão. Pessoas com perfis diferentes, em empresas maduras, terão tratamentos distintos”, aponta.

(FGV)			
101 - Sebastião Augusto Perossi, diretor da SAP / Pesquisa da SAP Consultoria em Recursos Humanos com apoio da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt)	ESPECIALIZADA	1	Em levantamento, foi apontado que, das organizações que instituíram o home office durante a crise sanitária, 72% declararam o desejo de manter a medida. Dessas, 58% ainda avaliam qual será a frequência das atividades a distância, 34% planejam assumir a alternativa de uma a quatro vezes por semana e 8% estimam adotar a prática cinco vezes a cada sete dias. Foram ouvidas 554 empresas, 99 delas (18%) no Rio Grande do Sul. “Não estratificamos os dados por Estado, mas, de modo geral, ficou muito claro que o teletrabalho veio para ficar. No início, existia algum receio. De repente, do dia para a noite, as empresas tiveram de se adaptar. Hoje, não acredito que as coisas voltarão a ser como antes”, observa Sebastião Augusto.
102 - Eduardo Trapp Santarossa, economista e professor da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG)	ESPECIALIZADA	1	“As pessoas estão guardando mais dinheiro e é um fenômeno que não aconteceu só no Brasil. O consumidor está com medo, está pesquisando mais os preços. É um consumo bastante receoso”, constata Santarossa. Conforme o economista, as vendas online correspondem a cerca de 10% do comércio no país. A tendência digital, que já era forte, acelerou durante a pandemia e deve continuar. “Quem já estava preparado teve resultados mais positivos”, destaca Santarossa.